

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

VILMAR DA SILVA

**O PAPEL DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA -
PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR:
O CASO DA COOPARATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR
INTEGRADA – COOPAFI - DE CAPANEMA, PR.**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO
2013

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

VILMAR DA SILVA

**O PAPEL DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA -
PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR:
O CASO DA COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR
INTEGRADA – COOPAFI - DE CAPANEMA, PR.**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO
2013

VILMAR DA SILVA

**O PAPEL DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA -
PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR:
O CASO DA COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR
INTEGRADA – COOPAFI - DE CAPANEMA, PR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus de Pato Branco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional – Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Ângelo Perondi
Coorientador: Prof. Dr. Almir Antônio Gnoatto

PATO BRANCO
2013

Catálogo na Fonte por Elda Lopes Lira CRB9/1295

S586p Silva, Vilmar da

O Papel do Programa de Aquisição de alimentos – PAA – para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Rural Integrada – COOPAFI – de Capanema, PR / Vilmar da Silva – 2013.

206 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Miguel Ângelo Perondi

Coorientador: Almir Antônio Gnoatto

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco / PR, 2013.

Bibliografia: f. 179-190

1. Agricultura familiar. 2. Políticas públicas de comercialização. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Perondi, Miguel Ângelo, orient. II. Gnoatto, Almir Antônio, coorient. III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD(22. ed.) 330



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 34

Título da Dissertação

**O Papel do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA –
para o Fortalecimento da Agricultura Familiar:
o Caso da Cooperativa da Agricultura Familiar
Integrada – Coopafi - de Capanema, PR.**

Autor

Vilmar da Silva

Esta dissertação foi apresentada às 15 horas do dia 27 de maio de 2013, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O autor foi arguido pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi – UTFPR
Orientador

Prof. Dr. Almir Antonio Gnoatto – UTFPR
Examinador

Dra. Norma Kiyota – IAPAR
Examinadora

Prof.^a Dra. Rozane Marcia Triches – UFFS
Examinadora

Visto da Coordenação

Prof.^a Dra. Maria de Lourdes Bernartt
Coordenadora Substituta do PPGDR

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR

Ao nosso Deus, criador de tudo e de todos.

À minha esposa, Eliziane, pelo companheirismo e paciência nos momentos de ausência e de angústia e pelo amor e carinho com que me apoiou nos momentos difíceis, cuidando do nosso pequeno tesouro.

Ao meu pequeno tesouro, benção de Deus na minha vida e razão maior da minha caminhada, Pedro Joaquim.

Às minhas filhas, Bruna Gabriela e Ana Cláudia.

Aos meus pais, pelo amor, carinho, compreensão, encorajamento e exemplo de vida.

Aos meus irmãos, sogros e cunhados que me deram força nesta caminhada.

Aos agricultores familiares que alimentam este País.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me guiado sempre pelo caminho certo e me sustentado nos momentos mais difíceis da minha vida;

A toda minha família, pais, irmãos, sogros e cunhados que sempre me incentivaram;

À Eliziane Basso da Silva, esposa amada, pelo companheirismo, dedicação e principalmente pela extrema compreensão nas horas de ausência em que me dediquei ao trabalho acadêmico;

A todos os funcionários e diretores da Coopafi de Capanema, em especial Ivo Antonio Bial, grande capital humano que faz o mundo girar em torno da agricultura familiar;

Aos amigos que ganhei nesses anos de mestrado e foram muito importantes para minha formação e que foram irmãos que descobri nessa jornada acadêmica;

Aos companheiros de trabalho da UTFPR, pela paciência em me aturar nos momentos de tensão acadêmica e pelo apoio demonstrado em especial a professora Carina Lingnau pela colaboração nas correções do *abstract*;

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pela extrema competência, profissionalismo e principalmente por serem instrumentos de construção de conhecimento;

Aos professores Dr. Almir Antonio Gnoatto do Câmpus Dois Vizinhos da UTFPR e Dra. Rozane Márcia Triches, do Câmpus Realeza da UFFS, membros do comitê orientador, pelas intervenções, acompanhamento e motivação, o que contribuiu definitivamente para a elaboração da dissertação.

Ao Professor Dr. Miguel Angelo Perondi, que com muita responsabilidade, paciência e conhecimento me orientou, especialmente nos momentos difíceis, o que fez com que a realização deste trabalho fosse possível;

Aos agricultores que participaram da pesquisa, pela acolhida, confiança e respeito com que me receberam e pela disposição em gastar parte do seu precioso tempo para que eu pudesse realizar este trabalho.

Muito obrigado à tod@s.

“Quando um homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e suas circunstâncias.”.

Paulo Freire.

RESUMO

SILVA, Vilmar da. O Papel do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – para o Fortalecimento da Agricultura Familiar: O Caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada – Coopafi - de Capanema, PR. Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pato Branco, 2013.

Em um país onde a agricultura familiar é historicamente tratada como o patinho feio, sendo as políticas públicas geralmente voltadas à agricultura patronal na produção de *commodities* agrícolas, é criado pelo governo federal, em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o qual tem contido em um dos seus objetivos o “Fortalecimento da Agricultura Familiar”. A partir desta primícia, a indagação sobre a reificação deste objetivo causou o interesse em buscar dados que pudessem contribuir com o entendimento da forma com que o PAA atinge os agricultores familiares, tanto no contexto econômico, quanto no social. Assim, na busca pela resposta de qual é o papel que o Programa tem no fortalecimento da agricultura familiar e considerando que o fortalecimento da agricultura também se dá, conforme vasta bibliografia já produzida, à organização destes agricultores em associações e cooperativas, foi realizado um estudo de caso na Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada – Coopafi – de Capanema, sendo esta escolhida por ser fruto da primeira cooperativa de comercialização da agricultura familiar na Região Sudoeste do Paraná, a Cooperfac – Cooperativa da Agricultura Familiar de Capanema. Neste sentido a dissertação discute como emergem as estratégias de comercialização da agricultura familiar nos mercados, tanto institucionais, quanto particulares. O objetivo principal deste trabalho é identificar o papel do PAA para o fortalecimento da agricultura familiar em decorrência do estreitamento das relações entre os agricultores familiares e o mercado institucional. Para tanto, duas hipóteses orientam a pesquisa. A primeira assevera que a ação de Política Pública – PAA – cumpre os objetivos com que foi proposta e tem um peso significativo no fortalecimento da Agricultura Familiar e no desenvolvimento rural sustentável. A segunda hipótese remete ao fato de que os atores envolvidos, agricultores familiares e dirigentes da cooperativa, em todo o processo de comercialização do PAA têm a percepção da importância desta Política Pública na melhoria das condições socioeconômicas dos Agricultores Familiares e da sociedade em que estes estão inseridos. A amplitude destas questões afirmam a escolha da realização de um estudo de caso e a utilização de técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas. Assim, os procedimentos metodológicos relacionam-se a aplicação de um formulário padronizado, entrevista semi-estruturada e observação direta, além da utilização de dados secundários. Em síntese, os resultados da pesquisa confirmam, parcialmente, as hipóteses iniciais. Primeiramente, estes demonstram que o PAA fortalece a agricultura familiar, porém com algumas limitações. Ao mesmo tempo, evidenciam como o processo de comercialização via PAA modificou o modo de produção e de relação do agricultor familiar com o mercado, demonstrando a percepção dos agricultores quanto à importância do PAA e do associativismo para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Políticas Públicas de Comercialização. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

SILVA, Vilmar da. The Role of the Food Acquisition Program – FAP (PAA) - for Strengthening Family Farming: The Case of the Family Farming Cooperative Integrated – Coopafi - of Capanema, PR. *Stricto Sensu* Post-Graduation Program in Regional Development. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pato Branco, 2013.

In a country where family farming is historically treated as ‘the ugly duckling’, and public policy generally directed to agriculture employer in the production of agricultural commodities it is created by the Federal Government in 2003, the Food Acquisition Program – FAP (PAA), which has embraced as one of its objectives ‘Strengthening Family Farming’. With this idea in mind, the quest about reification of this objective caused the interest in seeking data that could contribute to the understanding of the way the FAP (PAA) reaches the farmers, both in economic and social context. Thus, searching for an answer about what is the program role on strengthening family farming and considering that the strengthening of agriculture also occurs according to extensive bibliography already produced from the organization of farmers into associations and cooperatives, a case study was conducted at the Family Farming Cooperative Integrated - Coopafi – Capanema, it was chosen for being result of the first marketing cooperative of family farms in the Southwest Region of Paraná, Cooperfac - Family Agriculture Cooperative of Capanema. In this sense the dissertation discusses how marketing strategies of family farming emerge in the markets, both institutional and private. The main objective of this work is to identify the role of FAP (PAA) to strengthen family agriculture due to the strengthening of relations between the farmers and the institutional market. For this reason, two hypotheses guide the research: the first asserts that the action of Public Policy – FAP (PAA) - accomplishes the objectives with what have been proposed and has a significant importance on strengthening family farming and sustainable rural development. The second hypothesis refers to the fact that the actors involved, family farmers and cooperative leaders, in the whole process of marketing the FAP (PAA) are aware of the importance of Public Policy in improving the socioeconomic conditions of Family Farmers and the society in which they are inserted. The extend of these issues asserts the choice of performing a case study and the use of techniques of quantitative and qualitative research. Thus, the methodological procedures relating to the application of a standardized form, semi-structured interview and direct observation, besides the use of secondary data. In summary, the survey results confirm, in part, the initial hypotheses. First, they demonstrate that the FAP (PAA) strengthens family farms, but with some limitations. At the same time, they highlight how the process of commercialization via FAP (PAA) modified the mode of production and the farmer's family relationship with the market,

demonstrating the perception of farmers related to the importance of FAP (PAA) and associations for sustainable development.

Keywords: Family Farming. Commercialization Publics Policies. Sustainable Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma das Operações do PAA.....	90
Fotografia 1 – Fotografia Aérea - Capanema, PR.....	34
Fotografia 2 – Instalações da Coopafi – Capanema	113
Fotografia 3 – Fotografia Aérea COOPAFI – Capanema, PR	113
Fotografia 4 – Instalações Mercado Coopafi Capanema	174
Mapa 1 – Localização Geográfica Capanema – Paraná	33
Mapa 2 – Renda Per Capita Rural – Paraná.....	35
Mapa 3 – Atuação do PAA no ano de 2003	102
Mapa 4 – Atuação do PAA no ano de 2012	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução dos recursos aplicados de 2003 a 2011	96
Tabela 2 – Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de Produtos 2011/2012	97
Tabela 3 – Evolução do número de famílias de agricultores familiares entre 2003 a 2011	98
Tabela 4 – Número de participantes fornecedores do PAA em 2012.....	99
Tabela 5 – Evolução da Média de Valor Recebido por Agricultor 2003/2011	100
Tabela 6 – Valor Limite por Família de Agricultor / Modalidade PAA.....	100
Tabela 7 – Evolução da Comercialização via PAA – COOPAFI 2011/2012.....	122
Tabela 8 – Número de habitantes por unidade de produção 2012.....	133
Tabela 9 – Local de Trabalho ou Atividade desenvolvida	135
Tabela 10 – Tipologia de Receitas do Grupo Familiar – 2011/2012.....	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadrante de análise dos dados qualitativos	30
Quadro 2 – Tipologia de Mercados para a Agricultura Familiar	67
Quadro 3 – Modalidades do PAA no ano de 2007	91
Quadro 4 – Produtos Comercializados em 2012 / PAA – Coopafi - Capanema.....	123
Quadro 5 – Motivo dos Agricultores para Adesão ao PAA.....	157

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto – Capanema – PR. 2012	36
Gráfico 2 – Evolução do nº de famílias de agricultores do PAA	96
Gráfico 3 – Distribuição dos recursos do PAA por região em 2012.....	97
Gráfico 4 – Produtos comercializados via PAA 2012	101
Gráfico 5 – Estado de Origem das Famílias entrevistadas	130
Gráfico 6 – Etnia das Famílias entrevistadas	131
Gráfico 7 – Chefe das Famílias entrevistadas.....	133
Gráfico 8 – Quantidade de UTH por família entrevistada.....	135
Gráfico 9a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF1 - 2011/2012.....	140
Gráfico 9b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas AF1 – 2011/2012 ...	140
Gráfico 10a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF2 - 2011/2012.....	141
Gráfico 10b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas AF2 - 2011/2012..	141
Gráfico 11a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF3 - 2011/2012.....	142
Gráfico 11b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas AF3 - 2011/2012..	142
Gráfico 12a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF4 - 2011/2012.....	144
Gráfico 12b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas AF4 - 2011/2012..	144
Gráfico 13a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF5 - 2011/2012.....	145
Gráfico 13b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas AF5 - 2011/2012..	145
Gráfico 14a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF6 - 2011/2012.....	146
Gráfico 14b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas AF6 - 2011/2012..	146
Gráfico 15a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF7 - 2011/2012.....	147
Gráfico 15b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas AF7 - 2011/2012..	147
Gráfico 16a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF8 - 2011/2012.....	148
Gráfico 16b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas AF8 - 2011/2012..	148
Gráfico 17a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF9 - 2011/2012.....	149
Gráfico 17b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas AF9 - 2011/2012..	149
Gráfico 18a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF10 - 2011/2012...	150
Gráfico 18b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas AF10 - 2011/2012	150
Gráfico 19a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF11 - 2011/2012...	151
Gráfico 19b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas AF11 - 2011/2012	151
Gráfico 20a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF12- 2011/2012....	152
Gráfico 20b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas AF12 - 2011/2012	152
Gráfico 21 – Receitas Médias Geradas nas Unidades de Produção.....	153

LISTA DE SIGLAS

AC – Acre
AF – Agricultor Familiar
AGF – Aquisição do Governo Federal
AMSOP – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
ASSESSOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES – Assistência Técnica e Extensão Social
BA – Bahia
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
CAEAF – Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
CANGO – Colônia Agrícola General Osório
CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar
CDLAF – Compra Direta Local da Agricultura Familiar
CLAF – Cooperativa do Leite da Agricultura Familiar
CLASPAR – Empresa Paranaense de Classificação de Produtos
CRESOL – Cooperativa de Crédito Solidário
COAGRO – Cooperativa Agrícola Oeste
CONDRAF - Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAFI – Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada
COOPERFAC – Cooperativa da Agricultura Familiar de Capanema
CPR – Cédula de Produto Rural
CPR-Estoque – Compra Para Regulagem de Estoque (Formação de Estoques pela Agricultura Familiar)
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
DENACOOOP – Departamento Nacional de Cooperativismo
DERAL – Departamento de Economia Rural
DIPAI – Diretoria de Política Agrícola e Informação
DN TR/CUT – Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
EGF – Empréstimo do Governo Federal
EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Extensão Rural
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FHC – Fernando Henrique Cardoso (Governo)

GECAF - Gerência de Acompanhamento e controle das ações da Agricultura Familiar
GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCL – Incentivo à Produção e Consumo do Leite
LBA – Legião Brasileira de Assistência
MA – Ministério da Agricultura
MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEPF – Ministério Extraordinário de Política Fundiária
MFA – Multifuncionalidade da Agricultura
MIA – Mercado Institucional de Alimentos
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não Governamental
PA – Pará
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PE – Pernambuco
PEP – Prêmio por Escoamento de Produto
PFZ – Programa Fome Zero
PGMP - Política de Garantia de Preço Mínimo
PGPAF - Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar
PIB – Produto Interno Bruto
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
PR – Paraná
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
RJ – Rio de Janeiro
RS – Rio Grande do Sul
SAARC - Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional ou Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SC – Santa Catarina

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná
SEAF – Seguro da Agricultura Familiar
SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo
SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
SISLEG - Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SP – São Paulo
SUASA – Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPAF - Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UNIOESTE – Universidade do Oeste do Paraná
UP – Unidade de Produção
USP – Universidade de São Paulo
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UTH – Unidade Homem Trabalho
VBP – Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
1.2 FASES DA PESQUISA	26
1.3 POPULAÇÃO / AMOSTRA	26
1.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	27
1.4.1 Instrumentos de Coleta dos Dados.....	27
1.4.2 Análise dos Dados.....	30
1.5 A CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA	32
2 A AGRICULTURA FAMILIAR.....	38
2.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	38
2.2 MÚLTIPLAS FUNÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	41
2.3 O CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL, NOS ESTADOS DO SUL E NO SUDOESTE DO PARANÁ.	46
3 MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	59
3.1 O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	59
3.2 COMERCIALIZAÇÃO: O MERCADO E A AGRICULTURA FAMILIAR.....	65
4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E O MERCADO INSTITUCIONAL DE ALIMENTOS: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA	75
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	75
4.2 O MERCADO INSTITUCIONAL DE ALIMENTOS	83
4.2.1 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	85
5 ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA - COOPAFI - DE CAPANEMA – PARANÁ.....	104
5.1 COOPERATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR.....	104
5.2 A COOPAFI.....	107
5.2.1 A COOPAFI – Capanema	112
5.2.2 A Coopafi e o PAA.....	120
5.2.3 O PAA sob a Ótica dos Dirigentes da Coopafi	127
5.3 OS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS E O PAA.....	130
5.3.1 Perfil dos Agricultores Familiares de Capanema Associados à Coopafi..	130
5.3.2 O PAA sob a Ótica dos Agricultores Familiares	153

5.3.2.1 A Implantação do PAA.....	155
5.3.2.2 A Adesão ao PAA.....	156
5.3.2.3 A Operacionalização do PAA via Coopafi.....	159
5.3.2.4 Os Ganhos do Agricultor Familiar com a Adesão ao PAA	161
5.3.2.5 O Fortalecimento da Agricultura Familiar	167
6 CONCLUSÕES.....	171
REFERÊNCIAS	179
ANEXOS	191

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma vasta área ocupada pelo setor agrícola ao mesmo tempo em que diminuiu o seu número de habitantes nas áreas rurais e vivencia nas últimas décadas um grande crescimento dos centros urbanos, com muitos habitantes em precárias condições de vida.

Dados de organismos governamentais indicam que em 2000 a população urbana no Brasil era de 61,9% (IBGE, 2000). Já em 2007 a este índice subiu para 83,5% (IBGE, 2007), um aumento significativo num período relativamente pequeno.

Conforme relatam Alves e Marra (2009), o Brasil tem quase 85% da população urbanizada, sendo essa urbanização proeminente até nas cidades de pequeno porte. No Sudeste, a urbanização é de 93%; no Centro-Oeste, 90%; Sul; 84%; Nordeste, 73%; e Norte, 72%.

Portanto, as oportunidades de empregos urbanos e os salários aí vigentes têm forte influência nas decisões dos assalariados rurais, bem como na mão-de-obra familiar. Ainda os mercados urbanos de produtos e insumos têm reflexos profundos nas decisões das famílias rurais. Viver isolado, com regras próprias, no âmbito da família, de remunerar o trabalho familiar, não tem cabimento hoje. (ALVES; MARRA, 2009, s.p.).

Dados do Censo do IBGE 2010 corroboram as informações de Alves e Marra (2009), pois apontam que o Brasil tem 84,34% da população residindo na área urbana. Na região Sul do país este índice chega a 84,93%, enquanto no Estado do Paraná o índice é de 85,31%. No Sudoeste do Paraná o índice de população urbanizada era de 69,42% em 2010, demonstrando que a população que reside na área agrícola ainda é muito significativa.

Conforme o Relatório do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008, a agricultura contribui para o desenvolvimento como atividade econômica, como subsistência e como fornecedor de serviços ambientais, tornando o setor um instrumento singular para o desenvolvimento. Desta forma, se pode falar em

desenvolvimento sustentável e relacioná-lo à agricultura familiar quando esta forma de agricultura contém estas especificidades no seu bojo.

Os números apresentados pelos censos indicam que os chamados pequenos agricultores estão deixando o campo em busca de oportunidades nos centros urbanos. Conforme Olinger (1991) relata, esta migração foi alimentada por um intenso fluxo migratório das populações do campo, que esperam encontrar nas cidades a superação que as envolve no meio rural, porém estatísticas demonstram que a maioria absoluta destes migrantes enfrenta um destino ainda mais triste do que tinham em seu modo de vida camponês.

Na realidade da Região Sudoeste do Paraná¹, Perondi (2007, p. 26), discorre que “o esvaziamento populacional do Sudoeste do Paraná é o principal sintoma de que atravessa uma crise social e econômica, sendo a dependência na produção de *commodities*². de grãos agrícolas sua principal causa”, fato que atinge diretamente a Agricultura Familiar.

A estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná é formada praticamente por pequenos agricultores que representam 87,64% dos estabelecimentos que abrangem 46,41% da área total dos estabelecimentos agropecuários do território. (IBGE, 2006).

Historicamente o estigma que permeia as atividades dos agricultores familiares é a dificuldade da apropriação social dos bens produzidos. No seu trabalho “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”, Abramovay (2007), descreve claramente o histórico da dominação do mercado capitalista sobre a

¹ De acordo com o IPARDES (2010), a região Sudoeste do Paraná é constituída por 42 municípios, dos quais se destacam Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, em função de suas dimensões populacionais e de seus níveis de urbanização e polarização.

² *Commodities* (significa mercadoria em inglês) pode ser definido como mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, que são produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial. As *commodities* são negociadas em bolsas mercadorias, portanto seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional.

produção dos pequenos agricultores, ou como ele os define, a família camponesa de pequena produção.

Ainda sobre esta dominação do mercado capitalista, Viotti (2001) esclarece que:

Assim, uma importante parte das condições particularmente perversas — pobreza, miséria, desigualdade e degradação ambiental —, características da maioria dos processos de desenvolvimento de economias retardatárias, é consequência da falta de um sistema de mudança técnica que assegure uma competitividade autêntica para seus produtos. Em outras palavras, essas economias não conseguiriam sobreviver se não pudessem extrair competitividade da exploração predatória de seus recursos naturais e humanos. (VIOTTI, 2001. p. 14).

Conforme o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008, o aumento da produtividade, lucratividade e sustentabilidade da agricultura dos **pequenos proprietários**³ seria o principal caminho para sair da pobreza.

O Brasil, em particular, nas últimas décadas investiu forte na agricultura de *commodities*. Neste contexto o agricultor familiar não tinha muita opção no aumento da renda familiar e conseqüentemente não havia perspectiva na melhoria da qualidade de vida. Fato afirmado por Bueno (1986):

O patinho feio da agricultura brasileira é a produção de alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno, pois os governos se preocuparam muito em viabilizar uma política econômica na agricultura que se traduzisse em dólares. Porém, o povo brasileiro consome arroz, feijão, carne, mandioca, batata, etc., e a produção agrícola de geração de divisa para o País não supre a necessidade alimentar do povo brasileiro. (BUENO, 1986. p. 32).

A comercialização da produção, nos moldes da geração de *commodities*, geralmente, é realizada de forma centralizada, ou seja, os pequenos agricultores

³ Grifo nosso.

entregam a produção para as empresas da região que têm potencial de fazer o intermédio entre produtor e mercado final, seja este nacional ou de exportação.

Conforme argumenta Silva (1998), este modelo agrava a questão agrária brasileira pelo modo como expande as relações capitalistas de produção no campo, ou seja, a maneira com que o país tem conseguido aumentar a produção agropecuária causa impactos negativos sobre o nível de renda e de emprego da população rural.

Com o passar dos anos, o cenário foi se modificando. A demanda pela manutenção do agricultor no meio rural e a produção deficitária de alimentos de consumo humano no campo e sua falta também nas cidades, além da pressão provocada pelos movimentos sociais do campo e organismos nacionais e internacionais, levou o governo a criar políticas públicas voltadas ao agricultor familiar descapitalizado, buscando fazer com que este permaneça no campo, produzindo para seu próprio consumo e para o consumo dos habitantes das cidades, sendo fomentada a diversificação da produção, trazendo mais qualidade na vida da população.

Vários autores afirmam que a produção diversificada na agricultura familiar melhora a qualidade de vida da família e desencadeia um desenvolvimento geral na economia regional. Este fato pode ser observado em Perondi (2009) que descreve:

As famílias que diversificam intersetorialmente e que beneficiam suas produções alcançaram rendas totais maiores que as demais. Isso significa que as vantagens da diversificação são menores quando a produção se concentra apenas em atividades agrícolas dentro da unidade familiar, sendo também premente que ocorra a diversificação intersetorial, compreendendo a pluriatividade e a integração com novas e oportunas fontes de renda. (PERONDI, 2009).

Corroborando com esta asseveração, Ribemboim (2006), quando se refere aos produtos agrícolas e mercados no agronegócio, aponta que é possível afirmar,

ainda, que, ao diversificar a produção rural, pode-se vislumbrar um horizonte bem mais estável para as firmas e trabalhadores que se dedicam àquele setor.

Ao diversificar a produção e ao agregar valor nesta produção, por meio da transformação dos produtos primários, o agricultor familiar aumenta as possibilidades de comercialização, fugindo das garras do comércio voltado à grande produção agrícola, a produção de *commodities*.

Uma das ações políticas de articulação entre produção, comercialização e consumo, criadas pelo Governo Federal, foi o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA⁴, que foi instituído em 2003. Como principais inovações apontadas pelo Programa destacam-se os Preços de referência para a agricultura familiar e a aquisição de produtos sem a necessidade de licitação.

O PAA tem como objetivo central “[...] garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do **fortalecimento da agricultura familiar**”⁵. (BRASIL, 2006).

A proposta da pesquisa foi estudar a inserção do PAA como um instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar, verificando se o mesmo pode desencadear um avanço no desenvolvimento e no combate à pobreza no campo, além de conhecer melhor as experiências dos agricultores familiares participantes do PAA. Buscou-se, ainda, descobrir que benefícios o Programa pode trazer aos agricultores familiares, verificando se a adesão ao PAA pode contribuir com a sustentabilidade da agricultura familiar.

Na realização deste trabalho foi delineada, a partir da percepção e história dos atores envolvidos no processo de comercialização para o PAA, a participação

⁴ Fonte: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa> Acesso em: 20 set. 2010.

⁵ Grifo Nosso.

dos agricultores familiares neste programa, desde a sua adesão, produção e a comercialização por meio da Coopafi de Capanema.

A relevância desta pesquisa se pauta em dois pontos. Em primeiro lugar, pela característica da estrutura fundiária predominante da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná. Em segundo lugar, pela carência de pesquisa na área quanto à perspectiva dos atores envolvidos na comercialização via PAA, principalmente, do próprio agricultor familiar e a sua concepção das políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Este trabalho parte do objetivo de identificar qual o papel do PAA no fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações. Para tanto, procura-se primeiramente investigar os motivos da adesão e permanência dos agricultores familiares no PAA, descrevendo as dificuldades para a inserção no programa. Ainda, busca-se descrever o perfil socioeconômico dos agricultores familiares participantes do PAA, com relação à contribuição do PAA na geração de receita para a agricultura familiar;

Tais objetivos foram estabelecidos com base em duas hipóteses de trabalho acerca da implantação e operacionalização do PAA no município de Capanema.

A primeira hipótese levantada diz respeito ao entendimento de que a ação de política pública – PAA – cumpre os objetivos com que foi proposta e tem um peso significativo no fortalecimento da agricultura familiar e no seu desenvolvimento sustentável.

A segunda hipótese remete ao fato de que os atores envolvidos em todo o processo de comercialização do PAA têm a percepção da importância desta política pública na melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores familiares e da sociedade em que estes estão inseridos.

A presente dissertação está estruturada em forma de seções.

A presente Seção, ou Seção um, contextualiza quanto à importância e relevância da pesquisa, descrevendo os procedimentos metodológicos utilizados no

desenvolvimento desta e situando o leitor quanto ao local escolhido para a realização do estudo, no caso, a Coopafi de Capanema, Paraná. A Seção dois apresenta os fundamentos teóricos acerca da agricultura familiar, sua organização e o modo de produção e vida.

Na Seção três são tratados os temas mercantilização e comercialização na agricultura familiar, enquanto a Seção quatro disserta sobre as Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e o Mercado Institucional de Alimentos, onde se situa o alvo da pesquisa, que é o Programa de Aquisição de Alimentos, do Governo Federal.

Na Seção cinco é apresentado o estudo de caso, a análise e discussão dos resultados obtidos e, por fim, a Seção seis contém a conclusão da pesquisa e sugestão para futuros trabalhos de pesquisa.

Para que os objetivos propostos fossem alcançados e as hipóteses confirmadas ou refutadas, utilizou-se como metodologia o estudo de caso, dentre outros métodos, conforme se descreve a seguir.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para compreender a realidade dos agricultores familiares partindo desde a adesão ao PAA até o seu papel enquanto política pública de desenvolvimento, o presente trabalho procurou adotar a metodologia de estudo de caso, onde de acordo com Gil (2009) é:

[...] uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados. (GIL, 2009, p.54).

O estudo de caso ainda pode ser definido segundo o mesmo autor, como:

[...] um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação. (GIL, 2009, p.59).

De acordo com relatos de Gil (2009), se torna possível delinear um conjunto de etapas que podem ser seguidas na maioria das pesquisas definidas como estudo de caso.

O estudo de caso apresenta diversas vantagens, as quais são de acordo com Gil (2009):

- A flexibilidade do planejamento do estudo de caso possibilita ao pesquisador ao longo de seu processo, manter-se aberto a novas descobertas, ou seja, traz o estímulo a novas descobertas;
- O pesquisador volta-se para a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo, ou seja, a ênfase na totalidade;
- Comparado a outros procedimentos, o estudo de caso é bastante simples.

Ainda de acordo com Gil (2009) as pesquisas podem ser classificadas com base em seus objetivos. Desta forma são classificadas em três grupos: exploratórias, descritivas e explicativas.

As pesquisas baseadas nos objetivos correspondentes ao problema proposto para este estudo são a pesquisa exploratória e a pesquisa descritiva.

Segundo Gil (2009) a pesquisa exploratória tem como objetivo:

[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descobertas de intuições (GIL, 2009, p. 41).

Quanto à pesquisa descritiva, esta foi utilizada pela necessidade de haver maior familiaridade por parte do pesquisador em relação à realidade da política pública voltada aos agricultores familiares e por apresentar características descritivas no problema proposto.

De acordo com Gil (2009) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Conforme o autor, uma das características mais significativas encontra-se na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observações sistemáticas.

Contribuindo com este conceito, Cervo e Bervian (1996), salientam que a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. É um estudo cuja finalidade é descrever características, propriedades ou relações existentes em um grupo ou realidade pesquisada.

Para a elaboração do estudo se recorreu também à pesquisa bibliográfica, buscando subsídios que pautem as definições apresentadas.

Pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2009) é aquela desenvolvida com base e material já elaborado, constituída principalmente de livros e artigos científicos. Gil afirma ainda que boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

Observando a problemática da pesquisa, os instrumentos utilizados para a coleta de dados e o plano para tratamento e análise dos dados deste objeto de estudo, verificou-se que esta pesquisa enquadra-se na abordagem qualitativa e quantitativa.

Richardson (1999) explana que a pesquisa quantitativa se caracteriza pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

O método quantitativo é amplamente utilizado nas pesquisas, tendo como principais finalidades garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências.

Richardson (1999) salienta ainda que este método é bastante utilizado nas pesquisas descritivas, onde se busca descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos.

Esta pesquisa também se classifica como qualitativa, pois se busca identificar possíveis melhorias na qualidade de vida na agricultura familiar por meio do Programa Aquisição de Alimentos.

Quanto à pesquisa qualitativa, Chizzotti (1998) realça:

A pesquisa qualitativa contribui para a compreensão do ser social no momento histórico em constituição, buscando compreender a complexidade e as contradições, como também a imprevisibilidade dos fatos. Assim o pesquisador é ativo descobridor do significado das ações e relações que se ocultam nas estruturas sociais, tendo a oportunidade de apurar as informações repassadas de forma íntegra, evitando uma camuflagem dos dados coletados. (CHIZZOTTI, 1998, p. 28)

Para Minayo (1993) na abordagem qualitativa evitam-se os números, trabalhando-se com interpretação das realidades sociais, tais como: crenças, valores, significados. Este tipo de pesquisa considera o ambiente como sendo uma fonte direta dos dados e o pesquisador como um instrumento chave, e tem como modelo de pesquisa a entrevista em profundidade.

Minayo (1993) ainda realça que a pesquisa qualitativa é caracterizada pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até o entendimento lógico interno do processo em estudo ou do grupo. Usando assim, conforme o autor, os dados obtidos no contato direto do pesquisador para destacar mais o processo do que o produto e preocupar-se mais em retratar a perspectiva dos participantes do estudo em questão.

1.2 FASES DA PESQUISA

Num primeiro momento buscou-se o aprofundamento teórico que apontasse o marco teórico sob o qual a pesquisa foi desenvolvida, com a revisão de literatura específica, isto é, apresentação do “estado de arte”, na área temática da investigação;

Posteriormente foi realizada a pesquisa de campo, a qual foi constituída pela visita às propriedades rurais e tipificação dos estabelecimentos rurais, das experiências individuais e coletivas e também entrevistas com as famílias de agricultores e mediadores que participaram e participam da trajetória da implantação do PAA no município.

Num terceiro momento foi realizada a análise dos dados coletados e, finalmente, com base nos referenciais teóricos e na pesquisa de campo, a dissertação se desenvolveu buscando responder os problemas apresentados no início dos trabalhos.

1.3 POPULAÇÃO / AMOSTRA

O universo deste estudo corresponde aos agricultores familiares atendidos pelo PAA e os dirigentes da COOPAFI de Capanema, PR, sendo que a escolha quantitativa dos sujeitos foi definida a partir da perspectiva de saturação de dados. Segundo Polit e Hungler (1995) a saturação ocorre quando os dados da coleta param de produzir novas informações ou fornecem informações redundantes.

Assim, a pesquisa de campo foi realizada no segundo semestre de 2012, onde foram entrevistados doze agricultores familiares produtores que foram

definidos por meio de sorteio entre os agricultores familiares associados à cooperativa e, ainda, dois dirigentes da COOPAFI - Capanema.

Após a composição da amostra, as famílias foram visitadas em seus domicílios e convidadas a participar do estudo. Neste momento foram esclarecidos do objetivo da pesquisa, consentindo em participar da mesma e assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A), que visa a preservação da identidade e dos dados coletados.

1.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos de coleta de dados:

1.4.1 Instrumentos de Coleta dos Dados

a) Estudo Bibliográfico da Literatura:

Ocorreram levantamentos bibliográficos nas áreas da agricultura brasileira; políticas públicas na agricultura familiar; cooperativismo; qualificação do produtor rural; e metodologia.

Desta forma “os estudos bibliográficos fazem com que pesquisadores desenvolvam a própria pesquisa e resolvam os problemas teóricos e práticos que a investigação exigir”, afirma Chizzotti (1998, p.127).

b) Entrevistas semiestruturadas:

Segundo Manzini (2003) a entrevista semiestruturada pode ser constituída de questões abertas e/ou fechadas desde que tais questionamentos estejam pautados em teorias e hipóteses que se relacionem com o tema investigado.

Neste estudo de caso foram realizadas perguntas abertas e ordenadas para que os agricultores familiares e os diretores da cooperativa pudessem responder as questões que envolvem o processo de adesão ao PAA, bem como relatar as possíveis falhas do Programa.

A entrevista dos agricultores familiares foi realizada utilizando um formulário semiestruturado (Roteiro de Entrevista - Anexo C) abrangendo questões sociodemográficas e qualitativas, onde a formulação das perguntas foi estruturada em tópicos relevantes ao tema, estabelecida através de roteiro prévio para nortear o desenvolvimento da pesquisa, sendo que as entrevistas foram gravadas para melhor registro das informações.

Da mesma forma, foi aplicado um formulário (Roteiro de Entrevista – Anexo D) aos dirigentes da cooperativa que se propuseram a participar da pesquisa.

A entrevista semiestruturada dá a possibilidade ao entrevistado alcançar a liberdade e espontaneidade necessária à investigação e permitindo a exploração de múltiplas dimensões do fenômeno. Segundo Triviños (1987), a entrevista semiestruturada parte de questionamentos prévios e permite que a resposta dos informantes crie novas hipóteses, enriquecendo a investigação.

c) Aplicação de questionários:

Foi utilizado o questionário “Diagnóstico do Sistema de Produção” (Anexo B), desenvolvido e validado por Perondi (2007), objetivando calcular a receita total das famílias. Posteriormente, buscou-se avaliar a origem e distribuição das receitas

entre agrícolas e não agrícolas.

A técnica de questionário, de acordo com Gil (2009), consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos e em forma de questões.

Para Gil (2009) questionário é:

[...] a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc. (Gil 2009, p. 121).

Segundo Cervo e Bervian (1996) o questionário é a forma mais utilizada para coletar dados, pois este possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja saber. As perguntas de um questionário são todas logicamente relacionadas com o problema central da pesquisa.

Ainda de acordo com Cervo e Bervian (1996) as perguntas de um questionário podem ser abertas ou fechadas. As perguntas abertas destinam-se a obter uma resposta livre, o informante tem a possibilidade de discursar sobre a pergunta. Já as perguntas fechadas destinam-se a obter respostas mais precisas, padronizadas, de fácil aplicação, fácil de codificar e analisar.

O questionário foi elaborado a partir da análise conjuntural do tema proposto e das necessidades de obter respostas às indagações que devem ser dirimidas quanto ao problema de pesquisa apresentado. Será aplicado pessoalmente pelo pesquisador nas propriedades agrícolas escolhidas para a realização da pesquisa de campo.

As entrevistas e questionários foram aplicados aos participantes, que estiveram de acordo e assinaram o termo de consentimento, após terem sido esclarecidos sobre os objetivos e dirimidas as dúvidas referentes à pesquisa.

1.4.2 Análise dos Dados

Conforme Vergara (2008) a análise de dados refere-se à seção onde se especifica a forma como se pretende coletar e interpretar os dados.

A análise dos dados foi desenvolvida a partir do conteúdo das entrevistas. A base de dados quantitativos permitiu auxiliar na caracterização socioeconômica e demográfica das famílias agricultoras.

O processamento dos dados quantitativos foi realizado com o emprego de técnicas de cálculo matemático através da planilha eletrônica EXCEL.

Os dados qualitativos foram analisados através da análise de conteúdo expresso nas entrevistas realizadas pautadas no seguinte quadrante.

Quadro 1 - Quadrante de análise dos dados qualitativos

PAA	Agricultores Familiares	Instituição / COOPAFI
Mercado Institucional	X	X
Mercado Particular	X	X

Fonte: Elaboração do autor (2012).

A partir do quadrante proposto, percebe a presença das seguintes categorias de análise: o mercado institucional e o mercado privado, tanto em relação aos agricultores familiares, quanto em relação à cooperativa. Com base neste quadrante, pode-se fazer um comparativo dos mercados possíveis à agricultura familiar e a comercialização nestes mercados, tanto de forma individual (autônoma), quanto coletivamente, por meio da cooperativa.

Quanto à análise de conteúdo, esta representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que

permitiram a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens (BARDIN, 1979).

Assim, o material qualitativo permitiu analisar, compreender e interpretar os fatores que determinam as características e os significados que os atores compartilham na vivência de sua realidade.

De acordo com Dias (2000) a análise dos dados em pesquisas qualitativas consiste em três atividades interativas e contínuas:

- a) Redução dos dados - processo contínuo de seleção, simplificação, abstração e transformação dos dados originais provenientes das observações de campo. Na verdade a redução dos dados já se inicia antes da coleta de dados propriamente dita;
- b) Apresentação dos dados - organização dos dados de tal forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir dos dados (textos narrativos, matrizes, gráficos, esquemas etc.);
- c) Delineamento e verificação da conclusão - identificação de padrões, possíveis explicações, configurações e fluxos de causa e efeito, seguida de verificação, retornando às anotações de campo e à literatura, ou ainda replicando o achado em outro conjunto de dados.

Por meio da interpretação de todos os dados e argumentações surgidas a partir dos questionários e entrevistas, foi realizada uma relação entre os resultados e os conhecimentos adquiridos através do referencial teórico, onde se buscou a obtenção de uma avaliação do Programa, segundo a percepção dos agricultores familiares e dos diretores da cooperativa.

Os aspectos éticos foram fundamentais nesta caracterização das famílias agricultoras, não havendo nenhuma forma de discriminação no processo de seleção e nem a exposição ou riscos aos indivíduos. Buscou-se assim assegurar aos pesquisados a garantia da preservação de sua identidade, privacidade e anonimato.

Descritos os procedimentos metodológicos, o próximo item situa o leitor quanto ao local escolhido para a realização da pesquisa de campo.

1.5 A CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

Segundo Lima e Lauffer (2008) e Lazier (1996) o modo como a região Sudoeste do Paraná foi colonizada deu margem a inúmeros conflitos, pois, a ocupação das terras foi levada a efeito sem maiores preocupações com a legitimidade de sua posse e domínio. Assim, as companhias de colonização lançaram-se a uma desenfreada venda de terras, dando origem a superposições de títulos com posse efetiva de posseiros, gerando intensos conflitos que tiveram ações em 1957, com a revolta geral no Sudoeste Paranaense, chamada de revolta dos posseiros.

A história nos conta que Jânio Quadros, no início de seu governo, em 27/03/1961, desapropriou a gleba Missões e parte da gleba Chopim pelo Decreto nº 50.379. Poucos meses depois, com a renúncia de Jânio, o vice-presidente João Goulart deu continuidade às atividades com relação aos posseiros que havia sido iniciada anteriormente. Para isso criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) para programar e executar a efetivação da desapropriação.

A partir de 1962, a GETSOP começou a atuar solucionando os problemas de desapropriação e titulando as áreas de terras aos posseiros concluindo a obra iniciada pela CANGO⁶. Pode-se dizer que a regularização das terras dos posseiros permitiu o início do desenvolvimento do Sudoeste do Paraná. A GETSOP

⁶ Em 12 de maio de 1943, um decreto do então presidente Getúlio Vargas determinou a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório, a Cango, que estruturou o processo de colonização da região. Instalada onde hoje é Francisco Beltrão, a companhia abriu estradas, estabeleceu assentamentos e ofereceu estrutura para os migrantes que buscavam terras e oportunidades no então emergente Sudoeste do Paraná.

preocupou-se em construir escolas, na melhoria das estradas, na quantidade e qualidade da produção agrícola, no escoamento da produção agrícola, incentivou a mecanização agrícola e controle da exploração florestal.

O mapa número um demonstra onde está localizado o Município de Capanema no Estado do Paraná.



Mapa 1 – Localização Geográfica Capanema – Paraná.

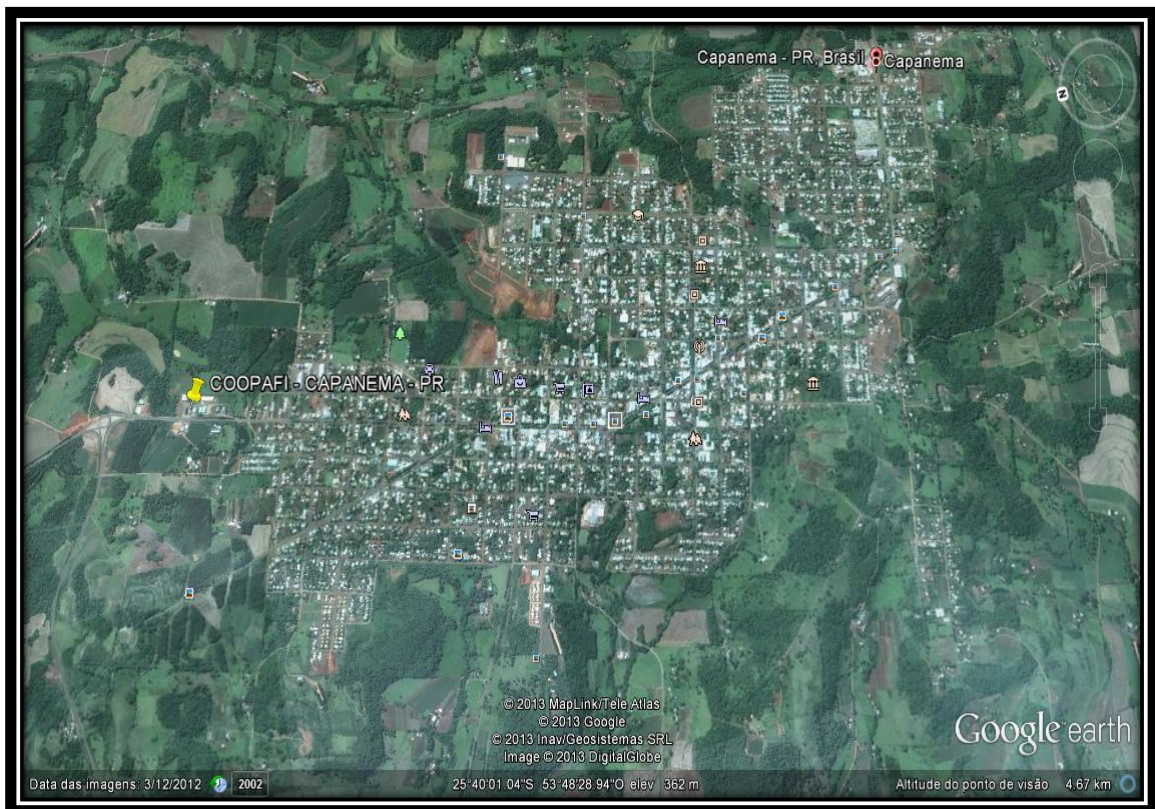
Fonte: IparDES, 2012.

Capanema está a 604 km da Capital do Estado, a 120km da Cidade de Cascavel, 165 km de Pato Branco e 104km de Francisco Beltrão, cidades polos regionais.

Segundos os dados do IBGE, Capanema possuía no ano de 2000, uma população total de 18.229 habitantes, sendo 9.300 vivendo na área urbana e 8.929 na área rural. Já no ano de 2010, o Censo indica uma população total de 18.526 pessoas, sendo que destas 7.376 vivendo na área rural e 11.150 pessoas vivendo na área urbana.

Os dados revelam que o número de habitantes aumentou, porém, é nítido o êxodo rural que ainda acontece na região, pois ocorreu uma redução de aproximadamente 17,5% na população rural nos últimos 10 anos.

A fotografia número um dá uma ideia geral da forma da cidade de Capanema e dos seus arredores, sendo possível visualizar na mesma foto a localização da Coopafi – Capanema.



Fotografia 1 – Fotografia Aérea - Capanema, PR.

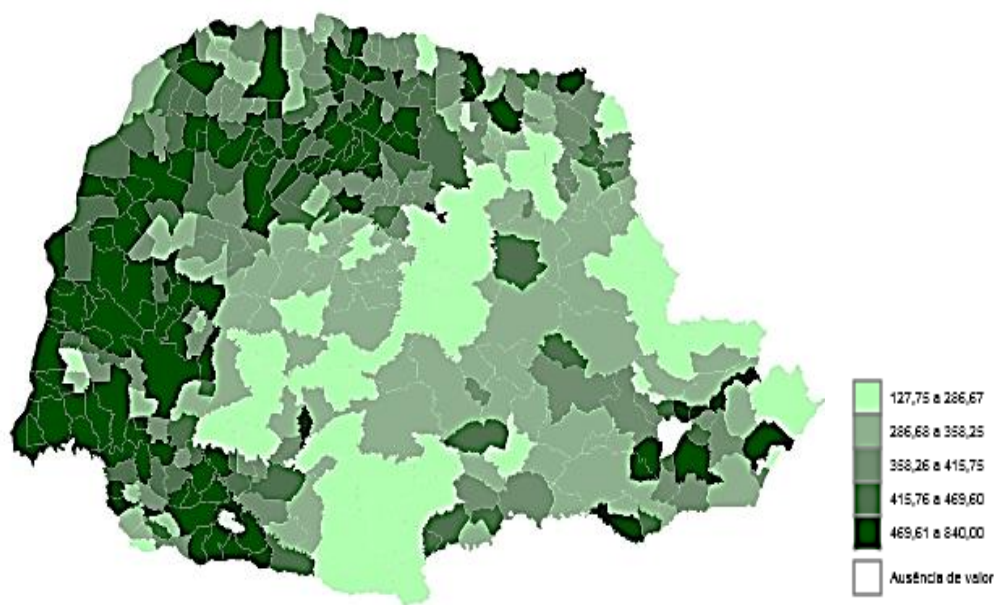
Fonte: Google Earth, 2013.

Quanto ao número de estabelecimentos agropecuários, de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, Capanema tem aproximadamente 2.600 propriedades, sendo que destas propriedades 2.400 são de agricultores familiares.

Segundo a Prefeitura Municipal de Capanema (2007), a economia do

município é essencialmente agrícola sendo que há um esforço local para oferecer novas alternativas de produção para manter o homem na terra, já que tem como característica a ocupação do espaço pela agricultura familiar e, conseqüentemente, seus produtos apresentam característica de produtos orgânicos oriundos dessa atividade econômica.

A importância do setor agrícola para o município pode ser visto nos dados apresentados pelo IBGE (2012), onde se destaca que o valor do rendimento nominal médio mensal per capita dos domicílios particulares permanentes no meio rural de Capanema é de pouco mais de 630 reais, sendo este valor médio no Estado do Paraná de aproximadamente 556 reais e ainda o Valor do rendimento mediano mensal *per capita* dos domicílios particulares urbanos é de 572 reais. O mapa número dois demonstra a distribuição da Renda *Per Capita* Rural no Estado do Paraná.



Mapa 2 – Renda Per Capita Rural - Paraná

Fonte: IBGE, 2012

A importância do setor agrícola para o Município também pode ser

visualizado no gráfico número um, quando comparado Produto Interno Bruto – PIB - (Valor Adicionado⁷) nas áreas econômicas da Agropecuária, Indústria e Serviços.

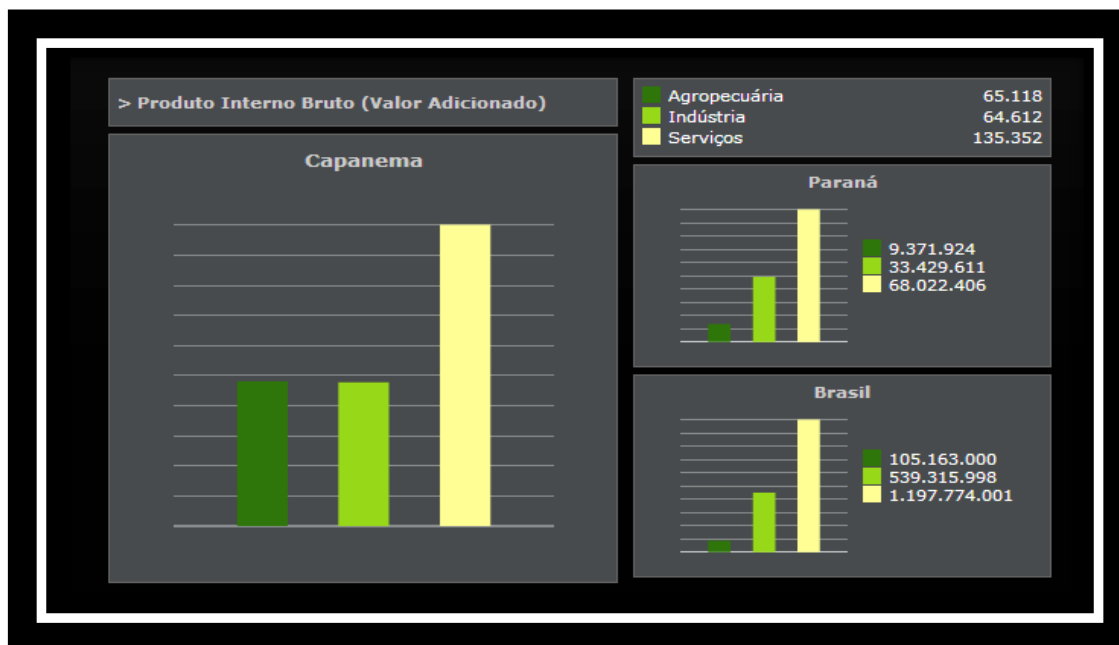


Gráfico 1 – Produto Interno Bruto – Capanema – PR. 2012.

Fonte: IBGE (2012).

Os dados do PIB de Capanema quando comparados aos do PIB do Estado do Paraná e mesmo do Brasil, remetem ao fato de que o setor da Agropecuária tem um peso forte na economia do município, uma vez que a geração de riquezas do setor é superior ao do setor industrial e proporcionalmente tem maior participação que o setor de serviços quando comparado ao Estado e ao País.

⁷ A Demonstração do Valor Adicionado tem a função de divulgar e identificar o valor da riqueza gerada pela entidade, e como essa riqueza foi distribuída entre os diversos setores que contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua geração.

O Valor Adicionado constitui-se da receita de venda deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros. É, portanto, o quanto a entidade contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo Márcia Martins M. de Luca (1998) Valor Adicionado é: "... a remuneração dos esforços desenvolvidos para a criação da riqueza da empresa. Tais "esforços" são, em geral, os empregados que fornecem a mão-de-obra, os investidores que fornecem o capital, os financiadores que emprestam os recursos e o governo que fornece a lei e a ordem, infra-estrutura sócio-econômica e os serviços de apoio".

Para que o setor agropecuário tenha tamanha importância no contexto econômico do município, alguns atores são importantes para o desenvolvimento do setor, principalmente no que tange à agricultura familiar, que é preponderante em Capanema.

Assim, a Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada – COOPAFI - de Capanema, onde foi realizado o presente trabalho, foi escolhida para a realização da pesquisa deste trabalho em virtude do potencial que a cooperativa representa no município e no Sudoeste do Paraná, conforme será visualizado no decorrer desta dissertação.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR

Como a intenção desta dissertação é discutir o papel de uma política pública voltada à agricultura familiar é preciso que esta categoria seja referenciada de forma que o leitor saiba sobre qual agricultura se trata neste trabalho.

Assim, esta seção apresenta alguns conceitos que permitem um melhor entendimento sobre a agricultura familiar em diferentes aspectos: suas características; um breve histórico sobre a agricultura familiar no Brasil, no Estado do Paraná, no Sudoeste do Paraná e mais especificamente em Capanema.

2.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Falar sobre a agricultura familiar é utilizar a noção de unidade familiar de produção e consumo, segundo Tedesco (1999):

...a agricultura familiar, tão em evidência no campo político, econômico, cultural e social, manifesta a dinâmica dos novos processos sociais que perpassam o meio rural/agrícola. Sua inserção nas formas sociais capitalistas, suas redefinições, rupturas e continuidades, a associação entre família, terra e trabalho, exteriorizam a heterogeneidade dos processos sociais englobantes, bem como a diversidade socioeconômica em sua plenitude. (TEDESCO, 1999. p. 11).

Em Abramovay (2007), agricultura familiar é aquela onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento.

Já no conceito de Lamarche (1997), a agricultura familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.

Conforme os objetivos a que se propõem os agricultores, para si mesmos e para suas famílias, e conforme também os contextos socioeconômicos locais e o respectivo nível de desenvolvimento, deve-se distinguir as unidades de produção camponesas de outras consideradas de subsistência. Se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto; há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio família. (LAMARCHE, 1997, p. 270).

A autora Wanderley (1998) resgata Chayanov ao afirmar que a unidade de produção familiar na agricultura é diferenciada da unidade de produção capitalista devido à regência desta por princípios gerias de funcionamento interno, que, de acordo com esses princípios, a empresa familiar não se organiza sobre a base de extração e apropriação do trabalho alheio, ou seja, da mais-valia.

Desta forma, a fonte do trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção (WANDERLEY, 1998).

Neste sentido, Mendras (1978) acrescenta que seu trabalho não é remunerado, pois o grupo doméstico (família) constitui uma comunidade e nesta, cada integrante contribui com sua força de trabalho para garantir sua subsistência, sem haver contabilização do seu trabalho.

Porém, na análise de Marx, o limite que define a força de trabalho empregada é o salário. Para Chayanov esse limite é determinado pela auto-exploração da força de trabalho da unidade de produção família e por isso possui papel fundamental a composição familiar, pois definirá o limite de trabalho máximo e mínimo possível.

De acordo com Abramovay (2007), o pensamento de Chayanov sobre a dinâmica interna da família é a de que a relação entre a penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades será responsável pela escolha da família em relação à venda de suas mercadorias e o uso de financiamentos ou insumos de origem industrial.

Sobre esta afirmativa a autora Wanderley discorre:

Da centralidade da família, como portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade tanto quanto definidora das necessidades de consumo, decorre a importância que assume a evolução de sua composição, como elemento-chave do próprio processo de transformação interna da unidade família/estabelecimento, o que Chayanov denominou de “diferenciação demográfica” (WANDERLEY, 1998, p.29).

Segundo Lamarche (1999), a ideia de agricultura familiar, tradicionalmente, repousa sobre a identidade entre família e exploração. A unidade de produção é um grupo familiar em que os membros estão ligados por laços de parentesco biológico ou simbólico, um grupo que se constitui e se renova tendo como base as relações familiares. Sendo assim, a exploração familiar assegura a subsistência do grupo e representa um patrimônio cuja transmissão é o objetivo principal das estratégias de reprodução do grupo familiar.

Para Wanderley (1998), com a venda de suas mercadorias, o produtor familiar é também chamado de pequeno produtor mercantil, já que a agricultura camponesa se reproduz nas sociedades capitalistas modernas como uma pequena produção mercantil.

Mesmo nas condições modernas de produção, suas características de reprodução ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõe no estabelecimento familiar e que assim, destinam-se a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. Essa dupla preocupação, ou seja, a integração ao mercado e a garantia do consumo, vem afirmar que o campesinato brasileiro não se restringe apenas à obtenção da alimentação familiar, só acontecendo esse fato quando as portas forem efetivamente fechadas (WANDERLEY, 1998).

Como as portas não se fecharam e gradativamente são abertas, questiona-se a existência do campesinato no Brasil, pois o campesino se transforma em agricultor familiar quando começa a se relacionar com os mercados.

Esta breve revisão teórica com base em Chayanov, Wanderley e Abramovay e Lamarche destaca alguns conceitos do tema agricultura familiar, seguindo a linha do trabalho na unidade de produção realizado pela família para que esta atendesse primeiramente suas necessidades. Ainda, a agricultura familiar tem uma diversidade de funções fundamentais para o desenvolvimento, tanto das cidades, quanto do campo.

2.2 MÚLTIPLAS FUNÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR

A questão da multifuncionalidade da agricultura (MFA) ganha vulto no início da década de 90, quando ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Soares, 2000/2001), consolidando-se paralelamente à ideia de desenvolvimento sustentável.

A multifuncionalidade, segundo Sabourin (2008), se caracterizou a partir da Conferência Eco 92, com o reconhecimento pela sociedade e pelos governos do interesse público sobre as funções sociais, ambientais, culturais e econômicas não diretamente produtivas ou mercantis, associadas às explorações agropecuárias.

Para Carneiro a construção da noção de MFA, do lado normativo, é emanada da crítica ao modelo de agricultura oriundo da Revolução Verde, que não permite que a agricultura desempenhe suas funções públicas associadas e originárias. Assim, a noção de MFA constitui uma nova síntese das múltiplas dimensões envolvidas na atividade agrícola, alinhando-se a ideia de desenvolvimento sustentável. (CARNEIRO, 2003).

Quanto ao lado positivo, Maluf (2003) defende que a noção de MFA é entendida num viés econômico estrito, a partir da concepção de que a agricultura gera externalidades tanto positivas, como externalidades negativas. As positivas sob a forma de produtos não mercadoria, enquanto as negativas sob a forma de erosão, ou poluição dos recursos hídricos, havendo a necessidade de se estabelecer uma conjugação ótima entre estas, pelo incremento das primeiras, através de subsídios;

e/ou redução das segundas, através de aplicação de multas e internalização dos custos do tratamento no custo de produção.

A ideia de MFA ganhou projeção devido a suas consequências sobre o debate travado na OMC (Organização Mundial do Comércio) acerca das transações internacionais e dos subsídios à agricultura, particularmente a europeia. (ABRAMOVAY, 2002).

Segundo a consideração de Carneiro e Maluf (2003), a noção de MFA pode ser aplicada como uma nova 'lente' para analisar as dinâmicas sociais no meio rural e para apreender a agricultura familiar, que é valorizada como portadora de potencialidades sociais, culturais e ambientais associadas à atividade agrícola, via-de-regra, ignoradas pelos enfoques economicistas ou produtivistas estritos.

Com base nas experiências europeias, Carneiro (2003) assegura que na prática, a multifuncionalidade tem sido centrada na valorização econômica (qualidade dos produtos, diversificação das atividades nos estabelecimentos, criação de empregos), com medidas limitadas a nichos de mercados, reservados a produtores muito competitivos.

O mesmo autor sustenta que apesar de ter uma retórica de relativa sustentabilidade e autonomia para o agricultor familiar, a efetivação da multifuncionalidade não foge dos objetivos de acumulação de capital, e vem favorecendo apenas alguns agricultores mais adaptados às exigências e normas dos mercados. Desta forma, permanecem mais dúvidas do que certezas em torno da aplicação da perspectiva da multifuncionalidade.

Outro aspecto de suma importância que não vem sendo aprofundado refere-se às implicações do uso indiferenciado de multifuncionalidade da agricultura e multifuncionalidade do agricultor.

Se for entendido que o agricultor como ator social tem múltiplas inserções na sociedade, a possibilidade de integrar as diversas esferas do social a partir de sua atuação parece mais ampla do que se mantido o olhar centrado na agricultura – um setor da economia. (CARNEIRO, 2003 p. 102).

Ao se referir à multifuncionalidade da agricultura, Maluf (2003) pontua a multifuncionalidade como um elemento do agricultor, e associa a pluriatividade com a multifuncionalidade, onde a combinação das atividades agrícolas e não agrícolas insere a família do agricultor em outros setores da economia, ampliando seu campo de inserção social e econômica.

A aplicação da noção de MFA no contexto brasileiro, como um referencial analítico para apreender as peculiaridades da realidade rural nacional, Carneiro e Maluf (2003) identificam quatro funções chave:

- 1) Reprodução socioeconômica das famílias rurais.
- 2) Características técnico-produtivas, promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade e sustentabilidade da atividade agrícola.
- 3) Manutenção do tecido social e cultural associado a determinado território.
- 4) Conservação dos recursos naturais e manutenção da paisagem rural.

Maluf (2003) avalia que o rural no Brasil, característico por sua elevada heterogeneidade e desigualdade social, é bem diferente do rural europeu, onde surge a noção de multifuncionalidade, de modo que as quatro funções identificadas não se manifestam igualmente nas regiões brasileiras analisadas.

Quanto à reprodução socioeconômica das famílias, Carneiro e Maluf (2003) relatam que a geração de trabalho e renda permitem às famílias rurais se manter no campo, onde a agricultura continua a desempenhar um papel central na reprodução das famílias rurais brasileiras, apesar da maioria depender cada vez menos da produção agrícola própria. (CARNEIRO e MALUF, 2003).

Com referência à promoção da segurança alimentar, Maluf (2003) relata que é o principal papel da agricultura para a sociedade, sendo um bem público, junto com biodiversidade, paisagem natural e herança cultural.

A questão do autoconsumo das famílias rurais é um dos elementos de adequação do enfoque da multifuncionalidade na Europa à realidade de elevada desigualdade social brasileira. Garantir e incentivar o autoconsumo das famílias rurais é crucial para a dinamização social e econômica do espaço rural brasileiro. (MALUF, 2003).

A promoção de uma agricultura multifuncional no Brasil não se desvincularia do aumento da produção agroalimentar, pois os elevados níveis de pobreza rural no Brasil, além de fatores como o acesso à terra e o nível de renda monetária auferida com a atividade agrícola própria, envolvem outros componentes que permitem relacionar o enfoque da multifuncionalidade da agricultura com o objetivo, obrigatório no Brasil, da erradicação da pobreza. (MALUF, 2003 p.149, 150).

Ainda, para o autor, os fatores responsáveis pelo peso decrescente da renda oriunda da atividade agrícola são a tendência de queda de preços dos produtos e a ausência de condições para a família aperfeiçoar o processo produtivo e agregar valor aos produtos agrícolas. Porém, a menor participação da agricultura na economia das famílias rurais também é vinculada à elevação do nível de renda familiar, demonstrando que o sucesso econômico das famílias rurais em atividades não-agrícolas, tende a reduzir as práticas agrícolas e a importância da agricultura.

No que diz respeito à manutenção do tecido social e cultural, Maluf (2003) e Carneiro (2003) destacam a identidade social como um traço forte dos agricultores, pois, mesmo com a queda de importância da agricultura em diversas unidades, a maioria dos agricultores afirma o rural como modo de vida, sendo importante diferenciar os motivos e os destinos dos jovens que saem e dos que retornam. Todavia, Maluf (2003) pondera que um dos fatores dessa identidade é a intenção de preservar o enquadramento como agricultores para fins fiscais e previdenciários.

Quanto à preservação dos recursos e da paisagem, Maluf (2003) discorre que a pluriatividade faz com que a família disponha de um tempo menor à atividade agricultura, o que tem como consequência o aumento do uso de agrotóxicos, sendo

que existe a necessidade de se ampliar o debate sobre preservação da paisagem, identificando as contribuições (ou danos) da agricultura para a paisagem rural e o patrimônio natural.

Candiotto (2009) analisa que mesmo estando concentrado na Europa e no contexto europeu, o debate sobre multifuncionalidade no Brasil é recente. O autor destaca o convênio de cooperação e intercâmbio científico entre pesquisadores brasileiros e franceses, que resultou no projeto Estratégias de Desenvolvimento Rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras.

Neste sentido as diferenças entre as agriculturas europeia e brasileira devem ser levadas em consideração para não se correr o risco de generalizar o conceito de multifuncionalidade, pois as diferenças tanto culturais quanto econômicas são fundamentais para o melhor entendimento do conceito onde se quer aplica-lo.

As ressalvas apresentadas por Candiotto (2009) consideram a apropriação da noção de multifuncionalidade para justificar interesses protecionistas e de expansão do capitalismo no campo (por meio da idealização do rural e de sua comercialização), ressaltando que qualquer projeto de desenvolvimento rural, deve considerar os anseios dos agricultores familiares, e contribuir para a autonomia destes.

A autora Wanderley (2003) relata que a legitimação da concepção da multifuncionalidade da agricultura poderá ajudar a fazer emergir a consciência sobre a ampla e diversificada contribuição dos agricultores para o dinamismo da sociedade e reforçar uma perspectiva inovadora do desenvolvimento rural.

2.3 O CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL, NOS ESTADOS DO SUL E NO SUDOESTE DO PARANÁ.

Estudos de diversos autores sobre as dinâmicas da agricultura familiar no Brasil já foram realizados. Remetendo às origens da agricultura familiar no Brasil, Wanderley (1995) afirma que a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem corresponde a uma categoria analítica nova na sociologia rural, porém, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe têm sido atribuídos nos últimos anos no país, assume ares de novidade e renovação.

Para Buainain e Romeiro (2000) a agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criações animais e transformações primárias, tanto para o consumo da família como para o mercado.

Além desta multifuncionalidade, a pluriatividade é outra característica cada vez mais presente na agricultura familiar brasileira. Schneider (2003) ao referenciar Fuller (1990), comenta que pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas, onde as propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar.

Desta forma, a pluriatividade refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade e que pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências).

De acordo com Wanderley (1995) a questão da pluriatividade está além de ser somente da reprodução da família. Para a autora, o trabalho externo se torna, em muitos casos, uma necessidade estrutural, ou seja, a renda obtida nesse tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução não só da família como do próprio estabelecimento familiar.

Ainda, segundo Schneider (1999), além das estratégias de ocupar a mão-de-obra familiar em atividades agrícolas e não agrícolas, os agricultores familiares

frequentemente conciliam a mão-de-obra familiar com a contratada (temporária ou permanente) nas atividades produtivas dentro das propriedades, quando há carência de mão-de-obra familiar, sendo que isso geralmente ocorre em casos, por exemplo, quando os filhos não estão em idade de participar das atividades agrícolas, a mão-de-obra familiar já perdeu seu potencial produtivo (predominância de idosos) e/ou quando a propriedade pratica atividade produtiva altamente intensiva em mão-de-obra.

Schneider (1999) afirma, também, que a composição das estratégias da agricultura familiar depende de aspectos importantes que compõem o meio no qual os agricultores familiares estão inseridos. Assim, ao se definir a agricultura familiar contemporânea, devem-se levar em conta todas as formas que essa categoria social apresenta, seja ela baseada no trabalho familiar não agrícola (pluriatividade) ou com a participação do trabalho assalariado, mas que a essência da mão-de-obra familiar (agrícola ou não agrícola) seja preservada.

A importância da presença da agricultura familiar no meio rural do Brasil é ressaltada por Veiga *et. al.* (2001) visto que, para os autores, uma região rural terá um futuro tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local impulsionada pelas características de sua agricultura.

Os autores defendem ainda que as economias rurais mais dinâmicas são as que simultaneamente conseguem atrair consumidores de seus atributos territoriais e vender suas produções em mercados diferenciados enquanto as economias especializadas em *commodities* agrícolas, podem até dar a impressão de grande dinamismo em sua fase inicial, quando sugam a renda diferencial propiciada pela exploração da fertilidade natural; só que depois dessa acumulação primitiva tudo passa a depender do grau de diversificação dos negócios criados no entorno dessa fonte primária. (VEIGA *et. al.*, 2001).

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009) referentes Censo Agropecuário de 2006, revelaram a existência de 4,37 milhões de

estabelecimentos agrícolas familiares no Brasil, porém, ocupando apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, embora represente 84,4% dos estabelecimentos.

O Censo Agropecuário indica, ainda, que a agricultura familiar se destaca na produção de alguns dos principais produtos agropecuários do país, liderando a produção de mandioca (87% do total), feijão (70%), leite (58%) e de suínos e aves (59% e 50% respectivamente). Também significativas foram as participações em produtos como milho (46%), café (34%), arroz (34%) e rebanho bovino (30%). (IBGE, 2006).

Oliveira (2000) evidencia as vantagens da produção familiar como espaço ideal e privilegiado para consolidação de uma agricultura de base sustentável. A lógica de funcionamento das explorações familiares, com base na associação dos objetivos de produção, consumo e acumulação de patrimônio, tem como resultado um espaço de reprodução social onde as características de diversidade e integração de atividades produtivas, tanto vegetais quanto animais, ocupação de força de trabalho dos membros da família e poder de decisão sobre todo o processo produtivo são sensivelmente mais vantajosos ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável que as explorações capitalistas patronais.

Ainda com relação à sustentabilidade propiciada pela agricultura familiar, Carmo e Salles (1998), apontam que as críticas que existiam a respeito da baixa adoção de tecnologias pelos produtores familiares, hoje têm sido revistas no sentido de que nem todas as propostas tecnológicas estão adaptadas às reais necessidades desses produtores. Assim, uma exploração familiar passa, necessariamente, pela família como elemento básico de gestão financeira e do trabalho total disponível internamente na unidade do conjunto familiar.

As avaliações não podem ser simplesmente econômicas para entender as relações entre a organização interna da produção em bases familiares e o mundo

externo, consubstanciado no processo de produção / reprodução / acumulação. (CARMO e SALLES, 1998).

Nesta acepção as decisões sobre a renda líquida obtida com a venda da produção, que é fruto do trabalho da família, pouco tem a ver com a categoria lucro “puro” de uma empresa, representado pela diferença entre renda bruta e custo total.

Mesmo não tendo como categoria econômica o lucro simplesmente representado nesta diferença renda x custo, a agricultura familiar demonstra sua capacidade econômica. Por meio da Cooperação Técnica INCRA/FAO, Guanzioli e Cardim (2000), num estudo no ano 2000, com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96, verificaram que quando se calculou a Renda Total (VBP – valor bruto de produção) por hectare, a agricultura familiar mostrava-se muito mais eficiente que a patronal, produzindo uma média de 104 reais por hectare ao ano, contra apenas 44 reais por hectare ao ano, dos agricultores patronais.

Ainda segundo o censo agropecuário os agricultores familiares foram responsáveis por 37,8% do valor bruto da produção (VBP) dos estabelecimentos (média de 677 reais por hectare, frente aos 358 reais por hectare da agricultura não familiar), 74,4% das pessoas ocupadas com mais de 14 anos (média de 2,6 pessoas por estabelecimento), sendo 90% delas com laços de parentesco com o responsável e a grande maioria delas residentes no próprio estabelecimento. (IBGE, 2006).

Este considerável aumento no VBP vem ao encontro do que Guanzioli e Cardim, realçavam ainda no ano 2000, que essa constatação refere-se ao rendimento do fator terra, em cujo uso os agricultores familiares revelaram-se mais eficientes, utilizando uma proporção maior de sua área em sistemas intensivos, tentando aproveitar ao máximo sua área total, isso porque a terra é um fator limitante para ele, e por isso tem que intensificar seu uso.

Corroborando, Veiga *et al.* (2001), descrevem que nos censos agropecuários realizados no Brasil desde 1950, a participação dos agricultores que têm menos de 100 hectares nunca se distanciou de 90% do total de

estabelecimentos, e sempre lhes coube 20% da área, o que indica uma permanência extremamente duradoura desses produtores de pequeno porte por toda a segunda metade do século.

Apesar dos constantes desafios, essa permanência no cenário agrícola, demonstra que a agricultura familiar está em constante mudança, compondo estratégias de sobrevivência e reprodução, as quais dependem da expressão que detém no meio no qual está inserida.

Abramovay, em entrevista⁸, relata que a participação da agricultura familiar é essencial para o Brasil rural, uma vez que:

Ela garante a existência de um tecido social que vai gerar diversas atividades além da própria agricultura. Não é um momento transitório que será suprimido quando o progresso chegar. Isso não aconteceu nos países desenvolvidos e não vai acontecer aqui. A agricultura familiar conseguiu se afirmar em setores extremamente modernos: na produção de aves, suínos, fumo, produtos ligados a mercados internacionais. De maneira geral, no Brasil, esse segmento responde por cerca de um terço do valor da produção de toda a agricultura.

Conforme o trabalho de Silva (2010), o crescimento da discussão sobre a agricultura familiar estava relacionado à relevância econômica que esta categoria possui e, conseqüentemente, o conceito de agricultura familiar começou a ganhar corpo, sendo aceito tanto na academia quanto na sociedade em geral.

Ainda segundo Silva (2010), estes fatos somados às mobilizações dos agricultores familiares neste período fizeram com que começassem a surgir políticas públicas e programas governamentais cujo foco era somente a agricultura familiar. O autor cita como exemplos: o direito à previdência rural e a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1995.

⁸ Fonte: GloboRural.globo.com <http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC597286-2344,00.html> – acesso em 14 jun. 2011.

Neste sentido, Navarro (2010) relata que a Agricultura familiar, como expressão da agenda nacional, adentrou o cenário político apenas na primeira metade dos anos 1990.

Sobre este advento da Agricultura Familiar mais expressivo na agenda nacional, o autor complementa:

Até então, este agrupamento de estabelecimentos de menor escala vinha sendo designado sob diferentes expressões, como *minifundiários*, *pequenos produtores*, *agricultores de subsistência* ou, como era corriqueiro na década de 1970, *agricultores de baixa renda*. A atividade econômica destes produtores, na literatura, acadêmica ou não, quase sempre foi denominada de *pequena produção*. *Camponeses* foi palavra apenas ocasionalmente empregada em documentos de vulgarização, como jornais, e quase nunca pelos próprios produtores. *Camponeses*, contudo, foi palavra utilizada com relativa frequência na pesquisa social, em particular por parte de sociólogos inspirados na tradição marxista. Regionalmente, outras expressões nomearam este agrupamento social, como *lavradores*, especialmente no Nordeste, ou *colonos*, particularmente nas regiões do Sul do Brasil onde ocorreram processos de colonização com famílias de origem europeia. (NAVARRO, 2010, p.192).

Esta notoriedade da agricultura familiar, conforme Schneider (2003) ocorreu num passado muito recente, comparando-a aos estudos realizados sobre este mesmo tema em países desenvolvidos, sendo que a própria expressão “agricultura familiar” teria se popularizado no Brasil somente em meados da década de 1990, onde dois eventos foram preponderantes para isso.

O primeiro, conforme evidencia Schneider, é devido à grande aceitação da expressão “agricultura familiar” como uma nova forma de categoria-síntese pelos movimentos sociais existentes no campo, com apoio do sindicalismo rural ligado à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). O outro evento foi a institucionalização do termo a partir da criação do PRONAF, em 1995. Ainda, o autor atenta para um terceiro evento que teria favorecido a popularização da expressão “agricultura familiar”, que foi um relativo aumento de estudos agrários

e rurais, ocorrido a partir da segunda metade da década de 1990.

Este crescimento das discussões sobre a agricultura familiar no Brasil é destacado também por Gomes (2004), relacionando-o com a crescente preocupação com o desenvolvimento sustentável e, ainda, com a geração de emprego e renda e a segurança alimentar.

Esta preocupação também é abordada por Mello (2007), quando define que a agricultura familiar somente é sustentável: se ela respeitar o meio ambiente; se for economicamente viável; e trazer também um desenvolvimento social e cultural justo e apropriado.

A agricultura familiar é uma alternativa às questões sociais do campo e também brasileiras por que há uma grande capacidade desta categoria em promover um novo modelo de desenvolvimento. (NUNES, 2007).

A Região Sul do país, segundo os dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, era a mais forte em termos de agricultura familiar, representada por 90,5% de todos os estabelecimentos da região, ou 907.635 agricultores familiares, ocupando 43,8% da área e produzindo 57,1% do VBP regional.

Conforme Guanziroli *et. al* (2001) a Região Sul ficou conhecida nacionalmente pelo peso social, econômico, político e cultural da Agricultura Familiar na sua formação e desenvolvimento.

Os dados do IBGE (2009) indicavam que a região possui extensão territorial de 576.409,6 quilômetros quadrados, sendo a menor do país, tendo uma população de 27.386.891 habitantes, que corresponde a uma densidade demográfica de 47,5 habitantes por quilômetro quadrado. Com esses números o Sul é a terceira Região mais populosa do país.

A Região Sul é a segunda região mais povoada no Brasil (relação população/área) e se caracteriza pela diversidade étnica, pois, esse território que era ocupado por índios, foi povoado por europeus a partir dos fluxos migratórios que se

iniciaram no fim do século XIX, além dos negros trazidos para o trabalho escravo. (IBGE, 2006).

Esta característica étnica também é apontada por Santos (2008), a qual relata que a partir do século XIX, o Brasil tem uma ocupação/colonização mais efetiva, diretamente ligada à proibição do tráfico negreiro e à vinda de imigrantes europeus para trabalharem nas lavouras de café.

Todavia, um contingente significativo de migrantes europeus desloca-se para as terras do sul do país a fim de dar continuidade à ocupação de áreas fronteiriças, principalmente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde se inicia a constituição de uma economia baseada na policultura e na pequena propriedade, diferindo-se de outros lugares brasileiros. Já no início do século XIX, formam-se as condições basilares que determinam uma considerável imigração alemã, a partir de 1824, para o sul do Brasil. (SANTOS, 2008, p. 35).

Este deslocamento ocorreu, de acordo com Santos (2008), principalmente, em virtude da pobreza dos agricultores naquele país, pela estratégia político-militar de povoamento do Rio Grande do Sul e pela expansão do capitalismo. A migração italiana também é realçada. No final do século XIX, devido às mudanças no cenário internacional, como a restrição da entrada de imigrantes nos Estados Unidos, o crescimento da economia brasileira e a crise agrícola europeia, acometeram a migração de milhares de italianos para o Brasil para trabalharem como assalariados.

A emigração italiana para o Brasil, muito escassa até 1875, subirá em 1876 para quase 7.000 indivíduos; e no ano seguinte, com mais de 13.000, superará largamente todas as demais correntes, inclusive a portuguesa, até então vanguarda e que mal atingirá 8.000." (PRADO JR., 1986, p. 188, *apud* SANTOS, 2008, p. 35).

De acordo com Saquet (2003), entre os anos de 1878 e 1896, aproximadamente 67%, em média, dos emigrados italianos eram camponeses, que "emigravam porque não conseguiam se reproduzir biológica e socialmente no seu

lugar de origem. Muitos não tinham terra nem trabalho e os que trabalhavam eram violentamente subordinados e explorados". (SAQUET, 2003, p. 63).

No Sul do Brasil, os imigrantes se organizaram em forma de colônias que pretendiam a permanência da população e não sua serventia direta como a mão-de-obra. Instalavam-se em pequenas parcelas de terra, sobre as quais produziam e se adaptavam ao *novo* território em constituição, territorializando também os seus costumes e as suas tradições. (SANTOS, 2008).

Com referência a Região Sudoeste do Paraná, ela conserva um relativo equilíbrio na distribuição demográfica entre o espaço rural e urbano, sendo expressivo o protagonismo da agricultura familiar que além de um sistema econômico é um sistema de relações sociais específico no cenário rural.

Os dados do IBGE (2010) apontam que a Região Sudoeste do Paraná possui aproximadamente quinhentos e oitenta e sete mil habitantes (587.505) dos quais 29,76 % ou cento e setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e um (174.881) vivem no meio rural (55.764 famílias), sendo que aproximadamente 75% das propriedades rurais possuem área inferior a 20 hectares.

A formação territorial do Sudoeste do Paraná, definida pelo sistema de posse, pela luta pela terra e a implantação da pequena propriedade, contribuiu fortemente para este modelo de agricultura preponderante na região. O ponto de partida desta formação foi no início do século XX onde, segundo Feres (1990), o Sudoeste do Paraná tinha uma população inferior a 3.000 habitantes que se concentravam principalmente nos campos de Palmas e nas áreas planas que abrangiam os municípios de Palmas e Clevelândia.

Na época a atividade pecuária pressupunha um sistema social da grande propriedade rural com uma estrutura de agregados que dão origem à população cabocla na região (ABRAMOVAY, 1981).

Conforme Singer (2002), a ocupação do Sudoeste do Paraná teve início no final do século passado, porém, muito incipiente até os anos 1920, quando

aumentou o volume de migrantes na região, sendo que a maior taxa de ocupação aconteceu entre os anos 1940 e 1980, principalmente entre 1950 e 1970, quando muitos migrantes advindos do Planalto Gaúcho e do Leste Catarinense apontaram na região, onde muitos destes eram filhos e netos de imigrantes europeus, notadamente italianos e alemães.

Corroborando com Feres (1990) e com Singer (2002), Santos e Marschner (2008) apontam que na década de 1920 aconteceu um processo de migração aleatório que levou a população praticamente a dobrar para 6.000 habitantes. Porém, é a partir da década de 1940, com a imigração de origem europeia, que o crescimento populacional é impulsionado significativamente.

Este crescimento populacional, de acordo com Santos (2008), e a colonização efetiva do Sudoeste do Paraná, foi promovida pelo Estado, a partir da década de 1940, representando uma aliança entre agentes econômicos e políticos, a fim de facilitar a acumulação capitalista e a ocupação de uma área de fronteira, sob a expansão da produção agrícola e da estruturação de um *novo* território.

Neste mesmo sentido, Corona (2003) afirma que o Paraná teve sua ocupação mais significativa a partir do início do século XX, embora já viesse sendo ocupado desde o período colonial (Litoral e Campos Gerais), a qual foi consolidada na década de 1960 o povoamento de todas as regiões do Estado, por meio da intensificação das correntes migratória (no norte por paulistas, mineiros e nordestinos e no sudoeste e oeste pelos colonos gaúchos e catarinenses).

Esta ocupação das novas fronteiras do país que foi fomentada pelo aumento da demanda por alimentos baratos e acessíveis à classe trabalhadora das cidades, motivou também o desenvolvimento da agricultura familiar com base no campesinato de origem europeia. (CORONA, 2003, p. 05).

Com isso, surge, uma década depois, uma nova demanda que é a produção de alimentos, pois a urbanização e industrialização no sudoeste do Paraná começa

ser efetivada. Assim, a colonização atendia parcialmente estas *novas* demandas através da produção de alimentos na pequena propriedade de base familiar. Isto ocorre paralelamente a uma lógica nacional da grande propriedade com monocultura, que visa à exportação.

A população que convergia para a região gozava de uma relativa autonomia econômica e social, porque no Sul do país, as regiões dos campos (pampas) eram muito mais valorizadas que as de florestas. Os centros dinâmicos da economia estavam vinculados à criação e comercialização de gado entre Rio Grande do Sul e São Paulo - o caminho das tropas - e na atividade extrativista da erva mate, o que favorecia a concentração das terras nessas regiões. (CORONA, 2003, p. 05).

A somatória das migrações dos estrangeiros e dos que vinham dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, criou uma dinâmica de ocupação territorial que favoreceu a criação de relações horizontais, relativamente homogêneas, que foram fatores decisivos para o sucesso na colonização da região.

Perondi (2007) cita alguns dos principais traços do processo de colonização da Região Sul do Brasil que são identificados no Sudoeste do Paraná.

Segundo o autor são alguns destes traços: (1) o acesso à terra de forma permanente e via título de propriedade; (2) colonização que envolveu todos os municípios de uma região considerada; (3) a conformação, no meio rural, de padrão de trabalho baseado na família e; (4) relevo com áreas de encostas e clima temperado, que em função da localização geográfica e das interações entre o clima e o relevo, a região apresenta uma grande diversidade de ambientes (PERONDI, 2007).

Dados do IBGE (1996) embasam a afirmação de Singer (2002), de Corona (2003), de Perondi (2007) e de Santos (2008), comprovando que a região foi colonizada principalmente por descendentes de europeus (italianos, alemães, ucranianos e outros) oriundos dos estados do Rio Grande do Sul (42,9%) Santa Catarina (24,8%) e outros (31,4%).

O Sudoeste do Paraná é caracterizado, em sua maioria, pelo predomínio de pequenas propriedades de produção familiar, que visam garantir a sobrevivência a partir da inserção no mercado, onde a produção para autoconsumo, presente no início de sua colonização, principalmente no caso dos primeiros povoadores da região denominados “caboclos”, é substituída paulatinamente pela produção de mercadorias, seguindo a lógica de desenvolvimento do capital, sob a qual o valor de uso é subjugado pelo valor de troca. (SANTOS, 2008).

De acordo com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná - SEAB/ DERAL (2009), dentre as principais culturas exploradas na região estão: milho, soja, feijão, trigo, baseadas nos insumos modernos, mecanização e complexos industriais, produção esta exportada para outras regiões. Na pecuária, predominam a bovinocultura de leite, de corte, avicultura, suinocultura e outras, predominando o sistema de integração.

Segundo os dados da AMSOP (2008), 90% da riqueza gerada na Região Sudoeste do Paraná provêm, direta ou indiretamente, da atividade agropecuária e, apesar de a agricultura familiar ser responsável por grande parcela dessa riqueza, existe a dificuldade em “colher” os frutos que produz.

Este fato corrobora com Abramovay (2007), já citado, o qual afirma que historicamente o estigma que permeia as atividades dos agricultores familiares é a dificuldade da apropriação social dos bens produzidos.

Uma questão fundamental é saber como essa riqueza gerada pela atividade agropecuária se relaciona com o mercado local, regional, nacional e também na geração de divisas para o país, por meio da produção de gêneros primários para exportação, uma vez que no Sudoeste do Paraná a atividade agropecuária tem como característica principal, a agricultura familiar como grande maioria dos estabelecimentos agrícolas.

Descobrir o caminho da mercantilização e da comercialização na agricultura familiar na região é decifrar o que é produzido para consumo familiar e o que é

produzido para a geração de recursos financeiros ao agricultor familiar, tendo em vista a garantia de um processo sustentável de desenvolvimento econômico e social.

Desta forma, a próxima seção tem como objetivo descrever sobre o conceito de mercantilização e suas características na agricultura familiar, bem como os mercados disponíveis para a agricultura familiar no tocante à comercialização da produção agroalimentar.

3 MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Esta seção tem como objetivo buscar e, se possível, apontar respostas plausíveis para a questão “Que mercados são mais viáveis para a Agricultura Familiar?” – e, com base no contexto, descrever o conceito de mercantilização, suas características e as políticas públicas que visam aproximar a agricultura familiar com o mercado.

3.1 O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Primeiramente se faz necessário deixar claro que o processo de mercantilização neste trabalho se reduz tão somente a face comercial da produção da agricultura familiar.

A produção da agricultura vem moldando-se a partir da história. Nos primórdios, a produção agrícola cumpria o papel de garantir, basicamente, a subsistência dos povos. As necessidades de sobrevivência eram supridas com aquilo que era produzido na unidade de produção.

Porém, a simples produção agrícola não se configura como mercadoria. A mercadoria se realiza quando o produto da agricultura é vendido. Enquanto não se realiza no mercado por meio da venda, a produção não é mercadoria, ou seja, a mercadoria existe somente quando no produto se realiza um valor, conforme o conceito de Marx.

Segundo Long (1986, p.9), “a mercantilização é um processo histórico pela qual o valor de troca vem assumindo um papel de crescente importância na economia”. Assim, pode ser definida como a exigência cada vez maior de produzir mercadorias para poder saciar a própria necessidade de consumir mercadorias, é um processo de crescente individualização e monetarização das relações sociais.

A relação da família agrícola com a sociedade é cada vez mais intermediada por meio da troca mercadoria/dinheiro, ou seja, a monetarização da produção agrícola. Esta monetarização da produção agrícola mudou as formas de convívio social. De acordo com Polanyi (2000), a sociedade se transformou a partir do momento que ela começou a se relacionar mais com as mercadorias.

Para o mesmo autor, no capitalismo passou a existir um novo sentido para as relações sociais, um sentido que inverteu a ordem natural até então, ou seja, ao invés das relações sociais definirem as relações econômicas, como ocorria na maioria das culturas que se conhece, que passaram a definir as relações sociais.

Com base no argumento de Polanyi (2000), Perondi afirma:

A mercantilização, portanto, eliminou os antigos padrões de relacionamento social e os recolocou baseada num “sistema de mercado”, criador de preços. Relações de reciprocidade e redistribuição para a comunidade foram então deslocadas progressivamente para uma relação mercantil de troca instantânea. Todas as transações se transformaram em transações monetárias e as rendas passaram a ser resultantes da venda. Uma vez estabelecido, o sistema de mercado passou a funcionar de maneira autônoma. Os lucros do mercador sendo auferidos no mercado e os preços se autorregulando, um processo de autonomização, que pode ser denominado como: “economia de mercado”. (PERONDI, 2007, p. 65).

Neste sentido, *“Na produção mercantil, confrontam-se vendedores e compradores independentes entre si. Suas relações recíprocas cessam no mesmo dia em que acaba o contrato que fizeram.”* (MARX, 1989, p.682). Contudo, a relação de confiança, proporcionada a partir dos circuitos curtos de comercialização, pode estender esta relação de reciprocidade entre vendedores e compradores.

Acompanhando o pensamento de Perondi (2007), conclui-se que a simples presença do dinheiro não caracteriza uma economia de mercado.

Na realidade, nenhuma sociedade sobrevive sem uma economia, e nenhuma economia existiu até a revolução industrial que fosse controlada pelo próprio mercado. A história e a etnografia conhecem várias espécies

de economia, a maioria delas incluem a instituição do mercado, mas até a nossa sociedade, nenhuma delas era controlada pelo mercado. A independência da economia significa que a sociedade passou a ser dirigida como um acessório do mercado, quando antes, a economia do homem estava submersa em relações sociais. (PERONDI, 2007, p. 66).

Assim, para que a agricultura familiar sobreviva nesta nova forma de convivência social, ou seja, a mercantilização da sua produção, a necessidade da valorização da produção agrícola é fundamental.

Ao propor a aproximação ou a ligação da agricultura familiar com o mercado consumidor, questiona-se quanto às possibilidades existentes na realização desta premissa. Para Perondi (2009), este processo de mercantilização vai além do simples contato/troca do agricultor com o mercado e se configura pela instalação de uma necessidade constante de produzir mercadorias, para poder saciar a própria necessidade de consumir mercadorias, fazendo com que aumente a individualização e a monetarização das relações sociais. Porém, o autor afirma que há uma diferença entre a simples produção de mercadorias e a produção capitalista de mercadorias, é nesta diferença que se explica a relação da agricultura familiar com o mercado.

Neste sentido, Friedmann (1978) apontava que a agricultura familiar é uma forma de produção não capitalista a serviço do capitalismo, onde a agricultura familiar torna-se útil ao sistema capitalista conseguindo baixar o custo da reprodução, liberando espaço no orçamento dos assalariados para o consumo de bens não alimentares e duráveis e, assim, subsidiar o modelo de consumo e acumulação capitalista.

Porém, analisando a atual conjuntura da agricultura familiar, ao produzir mercadorias com valor de troca ela se torna, também, numa forma capitalista, fazendo parte deste universo da mercantilização.

Gazolla (2009) salienta que a mercantilização afeta, além das esferas econômicas e produtivas da agricultura, também a cultura, o saber fazer, os aspectos sociais das famílias, e que este processo difere de uma simples

mercadorização⁹. Desta maneira, a mercantilização é tida como um processo de crescente externalização, cada vez mais dependente do modo de produção capitalista.

Assim, Gazolla (2009) define a externalização, como a dependência de fatores externos para iniciar um novo ciclo reprodutivo ou de uma nova etapa que integra o processo de produção, onde a mercantilização materializa-se não apenas por meio da externalização, mas também da cientificação da produção e da dependência estrutural dos mercados, onde a cientificação da produção ocorre quando técnicas desenvolvidas pela ciência são incorporadas ao processo de produção agrícola.

O mesmo autor aponta que estes graus são reflexos dos diferentes estágios nos quais as relações mercantis penetram no processo de trabalho e produção. Assim, os agricultores podem estar inseridos em diferentes graus de mercantilização em virtude de que este processo não é homogeneizador.

De acordo com Perondi (2009), um alto grau de mercantilização indicaria que os fatores de produção e os insumos entram na produção como mercadorias e são valorizadas pelo mercado, assim o autor ressalta que a mercantilização não pode ser compreendida como uma força homogeneizadora, de forma que sempre haverá unidades ou parte de processos não mercantilizados seja em sociedades de maior ou menor desenvolvimento.

Ao referenciar as relações com os mercados e a mercantilização da agricultura familiar, Conterato (2004) discorre que, com base na perspectiva teórica da transformação social, se pode entender que a submissão da agricultura ao capitalismo se dá por meio da mercantilização, ou seja, o capitalismo, por meio da mercantilização exerce um tipo de dominação sobre a agricultura familiar, porém, não é capaz de expropriar e subordiná-la totalmente.

⁹ A mercadorização refere-se ao período histórico em que os agricultores não eram dependentes do mercado, apenas possuíam vínculos mercantis com os comerciantes locais. (GAZOLLA,2009)

O mesmo autor, citando especificamente o caso da agricultura familiar do Alto Uruguai, que foi seu campo de estudo para a dissertação no ano de 2004, diz que ao contrário da suposição anterior, a mercantilização possibilitou à agricultura familiar uma reprodução social, material e demográfica, o que leva ao entendimento de que a mercantilização da vida social e econômica da agricultura familiar não tem significado de proletarização, mas de fortalecimento do seu caráter familiar.

A mercantilização pode ser tomada como um processo onde a produção familiar passa ter a sua reprodução cada vez mais dependente das suas relações com o mercado. A produção e a circulação de mercadorias orientam estas relações, quebrando o isolamento desta produção familiar, passando a vincular-se com o mercado num processo gradual e contínuo. (CONTERATO, 2004, pg. 51).

Desta forma, o processo de mercantilização é sustentado na constante compra de fatores de produção externos, que ocorrem, segundo Raynaut (1994), por que de forma direta ou indireta, a lógica do mercado impõe suas regras ao mundo rural como um todo, tanto no que se refere ao seu equilíbrio global, quanto sob o ponto de vista dos comportamentos individuais. Assim, a busca de rentabilidade e lucro são imperativos aos quais os agricultores familiares não podem escapar ao mesmo tempo em que buscam conciliá-los com outras formas de troca.

Neste contexto, Chayanov (1974) afirma que para a agricultura ingressar no sistema capitalista não é necessária a criação de grandes unidades de produção, basta que ela produza mercadorias para a venda, pois desta forma estará participando do mecanismo mais geral de produção e circulação de mercadorias.

Porém, para que ocorra esta produção de mercadorias, no modo de produção familiar (camponês), onde a base de recursos (terra) é limitada, é necessária a intensificação do trabalho por área útil e do capital por unidade de área.

Neste sentido, na produção simples de mercadorias, a exceção do trabalho, mercantiliza-se todos os demais recursos materiais e sociais no processo do

trabalho, onde estas duas formas são identificadas na agricultura familiar, pois a lógica de produção e a adoção de maior ou menor externalização dos insumos de produção dependem da disponibilidade de recursos e da estratégia adotada na unidade de produção. (VAN DE PLOEG, 2009).

Perondi (2007) descreve a mercantilização, como um processo econômico, social e cultural, que exerce influências sobre as relações de trabalho e produção das famílias, como também, que o processo de mercantilização fragiliza, mas também, oportuniza um conjunto de novas atividades da unidade de produção. Estas atividades servem para adequar um estoque, fluxo de alimentos e recursos financeiros suficientes para garantir as necessidades básicas e as novas estratégias de reprodução social. Assim, pode-se afirmar que a mercantilização traz consigo a possibilidade da implementação de novas atividades numa mesma unidade familiar, podendo elevar a diversificação da renda.

Já para Sacco dos Anjos e Caldas (2009), o processo de mercantilização da agricultura e dos espaços rurais no Brasil meridional se impõe de forma implacável sobre o universo da agricultura familiar, pois a relação com o mercado é um aspecto intrínseco do modo de vida dos descendentes de europeus no Sul do país, que desenvolveram um sistema de policultura articulado à criação de pequenos animais e de gado para a produção de leite.

Por meio deste sistema de policultura, os agricultores buscam garantir no autoconsumo a manutenção da família, além de ter a possibilidade de comercializar o excedente da produção para a geração de renda na propriedade.

Assim, entende-se que estas famílias “adotam estratégias micro (de curto e de longo prazo) como resposta a pressões macroeconômicas e políticas (preços, leis)” (ALMEIDA, 1986, p. 67).

Após estes pressupostos, questionamos então, que mercados são mais viáveis para a Agricultura Familiar no Brasil?

3.2 COMERCIALIZAÇÃO: O MERCADO E A AGRICULTURA FAMILIAR

A comercialização da produção da agricultura familiar depende da forma de produção utilizada pelo agricultor, sendo esta comercialização uma dificuldade historicamente muito presente e com destaque na extensa lista de entraves ao desenvolvimento da agricultura familiar em praticamente todas as regiões brasileiras.

O mercado pode ser visto como um grande corredor, com várias portas, onde não são apontadas muitas saídas para os agricultores familiares, quer seja pelas passagens que privilegiam a grande escala de produção ou pela distância entre a produção e os centros consumidores.

De acordo com Grisa (2010), os caminhos da agricultura familiar aos consumidores finais tem origem no acesso aos mercados locais pelos agricultores familiares e no incremento do seu protagonismo na dinâmica de desenvolvimento local, ou seja, por meio da organização se pode caminhar em direção a mercados e circuitos mais complexos e longos de comercialização.

Segundo Maluf (2004) as tendências recentes do sistema agroalimentar são caracterizadas pela coexistência de processos de padronização e de diferenciação no consumo dos alimentos, onde os reflexos vão até a etapa da produção agrícola.

O autor aponta que:

(...) de um lado é vislumbrada à continuidade da concentração do processamento agroindustrial para fazer frente aos requisitos da produção em grande escala, mesmo que as novas tecnologias permitam que a maior escala de produção seja acompanhada da diferenciação dos produtos finais, que trás como consequência o comprometimento da sobrevivência da agricultura familiar nas regiões e nas cadeias produtivas onde ela tem presença tradicional, como por exemplo, a seleção que as grandes corporações promovem entre os agricultores integrados que lhes fornecem matéria-prima na avicultura, suinocultura e na pecuária leiteira. (MALUF, 2004, p. 304).

De outro lado, conforme Maluf (2004):

...a valorização de produtos com atributos diferenciados de qualidade cria novas oportunidades de mercado, sendo que destas oportunidades muitas são acessíveis aos agricultores de pequeno e médio porte, e incluem desde a inserção desses agricultores em mercados de nicho nacionais e internacionais, até o aprimoramento dos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos.(MALUF, 2004, p. 304).

Na década de 1990, Wilkinson apontava alguns tipos de mercados, onde ele identificava pelo menos quatro formas tradicionais de acesso aos mercados:

1. O acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (informal);
2. A intermediação, via atravessador;
3. A integração com a agroindústria;
4. E as compras por parte do poder público.

Na época, Wilkinson afirmava que o acesso ao mercado local passava por uma maior fiscalização e a necessidade da legalização com base em inspeção oficial. O atravessador continuava, mas é crescentemente substituído pelo supermercado com exigências maiores em termos de classificação. A agroindústria, por sua vez, exigia patamares mais altos de qualidade e volume. Já quanto às compras do Governo Federal cediam lugar a licitações para aceder a mercados públicos locais com destaque para a merenda escolar. Assim, naquela década, supermercados, poder local, ONGs e associações de consumidores eram os novos intermediários estratégicos para a agricultura familiar.

O quadro número dois ilustra a Tipologia de Mercados apontados por Wilkinson:

Quadro 2 – Tipologia de Mercados para a Agricultura Familiar		
Mercado	Perfil	Desafios
Commodities	Velhos e Novos Mercados Locais e à Distância	Padronização, Legislação, Qualidade Mínima e Escala
Especialidades	Discriminado por Grau de associação com Localidade/Tradição	Concorrência de Novos Entrantes
Orgânicos	Grau de Associação Saúde e/ou a um Modo Específico de Produção	Certificação, Escala, Pesquisa
Artesanais	Denominação de Origem ou Não	Qualidade, Normas Técnicas, Autenticidade, Ação Coletiva
Solidários	Identificação ou não com a Agricultura Familiar, Mercados de Alta e Baixa Renda	Escala, Variedade, Qualidade
Institucionais	Licitações, Oferta para Varejo	Qualidade, Variedade, Escala

Fonte: WILKINSON, J. (s.d.), adaptado pelo autor.

A principal diferença entre a situação do mercado percorrido por Wilkinson na década de 1990 e o mercado na atualidade, é relativa ao Mercado Institucional, que ele também chamou de Compras do Governo Federal. Este mercado se formatou no tocante à licitação para a compra dos produtos, facilitando a comercialização da agricultura familiar no âmbito institucional, conforme será visto na seção seguinte.

Os agricultores familiares enfrentam um fator limitante que é a sua aproximação com o mercado e caso não consigam mercados que tragam valor aos seus produtos, os ganhos em produtividade e investimentos em tecnologia podem ser perdidos. Porém, Maluf aponta um caminho que pode ser seguido pela agricultura familiar para que esta aproximação aconteça tanto na esfera nacional e internacional, quanto no aprimoramento dos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos.

Assim, ao fazer referência ao mercado dos circuitos longos de comercialização vislumbra-se uma produção em larga escala, onde estão principalmente os produtos de *commodities* e, em se tratando de *commodities*, os

preços e as demandas são, geralmente, regulados pelo mercado internacional. As pressões emanadas são flagrantes, mesmo que veladamente, para que os agricultores se submetam a este mercado cruel.

Neste sentido, Maluf (2004) afirma que a agricultura familiar mantém dois tipos de vínculos simultâneos com os mercados dos seus produtos: um que é formado por cadeias integradas nacional e internacionalmente; e outro com o que denominados pelo autor de circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos.

Ainda, segundo o mesmo autor, em se tratando das cadeias integradas, participam delas as cooperativas de grande porte, as corporações agroindustriais, a indústria alimentar, a intermediação mercantil e as redes de supermercados, onde seu horizonte de atuação são os mercados nacional e internacional, mesmo que os agentes de grande porte possam definir estratégias regionais diferenciadas no interior do País.

Assim, Maluf (2004) define que a vinculação da agricultura familiar a essas cadeias pode se dar sob formas contratuais (como na chamada agricultura integrada) ou através de elos comerciais normais, sendo que os principais produtos agrícolas que transitam por essas cadeias são: os grãos (soja e milho) destinados à exportação ou à agroindústria (óleos e rações); o trigo destinado à indústria de massas e à panificação; os animais destinados à agroindústria de carnes; o leite destinado aos laticínios; as frutas para consumo *in natura* ou para produção de sucos, doces e conservas.

Exemplo desta dinâmica comercial pode ser visto a partir da produção de soja, onde todo o processo de produção da unidade está atrelado ao mercado externo, desde a compra da semente, percorrendo o caminho da utilização do processo químico para a “proteção” da lavoura contra as pragas, até o momento da comercialização, onde o preço da venda da produção depende unicamente do valor estabelecido pelo mercado externo.

Outro exemplo, que se pode citar, inclusive utilizado por Maluf (2004), é referente à produção de carnes de aves e derivados, onde as empresas proíbem, rotineiramente, as famílias de avicultores integrados de manterem aves de fundo de quintal ou porcos em seus estabelecimentos. A justificativa decorre da preocupação com a sanidade dos lotes criados em regime de confinamento.

Se por um lado, a empresa assegura a compra dos frangos, a assistência técnica e as condições de produção, por outro lado impõe o controle do processo, impedindo que a família preserve uma atividade fundamental, tanto na perspectiva da reprodução material de seus membros quanto do ponto de vista simbólico, que é a produção para o próprio consumo em paralelo com a produção integrada.

Assim, a comercialização não se manifesta somente do ponto de vista da dinâmica que orienta a produção do frango, mas também pelo fato de que o abastecimento de produtos de autoconsumo, essenciais à manutenção da família, é agora realizado pela via da compra, não mais construído pela família nos limites da auto-exploração.

Com estes exemplos, verifica-se que a produção significa a ampliação ilimitada do consumo de bens e serviços sobre os quais os agricultores possuem uma margem de interferência muito reduzida, o que, de acordo com Chayanov (1974), leva a intensificação da produção como forma compensatória quando ocorre o declínio dos preços dos produtos, fazendo com que o agricultor sinta a necessidade de intensificar o ritmo de trabalho, ampliar a escala de produção e especializar-se em determinado tipo de cultivo ou criação, criando assim um conjunto de transformações de grande envergadura no contexto da agricultura familiar.

Outro fator de produção limitante ligado diretamente à intensificação da produção e a especialização que o mercado da produção em grande escala requer, nos circuitos longos de comercialização, é a quantidade (extensão) de terra que o agricultor familiar possui para o desenvolvimento da agricultura em grande escala,

ou seja, a produção de monocultura em larga escala torna-se inviável ao agricultor familiar.

Além deste fator, outro que se pode elencar é a dificuldade de acesso dos agricultores familiares no que tange ao processo de modernização da agricultura, tanto no quesito de aquisição de novos equipamentos quanto no acesso aos insumos químicos (incorporados pela chamada revolução verde), pois muitos deles têm dificuldades em se enquadrar nos requisitos para a inserção no Pronaf devido, muitas vezes, a falta de informações sobre o programa.

A modernização da agricultura trouxe a facilitação do trabalho, mas os bens de consumo que facilitam o trabalho não são baratos, tornando as despesas altas e dando um menor retorno aos agricultores, o que pode inviabilizar o processo produtivo na agricultura familiar.

Este mercado que se denominou de Circuito Longo de Comercialização é contraposto pelo Circuito Curto de Comercialização, termo que vem sendo aprofundado na Europa a partir dos anos de 1980 e no Brasil na última década.

A diferença entre o Circuito Longo e o Circuito Curto de Comercialização, conforme Leader¹⁰ (2000), não tem a ver com a distância física entre o produtor e o consumidor, mas sim com o número de intermediários entre a produção e o consumo. Um exemplo que pode ser dado é se um produtor se dirige à cidade para montar uma banca numa grande praça e vender o seu produto diretamente, estamos perante uma venda em circuitos curtos. Se ele vende ao atacadista ou ao atravessador, que vai revender ao mercado local e que por sua vez faz a venda ao consumidor final se configura aí o Circuito Longo de Comercialização. Entre estes dois extremos existem muitas alternativas, em que o produtor entrega mais diretamente ou menos diretamente o seu produto ao consumidor, seja por meio de um restaurante ou de uma loja cooperativa, por exemplo.

¹⁰ Leader II é uma iniciativa comunitária lançada pela Comissão Europeia e coordenada pela Direção-Geral da Agricultura (Unidade VI-F. II. 3).

Assim, a baixa competitividade das atividades agrícolas nestes circuitos longos de comercialização trouxe como meta a busca de alternativas para a agricultura familiar acessar este tipo mercado, o que têm sido um desafio tanto para agricultores, quanto para agentes públicos.

Contraopondo-se a essas tendências de atingir este mercado, surgem algumas iniciativas que deixam em evidência a tentativa de atingir mercados por meio de uma maior proximidade com o público consumidor.

Estas tentativas, denominadas de Circuito Curto de Comercialização, têm como característica o estabelecimento de relações comerciais face-a-face entre produtor e consumidor. Ou seja, o consumidor também tem participação na escolha do mercado em que o agricultor familiar pode comercializar sua produção.

Corroborando com esta afirmativa, Triches (2012) discorre que, nos dias de hoje, existe frequente desconfiança dos consumidores nas “*commodities*” globalizadas devido aos riscos relativos às questões de saúde e ambientais e a busca pelo restabelecimento da confiança a partir da revisão dos conceitos de qualidade.

Conceitos estes não mais pautados na formalidade da indústria, mas nas relações de proximidade com os produtores. Estas demandas, por sua vez, são utilizadas pelos produtores para inovarem em suas estratégias de reprodução. (TRICHES, 2012).

De acordo com Triches (2012), estas tendências têm promovido à valorização de qualidades diferenciadas, que são construídas a partir de características específicas de um determinado território ou local e das relações sociais existentes neste espaço, levando em consideração que os atores não são simplesmente passivos às estruturas política e econômica, mas, ao contrário, ativos em construir alternativas, é muito importante entender como eles as desenvolvem e consolidam, ou seja, como constroem a sua diferença.

Goodman (2003) faz uma crítica ao movimento de “produção mundial”, que se pode figurar nas grandes empresas de *commodities* que se pautam na lógica de produção em massa, onde a qualidade é padronizada e convencional, não existe uma preocupação latente na relação entre produção e consumo, pois a distância que separa os dois polos a dificulta.

O mesmo autor defende que a “produção doméstica”, é mais interessante, pois pode possibilitar a qualidade centrada na confiança, na tradição e no local, amparando produtos e formas de organização econômica diferenciadas, localizadas e “ecológicas”. É este circuito curto de comercialização que trataremos neste trabalho devido a sua especificidade de aproximação entre a produção e o consumo.

A comercialização por meio do circuito curto é uma possibilidade de mercado para a produção da agricultura familiar que vem crescendo, à medida que nas últimas décadas as grandes redes varejistas, que são os atravessadores, ampliaram o volume de vendas de frutas, verduras e legumes e diminuíram os contatos sociais primários, o diálogo e a interação entre os sujeitos.

No circuito curto de comercialização os contatos podem ocorrer de forma diferente, recuperando a confiança entre consumidores e agricultores e surgindo como opção do consumidor na busca por uma dieta rica em produtos naturais e frescos, com menores níveis de agrotóxicos e de procedência conhecida.

Neste interim Maluf (2004) aponta que os empreendimentos agroalimentares de pequeno e médio porte constituem componente central para uma estratégia de desenvolvimento assentada em atividades econômicas promotoras de equidade e de inclusão social, em bases sustentáveis. Ainda, que os circuitos curtos de comercialização possibilitam a ampliação da oferta de alimentos de qualidade de um modo que favoreça a expressão da diversidade de hábitos de consumo, sob a ótica da segurança alimentar. E finalmente, que os circuitos curtos, que o autor chama de circuitos regionais, induzem a concorrência e a diversidade em mercados (alimentares), reduzindo o poder de indução pelas grandes corporações.

Para Maluf (2004) os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos são formados no âmbito das regiões no interior do país ou no entorno dos núcleos urbanos de pequena e média dimensão.

O autor aponta uma rede de comercialização formada a partir do circuito curto (regional), conforme segue:

Além dos produtores agrícolas, esses circuitos são integrados por cooperativas ou associações de pequenos agricultores, constituídas para beneficiar ou processar as matérias-primas agrícolas, e por empreendimentos urbanos industriais e comerciais, também de pequeno porte, ligados à transformação, à distribuição e ao consumo de produtos alimentares, a saber: pequena indústria alimentar, pequenos supermercados, um conjunto diversificado que compõe o varejo tradicional e o comércio especializado de alimentos e de refeições prontas (armazéns, empórios, quitandas, padarias, açougues, *rotisseries*, casas de frios, etc.), equipamentos de abastecimento (feiras livres, varejões, sacolões, etc.). Nos circuitos regionais, está incluída, ainda, a venda direta aos consumidores realizada pelos próprios agricultores. (MALUF, 2004. p.307-308).

Porém, apesar de o critério para delimitar os circuitos regionais ser, em primeira instância, geográfico, pois ele se baseia na proximidade física entre os agentes, Maluf (2004) atenta para o detalhe que o desenvolvimento de tais circuitos é uma resultante de processos sócio-espaciais, onde a proximidade física não é suficiente para gerar relações que ele chama de “sistemáticas e sinérgicas” entre os agentes econômicos instalados numa determinada região, sendo que estas relações constituem condição fundamental para a conformação dos referidos circuitos regionais.

O autor defende que essas relações são construídas por processos que refletem as formas sociais de ocupação do território, as opções de estratégia dos agentes econômicos envolvidos e as **ações públicas**¹¹ voltadas para promover as atividades econômicas locais e regionais.

¹¹ Grifo nosso.

Ao fazer referência quanto às formas de ocupação do território, o autor afirma que a predominância de uma agricultura especializada de grande escala é muito menos favorável para a conformação dos circuitos regionais e, menos ainda, para a promoção desses circuitos.

Já no que se refere às opções de estratégias dos agentes econômicos envolvidos, o autor defende que a agricultura diversificada de pequena escala, por seu turno, oferece possibilidades de se estabelecerem vínculos produtivos e comerciais, em âmbito regional, voltados para a produção, a distribuição e o consumo de alimentos diferenciados. Assim:

Sendo objeto de construção, os circuitos regionais são passíveis de domínio ou de controle por parte de um ou mais agentes econômicos privados que se dediquem a organizá-los, nem sempre resultando em benefícios para os pequenos agricultores e para os consumidores.(MALUF, 2004. p. 308).

Com base nestas preposições bibliográficas, que norteiam para a necessidade de ações públicas que busquem a produção e o consumo de alimentos regionais de qualidades, por meio de programas governamentais e projetos tanto governamentais quanto não governamentais, conforme proposto por Maluf (2004), é que se funda a próxima seção.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E O MERCADO INSTITUCIONAL DE ALIMENTOS: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

A legitimação política e o reconhecimento da importância da agricultura familiar para o Brasil têm como um dos fatores mais relevantes à elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento desta parcela da população rural brasileira.

O desenvolvimento na agricultura do Brasil começa a ter mais ênfase a partir dos anos 60 quando os Programas Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) passaram a considerar a agricultura como um setor estratégico para o desenvolvimento nacional.

De acordo com Bianchini (2000), entre 1965 e 1972 foram criadas algumas políticas públicas voltadas à agricultura, tais como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER). Estas políticas que formam o tripé crédito, pesquisa e extensão foram responsáveis pelo processo de modernização da agricultura brasileira. Porém, durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a agricultura, foram dirigidas aos setores mais capitalizados, na produção de *commodities*, com a intenção de equilibrar a balança comercial do país.

Conforme discorre Mattei (2005), para o setor da produção familiar, o resultado disso foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção.

De um modo geral, se pode dizer que, até o início da década de 90, o número de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares era bem reduzido.

Neste sentido, Schneider *et al* (2009) lembra que a agricultura brasileira, principalmente a da região Meridional do Brasil, estava fortemente afetada por um processo de abertura comercial e desregulamentação dos mercados, sendo que estes fatores a submetiam a uma concorrência intensa com os países do Mercosul e que devido a crise da segunda metade dos anos 1980, os agricultores familiares da região Sul do Brasil, particularmente, encontravam-se debilitados diante da nova conjuntura econômica e comercial.

Porém, a pressão dos movimentos sociais e dos organismos nacionais e internacionais e ainda a crise alimentar, tanto no campo quanto nas cidades, leva o Governo, na década de 1990 a criar políticas voltadas ao setor da agricultura familiar.

Iniciadas na década de 1990, especialmente após a crise do governo Collor, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar passam a sofrer, lentamente, mudanças de enfoque em relação ao que se tinha até então, que eram ações de apoio à produção (crédito), estabilização de preços (PGMP), inovação científica e tecnológica (Embrapa) e assistência técnica (Emater). (MÜLLER, 2007. p. 12).

Neste sentido Schneider *et al* (2009), discorrem que a Constituição Federal de 1988 redesenhou institucionalmente o Estado brasileiro ao introduzir novos instrumentos de gestão social das políticas públicas, onde se pode destacar a institucionalização dos conselhos gestores de políticas setoriais ou conselhos de políticas públicas nas federal, estadual e municipal.

Mattei (2005) destaca que no decorrer da década de 90 alguns fatores foram cruciais para alterar os rumos das políticas de desenvolvimento rural. Por um viés o movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos

Trabalhadores da Agricultura (Contag) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DN TR/CUT) tendia a direcionar as reivindicações e lutas para a “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura da economia.

Com isso, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas Jornadas Nacionais de Luta da primeira metade da década de 90 e que, a partir de 1995, passaram a ser denominadas de Grito da Terra Brasil.

Estudos da FAO/Inra definem com mais propriedade a agricultura familiar e estabelecem um conjunto de diretrizes que deveria nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos grupos de agricultores familiares. Esses estudos serviram de base para as primeiras formulações do Pronaf.

Neste novo cenário são criadas algumas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, como o a Previdência Social que inclui o agricultor na sua agenda e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996. O Pronaf vem atender uma reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais que demandavam a formulação e implantação de políticas voltadas ao desenvolvimento rural, especificamente para a agricultura familiar que, até então, mesmo sendo o maior segmento da agricultura brasileira, era o mais fragilizado com relação à capacidade técnica e a inserção nos mercados agropecuários.

A criação do Pronaf legitima, pelo Estado, de acordo com Bianchini (2000), uma nova categoria social – os agricultores familiares – que eram marginalizados em termos de acesso aos benefícios da política agrícola e designada como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda e agricultores de subsistência.

Para Schneider *et al* (2009) ao condicionar o recursos de políticas públicas, principalmente da União para os estados e município, o Estado possibilita o fortalecimento da cidadania e a participação da comunidade, ampliando o número de atores com conhecimento sobre as regras e condicionantes das políticas públicas, qualificando-as quando incorpora as sugestões e críticas dos atores sociais. Pode-se afirmar que estas experiências de gestão social de políticas públicas redefinem a democracia representativa.

Neste sentido, Silva e Moruzzi Marques (2004) relatam que por meio da criação de espaços institucionais de participação social, especialmente em nível local, é possível a observação de um processo efetivo de democratização, onde se ultrapassa a retomada dos procedimentos básicos da representação democrática, tais como as eleições livres e periódicas, a liberdade de organização partidária, entre outras.

Assim, para melhor entender como foi criado e como se consolidou o Pronaf, é necessário voltar um pouco no tempo. Basicamente se pode dizer que o Pronaf foi formulado em resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980. (SCHNEIDER *et al* 2009).

Ainda, segundo o mesmo autor, o programa nasceu com a finalidade de promover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que estavam sendo alijados das políticas públicas até então existentes e tinham sérias dificuldades de se manter no campo.

Assim, Schneider *et al* (2009), discorrem que em 1994 o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), que operava, basicamente, com recursos do BNDES, programa este que seria o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares, o Pronaf. Porém, ainda de acordo com os autores, os pequenos agricultores eram enquadrados como “mini produtores” pelas normas do Manual de Crédito rural do Ministério da Agricultura, e tinham que

disputar os recursos com os grandes proprietários, que foram os principais tomadores de crédito para a agricultura.

Schneider *et al* (2009), apontam que já no governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, o Provap foi totalmente reformulado, tanto em termos de concepção como em sua área de abrangência, sendo que estas modificações deram origem ao Pronaf, em 1996, institucionalizado pelo Decreto Presidencial n. 1.946 de 28/7/96, se firmando, a partir deste ano, como a principal política pública do governo federal para apoiar os agricultores familiares.

O Pronaf visa, de acordo com o Manual Operacional do Pronaf, o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, buscando promover o desenvolvimento rural sustentável. (BRASIL, 1996).

Desde sua criação o Pronaf passou por diversas alterações, sendo que a mudança mais recente e de maior impacto ocorrida em 2003, já no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, onde a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário foi reformulada, sendo criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que sendo responsável pela gestão no Pronaf Infraestrutura, passou a associar essa área do programa à noção de “desenvolvimento territorial”. Com isso, o município deixou de ser a unidade de referência dessa linha de crédito passando-se a beneficiar iniciativas intermunicipais.

De acordo com a própria SDT (Brasil, 2003), geralmente o município isolado é uma unidade administrativa pouco adequada para gerir a rede de relações necessárias ao desenvolvimento rural. Assim, por meio de ações intermunicipais as organizações podem ampliar o raio de relações sociais dos agricultores familiares, ou seja, o município seria uma instância decisiva de controle social, mas insuficiente para responder ao estímulo de proposta de desenvolvimento.

Por estas razões a nova secretaria passou a atuar com base na ideia de territórios, entendendo os territórios rurais como um espaço físico, geograficamente definidos, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais que se

relaciona interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA/SDT/Condraf, 2003).

Assim, o enfoque das políticas públicas tendeu a mudar, pois se antes os objetivos do programa eram mais centrados no provimento de infraestrutura, agora deveriam passar a atuar mais no fortalecimento da organização social dos agricultores familiares e estimular a participação das instituições de representação. (SCHNEIDER *et al*, 2009 p. 45).

Ainda, de acordo com os mesmos autores, este novo formato vai de encontro a algumas recomendações que se faziam no sentido de evitar a excessiva pulverização dos investimentos em infraestrutura e serviços, tomando-se como suporte e referência os municípios. Porém, de outra parte, restava saber como os atores locais (prefeituras, cooperativas, sindicatos, associações, movimentos sociais, etc.) iriam reagir a esta nova proposição que pressupunha um mínimo de consenso, acordo e criação de uma estrutura de planejamento microrregional em torno das prioridades dos territórios.

De acordo com Santos (2011), tomando-se como marco inicial dessa nova trajetória, a criação do Pronaf em 1995/1996, as políticas de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar experimentaram crescimento expressivo, ampliando seu escopo e escala.

No plano institucional, Santos (2011) relembra que:

Em 1996 foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), transformado em 1999/2000 em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), quando passou a conduzir tais políticas ao lado do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), responsável pela política agrícola “tradicional”. Esse arranjo também é inusitado, ao atribuir a dois diferentes órgãos ministeriais a execução de políticas que, na grande maioria dos países do mundo, estão reunidas em um único ministério de agricultura. A criação do MDA, e a progressiva absorção por ele de atribuições antes exclusivas do MAPA, tem se mostrado um dos fatores decisivos para a institucionalização das políticas de apoio à agricultura

familiar e, em processo de efeitos recíprocos, para o fortalecimento da coalizão de defesa da agricultura familiar. Embora possamos afirmar que a estrutura institucional das políticas públicas de apoio à agricultura familiar está hoje consolidada, no início do processo prevaleceu o clima de pessimismo com relação às suas possibilidades de efetivação, uma vez que o contexto político do momento de sua criação era o de desmonte do Estado Vargasista que orientou o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. (SANTOS, 2011. p.22).

Porém, apesar de o Pronaf significar um marco importante para o reconhecimento da agricultura familiar, de acordo com Müller (2007), as análises indicam que o programa, desde sua origem, restringe-se ao aporte de crédito, sobretudo de custeio aos agricultores familiares.

Ainda segundo a autora, em razão de uma melhor organização social e política do segmento familiar que perduram desde os anos 1990 até hoje, sendo elas a CONTAG, o MST e a Via Campesina, e ainda a FETRAF, as reivindicações são ampliadas para além do crédito e assistência técnica. Principalmente, a partir dos anos 2000, temas como a comercialização, acesso a mercados e garantia de preços estão entre as principais reivindicações dos movimentos dos agricultores familiares. (MÜLLER, 2007. p.12).

Corroborando com essa afirmativa, Santos (2011) destaca:

Elas abrangem hoje, além de crédito agrícola e desapropriações e aquisições de terras para reforma agrária, políticas de regularização fundiária, comercialização, seguro agrícola contra riscos climáticos e de preços, assistência técnica e extensão rural, desenvolvimento da infraestrutura de comunidades rurais, integração dos agricultores familiares ao Programa Nacional de Produção de Biodiesel, educação no campo, serviços ambientais e de habitação. (SANTOS, 2011. p.23).

Neste contexto, a partir da disponibilização do crédito e das demais ações desenvolvidas em prol da agricultura familiar é operacionalizado o Pronaf infraestrutura. Conforme Santos (2011) o Pronaf infraestrutura começou a operar

efetivamente a partir de 1997, quando repassou recursos para 183 municípios, de um total de 425 que tiveram seus planos de trabalho aprovados. Em 1998, os repasses beneficiaram 915 municípios, somando quase 120 milhões de reais. Após a redefinição desta em 2003, como um Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, este repassou recursos de 311 milhões de reais em 2009.

Além da linha de crédito e da ação de apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais, o mesmo autor indica que as políticas de apoio à agricultura familiar agregaram ao longo desses 15 anos uma série de outras ações, tais como: a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que foi transferida do MAPA para o MDA em 2003; o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), criado em 2005; o Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), criado em 2006; o Programa Garantia-Safra: criado em 2002; o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), criado em 2003; os Programas de Aquisição de Alimentos (**PAA** e PNAE), instituídos em 2003 (Lei 10.696/2003) e em 2009 (Lei 11.947/2009), respectivamente, que fazem parte do Mercado Institucional de alimentos.

No ano de 2013, a pretensão da política agrícola demonstra um avanço nos investimentos de apoio à agricultura familiar. De acordo com os dados do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, a partir do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para o ano de 2013 está previsto o montante de cinco bilhões de reais à Organização Agrária.

Em relação à Extensão Rural, o Ministério prevê investir 905,8 milhões de reais, com a maior parte dos recursos, cerca de 902,9 milhões de reais para o aumento da oferta de alimentos, na geração de renda e na organização econômica dos agricultores familiares assentados da reforma agrária e povos de comunidades tradicionais.

Já no que diz respeito ao Pronaf, o Ministério aponta que o Programa pode financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores

familiares e assentados da reforma agrária, com as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais para o custeio da safra, atividade agroindustrial, ou para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

Quanto ao item Abastecimento, com 118,4 milhões de reais, o mesmo refere-se ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que segundo o Ministério propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, de forma menos burocrática, e os destina a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar. Dessa forma, proporciona o acesso a alimentos às populações em situação de risco e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura.

Analisando os dados apresentados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão por meio do PLOA 2013, verifica-se um investimento considerável no Mercado Institucional de Alimentos (MIA), a seguir.

4.2 O MERCADO INSTITUCIONAL DE ALIMENTOS

Para o reconhecimento da agricultura familiar no cenário da agricultura brasileira, importantes mudanças foram assinaladas quanto ao papel atribuído à agricultura familiar no contexto nacional. Para Abramovay (2007), esta forma social de produção não supõe apenas a garantia do abastecimento alimentar do país, mas também representa uma opção estratégica em favor do desenvolvimento equilibrado da sociedade. Ela seria o objeto para onde convergem desenvolvimento e equidade.

Porém, fica cada vez mais evidente que são necessárias ações consistentes que ultrapassem o senso comum, no sentido de instrumentalizar um determinado setor para potencializar seus atributos e contribuir para consolidar seu espaço no cenário político e social do Brasil.

Nesta acepção, a necessidade de instrumentos de políticas públicas vem demonstrando o reconhecimento dos atributos transversais do segmento agrícola familiar, especialmente os relacionados com o tema da segurança alimentar e nutricional e dos mercados institucionais (MACIEL, 2008).

A comercialização de produtos da agricultura familiar por meio do mercado institucional, no caso brasileiro, é um fenômeno relativamente recente. De acordo com Schmitt e Guimarães (2008), as primeiras experiências dessa natureza foram localizadas e, muitas vezes, descontínuas no tempo, desenvolvidas por governos municipais e estaduais interessados em incentivar a agricultura familiar e a produção local de alimentos.

Porém, estas experiências deram fôlego para um projeto mais ambicioso que se pauta na questão da comercialização da produção da agricultura familiar por meio do mercado institucional de alimentos, pois a agricultura diversificada de pequena escala, por seu turno, tem condições de oferecer possibilidades de se estabelecerem vínculos produtivos e comerciais, em âmbito regional, voltados para a produção, a distribuição e o consumo de alimentos diferenciados. (MALUF, 2004).

O mesmo autor aponta, ainda, os circuitos regionais que são passíveis de domínio ou de controle por parte de um ou mais agentes econômicos privados que se dediquem a organizá-los, nem sempre resultando em benefícios para os pequenos agricultores e para os consumidores.

Também por essa razão, cabe a implementação de ações públicas visando promover a produção e o consumo de alimentos regionais de qualidade, sob a forma de programas governamentais e de projetos envolvendo organizações não-governamentais de apoio e entidades representativas dos agricultores e dos consumidores, ou seja, o Mercado Institucional de Alimentos.

Para Maciel (2008) o Mercado Institucional de Alimentos (MIA), em seu sentido mais amplo, é aquele mercado que:

Envolve as três esferas governamentais - municipal, estadual e federal - em todas as suas operações de compra de alimentos, sejam as compras de caráter contínuo - como as aquisições para creches, escolas, sistema carcerário, forças armadas e hospitais - quanto as aquisições de caráter esporádico - como aquelas que ocorrem para atender a população em casos de calamidade pública ou as referentes às políticas de Estado e programas de governo, tais como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e outros. (MACIEL, 2008. p.15).

O Decreto 6.447/2008, que ampliou o PAA, determinou que os agricultores familiares pudessem vender seus produtos diretamente para a alimentação escolar, também foi importante avanço. Essa medida, reivindicada há vários anos por organizações da sociedade civil, cria perspectivas efetivas para que agricultores familiares e suas organizações rompam com a quase exclusividade das empresas privadas no acesso ao mercado da alimentação escolar que, em 2007, movimentou 1,6 bilhões de reais. (SCHIMITT e GUIMARÃES, 2008).

Dentre os programas direcionados à captação da produção por meio do mercado institucional, se pode citar o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar), que é objeto deste estudo.

4.2.1 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Uma estratégia do Governo Federal referente ao mercado institucional de alimentos, criada como uma das ações do Programa Fome Zero, é o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA¹², que foi instituído em 2003, sendo um programa de articulação entre produção, comercialização e consumo.

¹² Fonte: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Por meio do mercado institucional, conforme os parâmetros do Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal – PAA, os produtos comprados pelo governo são distribuídos em programas sociais, de caráter governamental ou não-governamental e podem ainda ser destinados à formação de estoques públicos, sendo posteriormente repassados a bancos de alimentos, doados a instituições assistenciais, distribuídos em cestas de alimentos a grupos sociais em situação de risco alimentar ou vendidos a pequenos criadores e pequenas agroindústrias.

Quanto à trajetória do PAA, considera-se que as políticas públicas são resultados de um processo que pode sofrer modificações ao longo do tempo e ser dividido em etapas (FREY, 2000).

Partindo da construção do problema até a avaliação de seus resultados, pretende-se reconstruir e analisar a construção do PAA, apresentando num primeiro momento o Programa, seus objetivos e o sistema de atuação na forma como se encontra atualmente.

Assim, serão relatadas neste ponto do trabalho as fases históricas do programa, buscando descrever os acontecimentos considerando as instituições e o programa, para posteriormente, na próxima seção, inserir os atores sociais na análise do papel do PAA para o fortalecimento da Agricultura Familiar.

As informações utilizadas para descrever o PAA são provindas de várias fontes, tanto governamentais, quanto acadêmicas, visto que já existe uma gama significativa de trabalhos referentes ao programa. Assim, pretende-se situar o leitor quanto ao trajeto percorrido pelo programa até a atualidade, passando pelas discussões que fomentaram a criação do PAA no plano de governo, iniciando com a implantação do programa e terminando com as modificações ocorridas no desencadear do processo.

Atualmente, o Programa de Aquisição de Alimentos constitui-se em uma das ações contidas na estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN),

como uma das ações do Programa Fome Zero¹³. O PAA foi instituído pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 4.772 de 2 de julho de 2003, sendo alterado pelo Decreto nº 5.783, de 15 de agosto de 2006.

No âmbito das ações do Programa Fome Zero, a criação do PAA trouxe inovações importantes nesse campo. Um primeiro elemento que pode ser destacado é a autorização da dispensa de licitação na aquisição de produtos da agricultura familiar. No texto da lei a dispensa é definida nos seguintes termos (Brasil, 2003):

- (i) Os produtos deverão ser adquiridos de agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- (ii) Essas aquisições têm por finalidade “incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição desses produtos a pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos”;
- (iii) Para que haja a dispensa da licitação é necessário que os preços de aquisição não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais.

Por meio desta lei, foi aberta uma exceção aos complexos procedimentos de aquisição estabelecidos pela Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos

¹³ O Programa Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. O Programa é desenvolvido pelos Ministérios: do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Justiça e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, além do Ministério da Fazenda. Por meio do Programa, o governo federal articula políticas sociais com estados e municípios e, com a participação da sociedade, implementa programas e ações que buscam superar a pobreza e, conseqüentemente, as desigualdades de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

Administrativos) que praticamente inviabilizava o acesso da grande maioria dos agricultores familiares aos mercados institucionais.

Outro aspecto importante na formulação do PAA é o fato de que a Lei de criação e seu decreto de regulamentação permitem que as aquisições sejam feitas com base em preços de referência que devem levar em conta “as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar”.

Ao romper com esse paradigma é possibilitado ao PAA dirigir suas ações para a agricultura familiar, contemplando, sob tal designação, conforme já descrito, os camponeses, agricultores familiares, assentados e acampados da reforma agrária, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, atingidos por barragens e comunidades indígenas. (SCHIMITT e GUIMARÃES, 2008).

Ainda de acordo com os autores, o advento do Programa fomentou a ideia de produção diversificada de alimentos com o intuito de que o pequeno agricultor pudesse produzir alimentos para sua subsistência e ainda realizar a venda direta do excedente da sua produção, através de associações ou cooperativas, com um mercado que garantisse a compra desta. Assim, o PAA busca também contribuir para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda, permitir aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos.

Segundo o Governo Federal, no bojo do discurso sobre o Programa, este atua fortemente na Segurança Alimentar, pois os produtos adquiridos diretamente dos agricultores são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial, equipamentos públicos de alimentação e nutrição como: restaurantes populares; cozinhas comunitárias e bancos de alimentos; famílias em situação de vulnerabilidade social e também, contribui para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos.

Além desta especificidade, o PAA pode facilitar a aproximação do agricultor familiar com o mercado, contribuindo fortemente para comercialização da sua produção.

Pelo objetivo principal percebe-se que o programa tende a agir em duas instâncias fundamentais do fornecimento da alimentação para a população, sendo a primeira, produtiva e a segunda, do consumo.

Quanto ao fortalecimento da agricultura familiar, este ainda está contido no que se refere ao Programa Fome Zero o qual tem quatro eixos de atuação, sendo que o PAA está inserido no Eixo dois, que trata do Fortalecimento da Agricultura Familiar, juntamente com o Pronaf, Garantia de Safra e Seguro da Agricultura Familiar.

O PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). As diretrizes do PAA são coordenadas por um Conselho Gestor composto por representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), que coordena o Grupo Gestor, por representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e ainda pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Fazenda.

O Conselho Gestor tem como atribuições: a fixação dos preços praticados na compra dos produtos; a fixação dos limites de compras; a definição das regiões prioritárias para a implementação do programa; as condições da doação dos produtos ou sua venda; e toda a regulamentação do programa. (DELGADO *et al.*, 2005, p.16).

O organograma abaixo apresenta as principais operações e fluxos de recursos e ações do PAA.

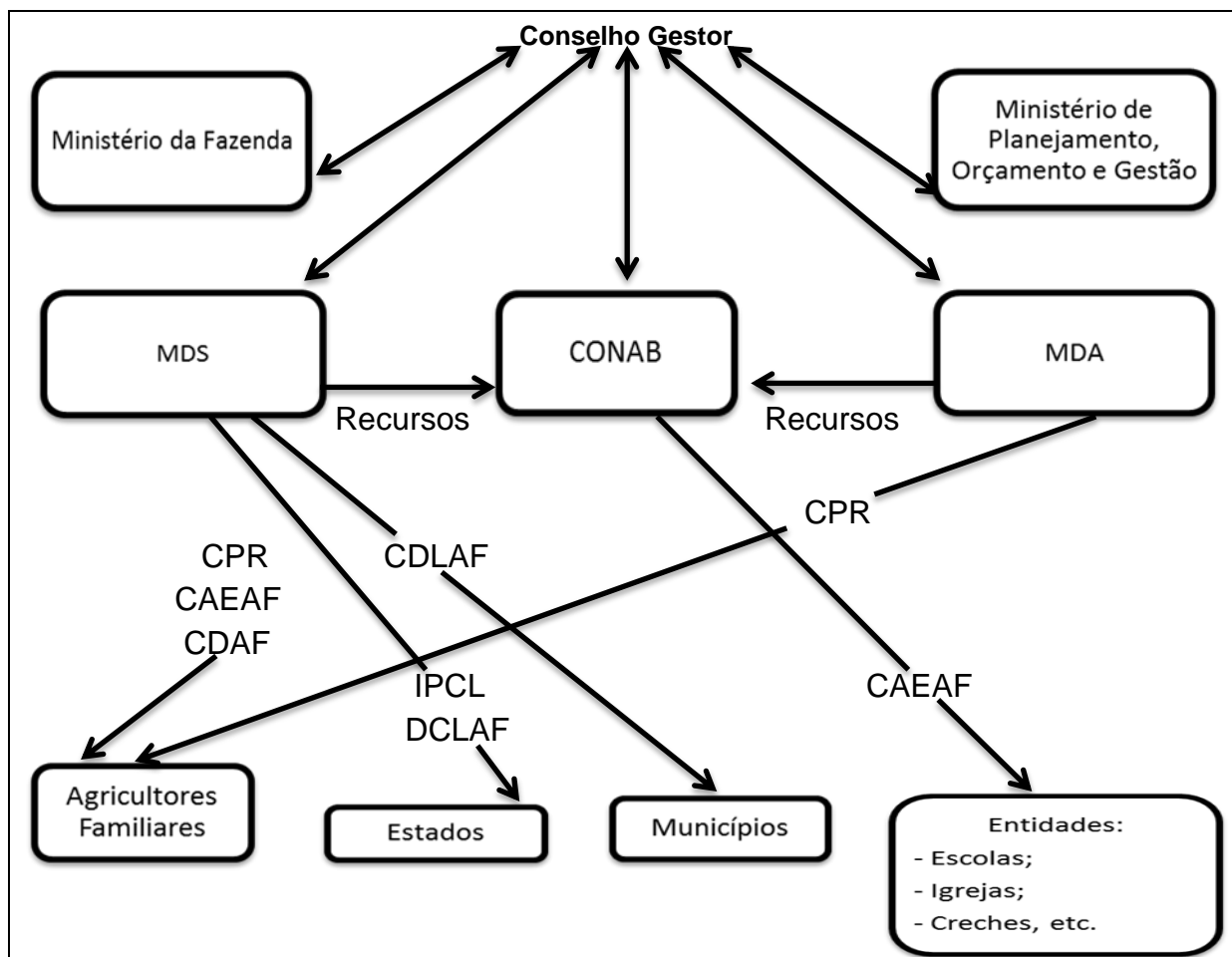


Figura 1 - Organograma das operações do PAA

Fonte: Müller, 2007. Adaptado pelo autor, 2012.

Desta forma, o PAA é um programa de compra institucional, realizado com recursos públicos, para os produtos oriundos especificamente da agricultura familiar.

A aquisição destes produtos, no projeto inicial, pode ser realizada por meio de cinco diferentes modalidades, apresentadas no seguinte quadro:

Quadro 3 – Modalidades do PAA

Sigla	Título	Ementa
CDLAF	Compra Direta Local da Agricultura Familiar	Promove a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. É operacionalizada pelos Governos Estaduais e Prefeituras Municipais
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações). É operacionalizada pela CONAB.
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar – Doação Simultânea	Visa adquirir alimentos de agricultores familiares organizados em grupos formais (cooperativas e associações), com vistas à doação para instituições governamentais ou não governamentais que desenvolvam trabalhos publicamente reconhecidos de atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. É operada pela CONAB.
CPR – Estoque	Formação de Estoques pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite	Propiciar o consumo do leite às famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a produção familiar. É operada pelos Governos Estaduais.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2007

Os valores dos produtos adquiridos, no início do programa, não podiam ultrapassar o limite de 2.500 reais anuais por família, definido por um cálculo que levava em consideração a multiplicação do salário-mínimo por treze, sendo doze meses somados ao 13º salário, porém, atendendo uma demanda dos movimentos sociais e buscando corrigir os valores, em 2006 o valor passou para 3.500 reais.

Várias mudanças aconteceram no formato e na aplicação do PAA desde sua implantação com o intuito de trazer melhorias ao programa e aos agricultores beneficiados por ele¹⁴, inclusive na questão dos valores acessados, conforme será visto no decorrer do texto.

Em resumo, se pode relatar que desde 2006, o MDA utiliza recursos orçamentários próprios para operacionalização de duas modalidades do PAA: Apoio

¹⁴ Estas mudanças podem ser vistas com mais propriedade em Müller, 2007, que trabalha a trajetória do programa até 2007.

à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar e a Compra Direta da Agricultura Familiar.

Quando à modalidade Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, de acordo com a Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA – (Brasil, 2012), é operada por meio de organizações da agricultura familiar, esta modalidade disponibiliza recursos para que a organização adquira a produção de agricultores familiares e forme estoques de produtos para posterior comercialização.

Ainda de acordo com as informações da secretaria, o limite anual de recursos por organização e por agricultor familiar é definido pelo Grupo Gestor e não é cumulativo com as demais modalidades de doação, desde que realizada liquidação financeira. Quando ao seu funcionamento da modalidade, a organização de agricultores familiares, juntamente com seus associados/cooperados, identifica a possibilidade de formação de estoque de determinado produto e elabora uma proposta de participação, por meio de uma ferramenta chamada PAAnet.

Esta proposta define, conforme disposto no sítio da SAF/MDA qual será o produto a ser estocado, o prazo para a formação de estoque, quais produtos serão adquiridos e seus respectivos preços e quem são os agricultores familiares beneficiados. Os dados da proposta servirão também para a elaboração da Cédula de Produto Rural (CPR). Após o preenchimento, a proposta deve ser entregue à Superintendência Estadual da Conab mais próxima. Se aprovada, a organização emite a CPR e a Conab disponibiliza recursos financeiros do MDA para que a organização inicie o processo de aquisição de alimentos dos agricultores familiares listados.

Nesta modalidade os produtos amparados são alimentos oriundos da agricultura familiar, próprios para consumo humano, que devem ser da mesma safra do período da contratação. Uma vantagem desta modalidade está no fato de que a organização pode acessar a CPR Estoque para posterior venda ao Programa

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assim, o acesso simultâneo a CPR estoque e a Chamada Pública do PNAE garante a quitação do recurso junto à Conab e o fornecimento regular às escolas, elevando a renda familiar.

Com referência à Compra Direta da Agricultura Familiar (SAF/MDA, 2012), esta modalidade é voltada à aquisição da produção da agricultura familiar, quando os preços de mercado estão baixos ou quando há necessidade de atendimento de demandas por alimentos para populações em condição de insegurança alimentar, ajustando a disponibilidade de produtos às necessidades de consumo.

Ainda de acordo com a SAF, podem ser adquiridos: arroz, castanha de caju, castanha-do-brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. Esta modalidade pode ser operacionalizada pela Conab com recurso do MDA, ou pelo MDS, com valor máximo de comercialização nesta modalidade por agricultor familiar, por ano civil, de oito mil reais¹⁵.

As modalidades “Compra com Doação Simultânea” e “Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite” são executadas pelo MDS e a modalidade “Compra Institucional” é executada com recursos do proponente. (SAF/MDA, BRASIL, 2012).

De acordo com a SAF/MDA (Brasil, 2012) a modalidade “Compra Institucional” amplia as oportunidades de mercado para a agricultura familiar, permitindo que órgãos de administração direta ou indireta da União, estados, Distrito Federal e municípios comprem, com recursos próprios, alimentos para atender as demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, academias de polícia, entre outros. A compra dispensa licitação, utilizando as regras do PAA.

Os produtos podem ser fornecidos pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, organizados em cooperativas

¹⁵ Os valores são definidos pelo Grupo Gestor, por meio do Decreto nº. 6.959, de 15 de setembro de 2009.

ou outras organizações que possuem DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)¹⁶, pessoa jurídica. Essa nova modalidade está definida pelo Decreto nº 7.775, de julho de 2012 e pela Resolução nº50, de setembro de 2012. (SAF/MDA, BRASIL, 2012).

De acordo com os dados até agora levantados, se pode argumentar que o PAA busca valorizar a produção e a cultura alimentar das populações, dinamizando a economia local, a formação de estoques estratégicos, a melhoria da qualidade dos produtos da agricultura familiar, o incentivo ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos e ao resgate e preservação da biodiversidade.

É importante ressaltar que entre os anos de 2003 e 2005, o PAA foi operado, exclusivamente, com recursos disponibilizados pelo MDS, e desenvolvido a partir de parcerias entre a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), governos estaduais e municipais, além da CONAB. A partir de 2006, o PAA passou a ter uma maior participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Agricultura Familiar - SAF, com dotação orçamentária própria. (CONAB, 2012).

Por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a compra dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares organizados em grupos, entregues às instituições cadastradas, tais como creches, escolas, associações comunitárias, hospitais, e outras, ou ainda para as populações vulneráveis à insegurança alimentar, como os quilombolas, acampados, indígenas e atingidos por barragens. (CONAB, 2012).

Quanto aos recursos aplicados na execução do PAA pela CONAB, estes têm sido incrementados desde a implantação do programa, embora não signifiquem que atendam a demanda existente. Segundo dados da CONAB (2012), no período

¹⁶ Criada pela **SAF/MDA**, a **DAP** é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o Pronaf. Para obtê-la, o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciado pelo **MDA**, de posse do **CPF** e de **dados acerca de seu estabelecimento de produção** (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo). Fonte: MDA, 2012. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/institucional/aeclaracaoaptidaopronaf> - Acesso em dez. 2012.

de 2003 a 2011 foram investidos mais de 2 bilhões de reais no Programa, sendo que em 2003, ano de implantação do Programa, as modalidades que apresentaram maior demanda foram a Compra Direta e a CPR Alimento ou Compra Antecipada da Agricultura Familiar, dado que estas apresentavam menor nível de dificuldade de acesso, por parte dos agricultores familiares.

As operações do PAA realizadas em 2012 envolveram recursos da ordem de 605 milhões de reais, sendo 596 milhões de reais em aquisições, INSS, embalagens e devoluções e 9 milhões de reais em despesas operacionais, tais como: diárias, material de consumo, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, obrigações tributárias e contributivas. O valor gasto na aquisição de produtos, 587 milhões de reais, possibilitou a comercialização de 297.610 toneladas de alimentos produzidos por 128.804 famílias agricultoras pertencentes aos grupos do Pronaf. (GECAF/CONAB, 2012).

De acordo a Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar - GECAF/CONAB (Brasil, 2012), como a Compra Direta, operacionalizada diretamente com agricultores ou suas organizações, trabalhava, inicialmente, apenas com arroz, castanha de caju, farinha de mandioca, feijão, leite em pó e sementes e, também, que a Lei do PAA foi promulgada em julho/2003 e os recursos liberados em agosto, quando a principal safra de grãos do País já havia sido comercializada, a demanda ficou concentrada em alguns estados da Região Centro-Oeste e nos estados nordestinos.

A CPR Alimento começou com as operações em novembro/2003, uma vez que dependia de normatização do Proagro, editada pelo Banco Central em 30/10/2003. Assim, como a execução em 2003 da CPR Alimento, responsável por 70% da execução de 2003, se restringiu aos meses de novembro e dezembro, o desembolso no ano foi de apenas 81,5 milhões de reais. Já em 2011, o valor aplicado atingiu o patamar de 451 milhões de reais, incremento de 553% em relação a 2003, conforme pode ser observado no gráfico número dois.

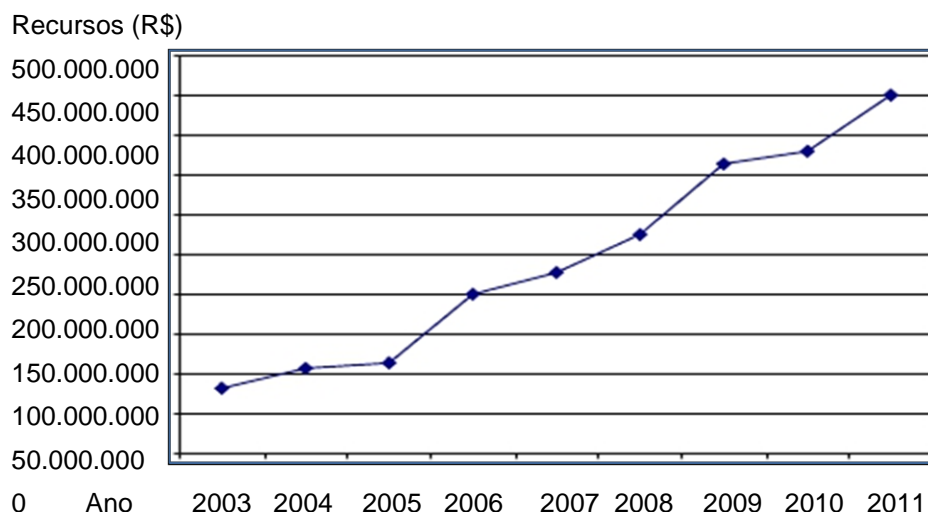


Gráfico 2: Evolução dos recursos aplicados no PAA

Fonte e Elaboração: DIPAI/SUPAF/CONAB 2012.

A tabela número um mostra a evolução dos recursos aplicados de 2003 a 2011, demonstrando o aumento expressivo nos valores investidos nas regiões Nordeste em detrimento às demais regiões.

Tabela 1 – Evolução dos recursos aplicados de 2003 a 2011.

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C.OESTE	TOTAL
2003	8.194.157	31.672.408	7.603.665	17.639.249	16.431.728	81.541.207
2004	28.391.528	42.307.978	8.903.396	24.196.831	3.386.094	107.185.826
2005	16.149.222	34.745.917	13.876.678	42.481.492	5.538.352	112.791.660
2006	17.826.019	55.113.452	32.460.597	85.459.203	10.095.309	200.954.580
2007	18.799.858	56.116.348	42.080.964	102.648.844	8.706.954	228.352.967
2008	15.679.112	80.840.501	73.428.218	96.112.379	9.893.516	275.953.725
2009	15.550.480	102.838.205	78.842.348	152.926.807	13.224.101	363.381.941
2010	28.348.787	121.858.906	79.151.714	128.975.115	21.400.943	379.735.466
2011	29.386.137	153.674.198	111.741.509	124.209.257	32.025.103	451.036.204
TOTAL	178.325.302	679.167.912	448.089.089	774.649.178	120.702.099	2.200.933.578

Fonte: CONAB, 2012.

Comparando os investimentos nos anos de 2011 e 2012, temos a tabela número dois, onde se pode observar que no ano de 2012 ocorreu um aumento de

mais de 135 milhões de reais nos investimentos em aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou seja, o maior aumento de investimentos na história do programa.

Tabela 2: Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de produtos 2011/2012

ANO	Total (R\$)
2011	451.036.204
2012	586.567.131

Fonte: SUPAF/GECAF/CONAB, 2012 – Adaptação do autor.

Conforme o PLOA 2013, a previsão de investimentos na aquisição de alimentos é em torno de 902,9 milhões de reais, ou seja, o dobro do investido em 2011. Quanto à distribuição dos recursos do PAA no ano de 2012, o gráfico número três trás a seguinte informação:

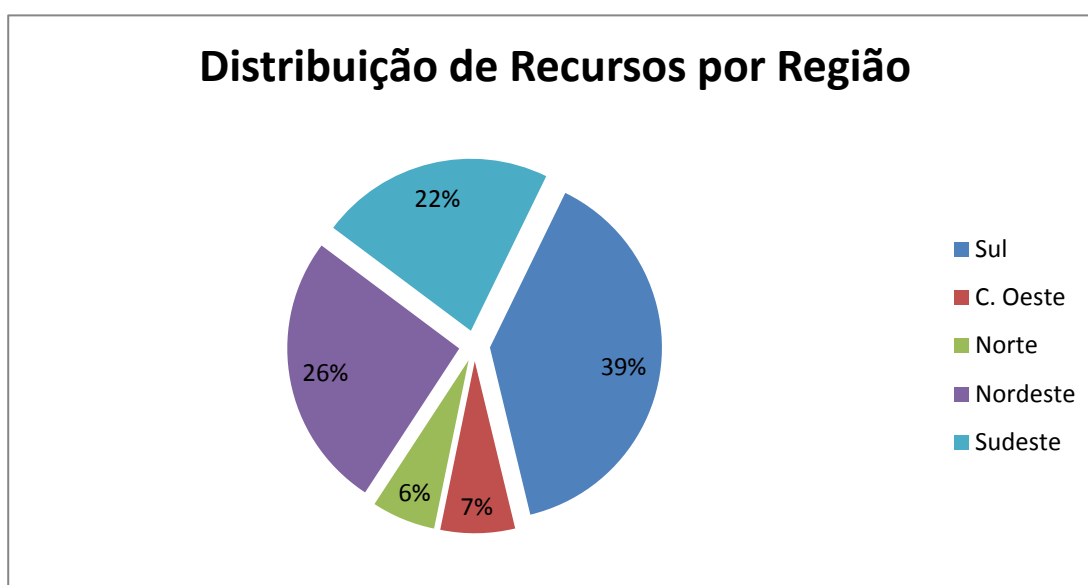


Gráfico 3: Distribuição dos recursos do PAA por região em 2012

Fonte: SUPAF/GECAF/CONAB (2012) – Adaptado pelo Autor.

Os resultados de 2012 demonstram que a demanda pelo PAA é variável, resultado das características próprias de cada região, em termos **de organização social e acesso à informação**¹⁷. Os dados da GECAF/CONAB (2012) indicam que houve um aumento de 77% na participação da região Sul em relação ao ano de 2011, principalmente devido à aquisição, por meio da CDAF, de leite em pó e suco de uva para a composição das cestas de alimentos.

Quanto ao número de famílias de agricultores participantes, ocorreu um aumento bastante significativo, cumprindo um dos objetivos do PAA é atender o maior número o possível de agricultores familiares, proporcionando oportunidades e desafios de acesso aos mercados, de estruturação de relações comerciais, de aprimoramento de seus processos de gestão interna, geração de renda, melhora na qualidade de vida, estimulando o associativismo e a diversificação da produção, evitando, assim, o êxodo rural.

Assim, a mensuração da quantidade de famílias de agricultores familiares participantes do programa é um indicador relevante quanto a adesão ao Programa. A tabela número três aponta o número de famílias de agricultores que participaram do PAA ao longo dos anos de 2003 a 2011.

Tabela 3 – Evolução do número de famílias de agricultores familiares entre 2003 a 2011.

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C.OESTE	TOTAL
2003	3.747	18.780	3.100	7.700	8.014	41.341
2004	13.757	20.439	3.806	10.182	1.608	49.792
2005	8.544	16.315	6.091	18.369	2.656	51.975
2006	8.620	22.366	13.520	37.520	4.450	86.476
2007	9.036	22.334	18.608	39.513	2.881	92.372
2008	5.166	27.190	25.559	30.553	3.154	91.622
2009	5.386	29.064	22.041	37.994	3.855	98.340
2010	7.270	32.146	20.889	28.465	5.625	94.395
2011	7.175	38.595	26.935	26.415	7.480	106.600
TOTAL	68.701	227.229	140.549	236.711	39.723	712.913

Fonte: CONAB, 2012.

¹⁷ Grifo nosso.

No período de 2003 a 2011, aproximadamente 713 mil famílias de agricultores participaram do programa, representando um aumento de 256% de acessos ao PAA, sendo que em quase todos os anos houve aumento no número de famílias de agricultores, com exceção dos anos de 2007 para 2008, com redução nas Regiões Norte e Sul, que se explica pelo excesso de chuvas ocorridas em Santa Catarina e o aumento do preço de feijão em Rondônia, não favorecendo as aquisições de CDAF. (CONAB, 2012).

Passados dez anos de operação do PAA pela CONAB, milhares de famílias foram beneficiadas pela venda de seus produtos ao governo federal. No ano de 2012 a Região Nordeste foi a que apresentou o maior número de famílias de agricultores beneficiadas na CPR Doação, destacando-se a Bahia, com 8.417 famílias, conforme se verifica na tabela número quatro.

Tabela 4 - Número de participantes fornecedores do PAA em 2012.

UF	Famílias Agricultoras MDS			Famílias Agricultoras MDA			Total
	CDAF	CPR-Doação	CPR-Estoque	CDAF	CPR-Estoque	Sub-total MDA	
NORTE	0	6.705	98	0	1.286	1.286	8.089
NORDESTE	474	31.210	3.994	0	1.516	1.516	37.194
SUDESTE	42	26.921	4.030	0	1.008	1.008	32.001
SUL	12.738	21.451	3.342	0	4.431	4.431	41.962
PR	1.453	8.353	890	0	1.466	1.466	12.162
SC	625	9.797	359	0	1.503	1.503	12.284
RS	10.660	3.301	2.093	0	1.462	1.462	17.516
C.OESTE	0	8.836	0	0	722	722	9.558
TOTAL	13.254	95.123	11.464	0	8.963	8.963	128.804

Fonte e Elaboração: SUPAF/GECAF/CONAB, 2012 – Adaptado pelo Autor.

Conforme se pode observar, o programa está contribuindo também para o aumento gradual da renda dos agricultores familiares, permitindo que eles acessem um valor maior, com a capacidade de produção motivada pelo incentivo dado pelo Programa e a agregação de valor à produção. O valor médio recebido por agricultor entre 2003 e 2011, pode ser visto na tabela número cinco.

Tabela 5 - Evolução da Média de Valor Recebido por Agricultor 2003/2011

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C.OESTE
2003	2.187	1.686	2.453	2.291	2.050
2004	2.064	2.070	2.339	2.376	2.106
2005	1.890	2.130	2.278	2.313	2.085
2006	2.068	2.464	2.401	2.278	2.269
2007	2.081	2.513	2.261	2.598	3.022
2008	3.035	2.973	2.873	3.146	3.137
2009	2.887	3.538	3.577	4.025	3.430
2010	3.899	3.791	3.789	4.531	3.803
2011	3.094	3.536	3.724	5.019	4.127

Fonte: CONAB, 2012. Adaptado pelo autor.

Quanto ao valor máximo de acesso por família de agricultor, este vem sendo melhorado durante a trajetória do PAA, com a criação de novas modalidades de compra institucional.

A tabela número seis demonstra, a partir dos novos limites possibilitados no ano de 2012, os valores que podem ser acessados por família de agricultor.

Tabela 6 – Valor Limite por Família de Agricultor / Modalidade PAA.

Modalidade	Fonte de Recurso	Limites	Executor	Forma de Acesso
Compra Direta	MDS/MDA	R\$ 8 mil	CONAB	Individual, cooperativa e associação
Formação de Estoque	MDS/MDA	R\$ 8 mil	CONAB	Cooperativa e associação
Compra Direta com Doação Simultânea	MDS	R\$ 4,5 mil (individual) R\$ 4,8 mil (Cooperativa/ Associação)	CONAB, estados e municípios	Individual, cooperativa e associação
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	MDS	R\$ 4 mil por semestre	Estados do Nordeste e norte de MG	Individual, cooperativa e associação
Compra Institucional	Recursos do proponente	R\$ 8 mil	O próprio proponente	Cooperativa e associação

Fonte: CONAB, 2012 – Adaptado pelo Autor.

De acordo com as novas diretrizes do PAA, conforme disposto na tabela número seis, o agricultor familiar pode acessar o mercado institucional com um valor superior a 30.000 reais – dependendo da região do país em que ele se encontra - bem superior aos iniciais 2.500 reais anuais, quando do início do programa em 2003.

O número global de projetos aumentou ao longo dos anos, principalmente na modalidade CPR-Doação, por esta permitir a aquisição ao longo de todo o ano e contemplar maior diversidade de produtos (frutas, legumes, verduras, carnes, doces, peixes, produtos regionais e do extrativismo, etc.), ou seja, a participação do agricultor pode ocorrer com os produtos que ele já dispõe e que tradicionalmente cultiva em sua propriedade, valorizando os produtos locais. Além disso, contribui para o atendimento a populações em situação de pobreza e insegurança alimentar.

Quanto aos produtos comercializados via PAA, estes são extremamente diversificados, totalizando cerca de 380 tipos de produtos. (CONAB, 2012). O gráfico número quatro ilustra as categorias dos produtos que são foram adquiridos dos beneficiários fornecedores no ano de 2012.

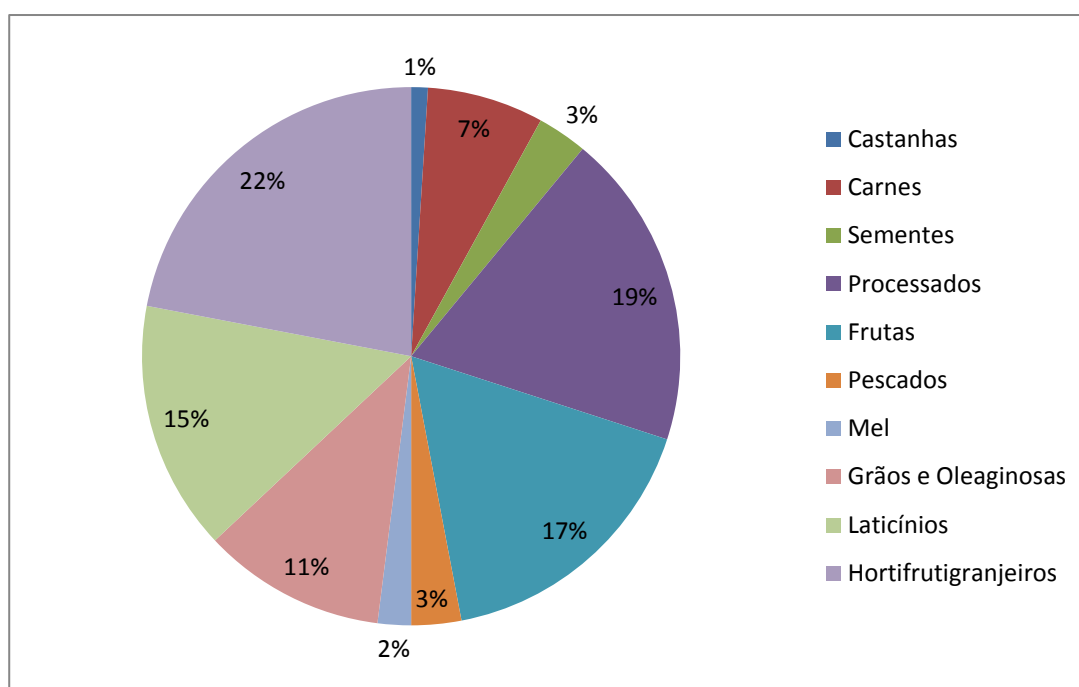


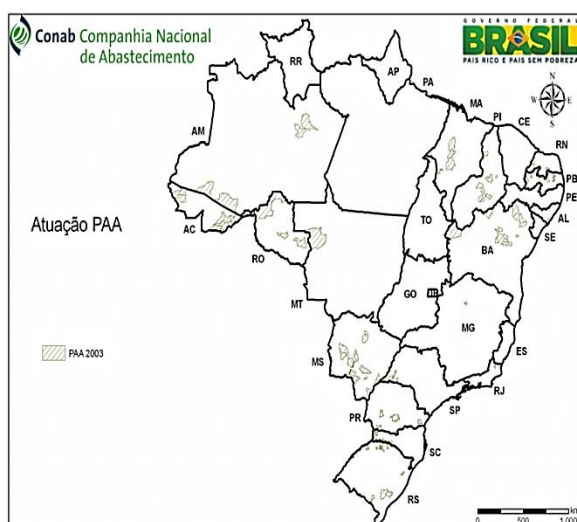
Gráfico 4 – Produtos comercializados via PAA 2012.

Fonte: CONAB, 2012 – Adaptado pelo autor.

Muitos desses produtos são regionais, o que pode valorizar e respeitar os hábitos alimentares locais e a vocação agrícola regional.

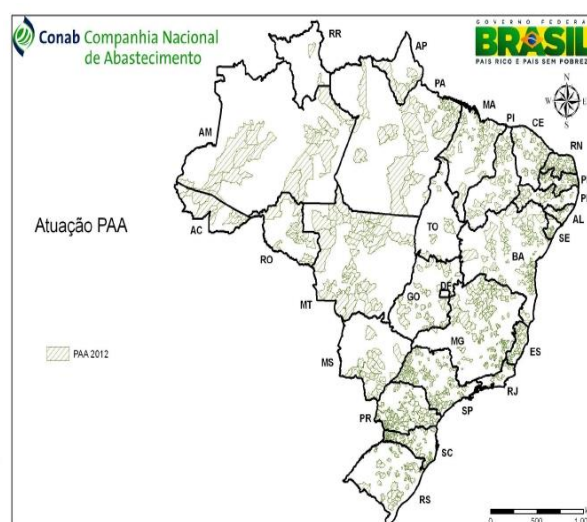
Com referência ao número de municípios brasileiros atendidos pelo PAA em 2012, de 5.570 municípios brasileiros (IBGE, 2012), 21% são atendidos pelo PAA, ou seja, 1.180 municípios (CONAB, 2012). No Sul do Brasil temos os seguintes dados: PR: 21% (83 municípios); SC: 23% (67 municípios) e; RS: 11% (57 municípios). (CONAB, 2012).

Os mapas número três e quatro ilustram a evolução da atuação do PAA entre o ano de 2003 e o ano de 2012.



Mapa 3 – Atuação do PAA no ano de 2003.

Fonte: CONAB, 2012.¹⁸



Mapa 4 – Atuação do PAA no ano de 2012.

Fonte: CONAB, 2012.¹⁹

Conforme visualizado nos mapas, pelos pontos que se multiplicaram, observa-se claramente a evolução que aconteceu no PAA desde sua criação no ano de 2003 até o ano de 2012. Este fato aponta que os agricultores familiares estão aderindo ao programa e que os espaços ocupados em 2003 foram ampliados

¹⁸ Disponível em: www.conab.gov.br/contudos.php?a=1406&t=2

¹⁹ Disponível em: www.conab.gov.br/contudos.php?a=1406&t=2

significativamente, o que indica a possibilidade de um alcance ainda maior ao público a quem este programa é direcionado, sejam eles agricultores familiares ou os consumidores finais.

Os dados referentes ao PAA entre os anos de 2003 e 2012 demonstram a evolução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, que apesar de ainda não alcançar a demanda efetiva em termos de recursos orçamentários e financeiros, tende a atingir seus principais objetivos e contribuir para a geração de renda e sustentação de preços aos agricultores familiares, além de promover a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais.

Ao analisar os dados do Programa de Aquisição de Alimentos, confrontando-os com os relatos dos autores até aqui citados, se observou que uma das formas de se atingir o mercado institucional é a união dos agricultores, organizados, com objetivos em comum.

Esta organização dos agricultores pode ser vislumbrada por meio do cooperativismo, sendo que a Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada - COOPAFI de Capanema foi escolhida para a pesquisa de campo, principalmente pelo destaque que tem no espaço regional em subsidiar a agricultura familiar no âmbito do Mercado Institucional de Alimentos – o PAA.

5 ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA - COOPAFI - DE CAPANEMA – PARANÁ

5.1 COOPERATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR

Desde os primórdios o homem descobre as vantagens da ajuda recíproca. Os sujeitos sociais ao constituírem um trabalho cooperativo estabelecem em suas ações novas relações sociais de produção e de apropriação. (Bonamigo, 2002).

O cooperativismo surge como empreendimento econômico em 1844 na pequena cidade de Rochdale, na Inglaterra, e a partir de 1860 se multiplica e em 1881 já conta com mais de mil cooperativas e 550 mil associados. (OCB, 1995).

De acordo com Gawlak e Turra (2001), no Brasil o movimento surge no final do século XIX, e teve início na área urbana, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. As cooperativas de Crédito surgiram no Rio Grande do Sul, em 1902 – por iniciativa do padre Theodor Amstadt e as cooperativas rurais surgem por iniciativa dos imigrantes, a partir de 1906.

No Paraná o cooperativismo surge na Colônia Rio Negro, em 1829, e tem raízes nos pioneiros imigrantes europeus que procuravam organizar suas estruturas e compra e venda em comum. No Sudoeste do Paraná, no ano de 1971 foi criado o Projeto Iguaçu de Cooperativismo, que fazia parte dos Projetos de integração Nacional, do Governo Federal.

Na região Sudoeste do Paraná o cooperativismo nasce a partir de um contexto histórico da luta e a organização das famílias rurais na região Sudoeste, marcado a partir de trabalhos de grupos de pastorais nas comunidades rurais, sendo que, segundo Veronese (1998), a partir deste trabalho pastoral se constituiu a Assesoar – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural. Com isso, a história caminhou para o resgate dos sindicatos combativos, para a organização associativa e busca de uma agricultura alternativa, com apoio, inclusive de técnicos.

Para Santos *et al* (2000) na década de 1990, em busca da autonomia na

comercialização, os agricultores já procuravam organizar as microrregiões em centrais de associações. A luta dos sindicatos pelo crédito, a criação do Fundo Rotativo, seu uso e aprendizagem, convergiram para a criação do Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito, hoje o maior sistema de crédito da agricultura familiar.

Neste contexto de euforia das organizações da Agricultura familiar, com as novas experiências e práticas consolidadas de organização, que surge mais uma proposta na busca do fortalecimento do conjunto da agricultura familiar: os agentes de desenvolvimento local.

De acordo com Ferraz *et al* (2008), essa discussão teve início no Sistema Cresol, a partir da preocupação de que a base de associados precisava se apropriar mais da gestão da Cooperativa, para que não fosse vista como um banco, mas uma entidade da qual todos fazem parte.

A gestão compartilhada de forma transparente e a ação mais presente da Cooperativa na comunidade e os anseios da comunidade mais presentes nas decisões das cooperativas só poderiam acontecer com o trabalho de agentes presentes em ambos os lados (Lannoy, 2006).

Esta experiência, iniciada de forma mais sistemática em 2000, pela Cresol Marmeleiro, expandiu-se por todo o Sistema. Ao mesmo tempo, em alguns municípios, como Capanema e Planalto, por exemplo, onde havia uma forte parceria entre as diferentes entidades da agricultura familiar, os agentes passaram a atuar não só na organização do crédito, mas na frente comercial (originando a Coopafi) e produtiva (originando a CLAF). (FERRAZ *et al*, 2008).

Dois fatores fundamentais foram levados em consideração na construção de novos instrumentos de comercialização para os agricultores familiares: 1) A participação efetiva dos atores em outras experiências exitosas de cooperativismo com capacitação e formação e apoio de marketing e logística para escoamento dos produtos. 2) A proposição de uma mudança na legislação vigente para a venda dos produtos da agricultura familiar.

Assim, foram criadas no Sudoeste do Paraná, centrais de comercialização microrregionais, que atuavam de forma conjunta através de uma central regional – Crapa (Coordenação Regional de Associações de Pequenos Agricultores), que deixa marcas de organização para se alcançar o mercado.

A autora Kiyota (1999), na sua dissertação de mestrado, relata que a Crapa, naquele contexto histórico, começava a trabalhar com a organização econômica das associações de produtores, onde priorizava o trabalho com grupos que estavam mais preparados para assumir coletivamente algumas atividades, como a agroindustrialização em condomínios.

A mesma autora relata, ainda, que além do trabalho com as associações, a Crapa assumiu a comercialização de açúcar mascavo e feijão, entre outros produtos, sendo que naquele momento histórico o projeto estava chegando num estágio em que grupos com uma caminhada menor no processo de organização coletiva começavam a se interessar pela possibilidade de obter retornos econômicos mais favoráveis.

Assim, ocorre uma mudança no perfil das famílias participantes do projeto com a entrada de grupos mais carentes de um acompanhamento organizacional sistemático para mitigação de conflitos no futuro. A CRAPA está tomando cuidado para que esse trabalho com agroindustrialização e comercialização não seja desvinculado do processo de organização dos agricultores, pois os mediadores entre o local e o global, representados pelas lideranças, têm que ter desenvolvidas as habilidades para transitar por ambientes um tanto diferenciados. (KIYOTA e GOMES, 1999 p. 47).

Neste contexto, de acordo com Couto (s.d.), citado por Ferraz (2008), surge o cooperativismo diante do desafio de cumprir o papel de fortalecimento da agricultura familiar, que passa pela organização de cooperativas de produção, de crédito, de comercialização e outros ramos.

5.2 A COOPAFI

A partir de meados de 2002, na microrregião da fronteira, no município de Capanema, teve início um processo de planejamento participativo²⁰ das principais cadeias produtivas, na época: açúcar mascavo, soja, mel, frutas e leite. A partir de uma dinâmica de encontros entre representantes de cada cadeia produtiva e levantamento dos principais entraves e potenciais de cada uma, se chegou a um consenso que o principal gargalo estava na comercialização.

Simultaneamente, outros municípios de outras microrregiões do Sudoeste vinham detectando o mesmo problema e promovendo um debate sobre o tema.

Assim, na busca de atender essa reivindicação dos próprios agricultores, as entidades da agricultura familiar do Sudoeste, com especial participação das entidades da microrregião da fronteira, permitiram em março de 2003 a Cooperfac – Cooperativa de Agricultores Familiares de Capanema.

A criação dessa cooperativa foi o encaminhado de um seminário microrregional, que contou com representantes do governo federal, em especial MDA, Ministério da Agricultura (MA), MAPA e deputados federais, governo estadual, municipal e entidades representativas da agricultura familiar e mais de 400 agricultores e agricultoras. Essa criação da cooperativa, por sua vez, fortaleceu a irradiação da discussão da organização das famílias e de suas entidades em torno do eixo da comercialização.

A Cooperfac foi a primeira cooperativa constituída na região, no município de Capanema, onde historicamente se discute a organização da comercialização e onde se tem o maior número de experiências agroecológicas e agroindústrias familiares da região Sudoeste. (FERRAZ *et al*, 2008).

Ainda, conforme os mesmos autores, a parceria forte que existia entre

²⁰ Para aprofundamento sobre este evento, ver Perondi et Al (2002) – VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural – ASLARU – Anais do evento “Sustentabilidade e democratização das sociedades rurais da América Latina”. Disponível em: http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2012/06/livro-ALASRU-VI-CONGRESSO_Parte2.pdf.

Sintraf (Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), Cresol e Central de Associações (com 83 associações) foi o eixo orientador para a construção do processo de formação dos agentes de desenvolvimento local, que a partir de 2002 com o apoio da Secretaria Municipal da Agricultura e da Emater, fortaleceram o debate para a criação de uma organização para a comercialização dos produtos da Agricultura Familiar no município.

Quanto à discussão a respeito de estratégias de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar sempre foram preocupações das entidades representativas ligadas a ela, bem como de alguns setores do poder público constituído, no intuito de assegurar-lhes condições para permanência no campo, no intuito de verticalizar toda a cadeia produtiva (a produção da matéria-prima, a sua transformação e a sua comercialização) com a agregação de renda aos produtos e de modo que o agricultor se aproprie do lucro. (DESER,1992).

O primeiro passo na construção da organização de comercialização se deu com a realização do seminário de março de 2003, com um evento que contou com o apoio da SAF e da SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da SAARC do Ministério da Agricultura, que aliado aos apoios de mandatos federais e estaduais, além do governo municipal, contribuiu para a realização de um convênio entre as entidades da Agricultura Familiar e o Denacoop – Departamento Nacional de Cooperativismo da SAARC/MA, que veio contribuir fortemente no processo de formação para a região, promovendo a expansão da discussão da organização da comercialização para vários municípios. (FERRAZ *et al*, 2008).

Foi a partir dessa formação de base promovida com o apoio do “Projeto Denacoop I”, que as ações do conjunto das entidades e dos agentes de desenvolvimento local, culminaram na fundação da Cooperfac, no ano de 2003.

Uma característica que diferenciou a Cooperfac das demais cooperativas formadas posteriormente foi a inserção de sua ação na estrutura da Central de Associações do Município, por aproveitar a estrutura física e administrativa da

central, uma vez que sempre houve uma excelente parceria entre ambas, com o detalhe de que a Cooperfac possuía sua própria diretoria.

Após a realização do seminário na fronteira e a formação da primeira cooperativa de comercialização - a Cooperfac - em Capanema - foram formadas e constituídas legalmente novas cooperativas da agricultura familiar na região Sudoeste, sendo formado então o Sistema de Cooperativas de Comercialização, o Sistema Coopafi – Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada.

Segundo dados da Coopafi, a cooperativa está presente em 25 municípios da região Sudoeste do Paraná, por meio de 15 cooperativas sendo que cada uma delas tem, em média, cerca de 150 agricultores familiares associados.

A atuação das cooperativas se dá em parceria com organizações da agricultura familiar em todo o Estado, por meio de convênios com diferentes esferas governamentais, além de vendas diretas ao consumidor e organização da produção.

Com o apoio da Coopafi, os agricultores podem entregar seus produtos de forma conjunta e com a qualidade padronizada. Além disso, as cooperativas do Sistema Coopafi fazem o levantamento dos agricultores familiares da região, e suas respectivas áreas de plantio de acordo com a cultura. Dessa forma, possui uma estimativa de comercialização que favorece, inclusive, a atuação dos programas governamentais.

Uma das estratégias do Sistema Coopafi é a formação em rede entre as organizações que fazem parte das estratégias do sistema, onde, por meio de parcerias, busca orientar as ações de comercialização, de prestação de serviço, de normatização e fiscalização em alguns níveis das ações das cooperativas singulares a fim de não deixá-las na dependência exclusiva do poder público e do isolamento local.

Porém, a existência do sistema não exclui o apoio do poder público. No entanto, deve-se fazer entender que as prefeituras, suas secretarias da agricultura e as empresas vinculadas, como a Emater têm o papel de apoiar processos

operacionais, como estrutura, obras que facilitam o escoamento dos produtos, divulgação de editais, orientação de projetos, parcerias e comodatos, ou seja, agem como parceiros das cooperativas, respeitando sempre sua autonomia.

O Sistema Coopafi conta com uma Central e 15 cooperativas singulares (individuais), sendo três cooperativas fora do Sudoeste do Paraná (Cruz Machado, Prudentópolis e Cerro Azul), além de um grupo de produtores que participam do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e ainda não são sócios, totalizando, aproximadamente 3.000 famílias envolvidas.

De acordo com as informações sobre o Sistema Coopafi as cooperativas trabalham no sistema de interação solidária entre as cooperativas singulares (nos municípios) e a Central (em Francisco Beltrão), onde esta fornece um conjunto de serviços e de apoio que dificilmente uma cooperativa isolada poderia disponibilizar, além de apoiar e qualificar as dinâmicas locais das cooperativas e articular um conjunto de ações a nível regional e estadual para comercialização.

Esta interação pode facilitar o acesso a serviços e a bens essenciais para a viabilidade econômica das cooperativas como: marca; certificação; padronização; os serviços de contabilidade; o programa de informática para controle da entrada e saída, compras e vendas em conjunto; e, principalmente integração para participar dos mercados institucionais como o – PAA – do Governo Federal, e o programa da alimentação escolar nos municípios.

As cooperativas são estruturadas de forma a atender quatro principais aspectos de atuação: área de negócios, área de organização e assistência técnica; apoio às agroindústrias e área de gestão. Na área de gestão, o aporte institucional do sistema é fundamental por viabilizar os serviços descritos anteriormente e que sem dúvida, inviabilizariam cada cooperativa singular se tivessem que mantê-los individualmente. O fato de serem oferecidos via sistema, contribui também na qualificação dos serviços.

Um aspecto importante, que diferencia inclusive a atuação entre as

cooperativas singulares é a forma como cada uma atua no setor de organização, formação e assistência técnica. Cada cooperativa possui sua estratégia, mas todas procuram interagir a questão de formação e acompanhamento técnico via parceria com as outras entidades.

No setor de negócios, o sistema Coopafi tem duas estratégias bem definidas para as vendas: 1) Venda direta ao consumidor - articulado por cada cooperativa em sua área de ação e que hoje responde por 40% do faturamento bruto das cooperativas; 2) Mercado institucional, articulado pelo sistema, responsável por 60% do faturamento. Na primeira estratégia de venda, as cooperativas atuam no apoio às feiras municipais e em nove das quinze cooperativas há um espaço físico denominado “mercado do produtor” ou “ponto de venda dos produtos da agricultura familiar”, que atuam como a sede da cooperativa. Na segunda estratégia de comercialização, a venda institucional é realizada de forma conjunta pelo sistema, cuja base física localiza-se no município de Francisco Beltrão.

Os representantes das cooperativas singulares disponibilizam a oferta de produtos de cada cooperativa e a central organiza a comercialização de forma a oportunizar a aquisição de produtos de todas as cooperativas.

Um grande avanço para o funcionamento adequado desse processo foi a disponibilização de um sistema de informática que permite que todos os produtos sejam rastreados desde a produção, permitindo um controle efetivo de estoque, e a integração com todo o Sistema Coopafi. Com o sistema trabalhando interligado, a cooperativa de Capanema pode, por exemplo, saber em qual cooperativa do Sistema há disponibilidade do produto que necessita para suas demandas. Muitos destes produtos no mercado ficam em forma de consignação, onde o produtor leva para o ponto de venda e após a comercialização a cooperativa reembolsa o associado.

Atualmente o Sistema Coopafi possui duas marcas registradas dos produtos comercializados, a Natura e a Integra, que já existiam à época de sua fundação. A

expansão de novas cooperativas e a própria consolidação do sistema na região tem viabilizado, entre outras vantagens, uma gama de produtos da agricultura familiar.

A Coopafi faz parte ainda da Unicafes²¹ - União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária. Na composição da Unicafes, a Coopafi é responsável pelo ramo da comercialização, sendo que ainda existem no Sistema Unicafes os ramos da produção, do crédito, de Ater e serviços e do leite. Atualmente as Coopafis atuam também no Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE.

Nesse contexto se procurou analisar de que forma se dá a gestão e a operacionalização do PAA pela Coopafi de Capanema que representa os agricultores familiares do município nesta questão e a visão dos diretores da cooperativa e dos agricultores familiares com relação ao programa.

5.2.1 A COOPAFI – Capanema

A Coopafi de Capanema é uma das quinze cooperativas que o Sistema Coopafi engloba, sendo uma das poucas que possui uma estrutura física própria, sendo que possui um quadro de sete diretores e seis colaboradores e fica localizada na Rua 25 de maio, nº 665 – Setor Industrial, Capanema, Paraná.

A fotografia número dois ilustra as instalações da Sede da Coopafi – Capanema.

²¹ Mais informações sobre a Unicafes no endereço: <http://www.unicafesparana.org.br/home.php>



Fotografia 2 – Instalações da Coopafi – Capanema.

Fonte: Autor, 2012.

A fotografia número três ilustra a localização da Coopafi de Capanema, a atual estrutura física da Sede da Cooperativa e seus arredores.



Fotografia 3 – Fotografia Aérea COOPAFI – Capanema, PR.

Fonte: Google Earth, 2013.

Os dados apresentados a seguir tem como fonte a pesquisa de campo realizada na Coopafi de Capanema, junto a dois diretores da cooperativa, os quais serão citados no texto como DC1 e DC2.

Quanto à experiência do DC1 nos movimentos sociais, especialmente nos relacionados à agricultura familiar, esta é bem vasta. Ele foi um dos idealizadores do movimento cooperativista na região e tem forte ligação com a agricultura familiar e as representações políticas da região. Quanto à atuação do DC2, este iniciou sua trajetória e continua atuando somente na Coopafi de Capanema.

O DC1 tem uma posição política peculiar quanto à agricultura familiar e os movimentos sociais que a permeiam, as parcerias realizadas pela Coopafi de Capanema e as dificuldades encontradas na trajetória desta. Atuou na Pastoral da Juventude, Pastoral da Catequese, foi presidente de várias comunidades, além de ser organizador da Casa Familiar Rural de Capanema nos anos de 1990. Também é articulador político de um deputado federal e desde 2007 atua na área da comercialização, na Coopafi – Capanema.

O DC1 atua com dois focos na Coopafi. O primeiro diz respeito à organização do sistema da cooperativa, que é o Sistema Coopafi, enquanto instrumento para as famílias dos agricultores. O segundo foco é relativo especificamente, na área da comercialização: *“esta área da agregação de valores, que é a agroindústria familiar, que é uma marca, código de barra, todos os instrumentos que tratam desta questão da agroindústria.” (Entrevista DC1, 2012).*

Além destas atividades, o DC1 por meio da Coopafi trava um debate regional referente à produção orgânica, com parcerias com a Gebana e a Agoorgânica, mais precisamente nos dois últimos anos, por conta da dificuldade na comercialização da produção orgânica.

Neste sentido, o DC1 participou do debate sobre o mercado dos orgânicos em Curitiba, PR, por convite da Prefeitura Municipal de Curitiba e com o próprio Governo do Estado do Paraná, no período do então Secretário de Agricultura do

Paraná, Valter Bianchini, onde o diretor aponta que existe ainda a dificuldade da aceitação do mercado consumidor quanto aos produtos orgânicos.

Quanto à criação da Coopafi em Capanema, a cooperativa surgiu de um trabalho feito com as associações de agricultores:

“Nós criamos uma central das associações para fazer a comercialização, em dois mil, criamos a central das associações. Tivemos problemas fiscais com as associações e dia primeiro de novembro de dois mil e três criamos a Cooperfac – a Cooperativa da Agricultura Familiar de Capanema, que hoje é a Coopafi.”. (ENTREVISTA, DC1, 2012).

A Cooperfac foi criada para trabalhar na área da comercialização, com estratégia de cooperativismo, devido à organização de base ser um instrumento importante para a agricultura familiar. A Central de Associações apresentou problemas relacionados à contabilidade e por orientação dos contadores a Cooperativa seria mais viável devido a existência de uma legislação mais clara, que facilitaria a comercialização.

No ano de 2007 foi realizado um debate na região onde foi criado o Sistema Coopafi, sendo que a Coopafi – Capanema, após mudanças no estatuto, passou a integrar o Sistema Coopafi da Região Sudoeste do Paraná.

“Nós soubemos que tem região que o pessoal comercializa através das associações né, mas no nosso caso aqui nós tivemos esses problemas e nós não quisemos botar as famílias num problema maior e acabamos criando a cooperativa. Passamos uns cinco anos com ela como uma cooperativa de gaveta e aí a partir de dois mil e sete, dois mil e oito, é que nós conseguimos avançar um pouco mais e estruturar um pouco mais a cooperativa, fazer negócios para a cooperativa. Então, aí conseguimos dar uma guinada nessa área da comercialização. O objetivo é o fortalecimento da agricultura familiar nesta área da comercialização.” (ENTREVISTA, DC1, 2012).

O discurso do DC1 corrobora com Abrantes (2004), no tocante ao papel do cooperativismo, quando este afirma que é possível ocorrer o fortalecimento dos

agricultores familiares para as reivindicações políticas ou de benefícios para a Agricultura Familiar, pois o cooperativismo tem por princípios objetivos sociais e econômicos, integrando pessoas na busca de uma vida melhor. Desta forma, busca unir as forças dos agentes interessados em prol de um benefício comum.

Com relação ao DC2, este também tem também a percepção desta importância do cooperativismo para a agricultura familiar quando relata da missão da Coopafi: *“A missão é promover o desenvolvimento da agricultura familiar com sustentabilidade, de forma integrada.”*

Ficou evidenciado que somente foi possível a evolução do cooperativismo na agricultura familiar, e em decorrência disso a criação da Coopafi em Capanema, porque existiu a relação forte entre os agentes públicos, dentre os quais a Secretaria Municipal de Agricultura, a Secretaria Municipal da Educação, o escritório local da Emater e as organizações da agricultura familiar, sendo elas a Cooperativa de Crédito (Cresol), o Banco do Brasil, a Sicredi, a CLAF e o Sindicato dos Agricultores da Agricultura Familiar, que teve um importante papel no trabalho de base, junto aos agricultores familiares.

Então, nessa transição nós conversamos, vamos dizer assim, com essas organizações do poder público e dos agricultores familiares e além dessa turma, as associações que estavam envolvidas, porque o debate estava bem ligado diretamente às associações né. (ENTREVISTA, DC1, 2012).

Em complemento ao descrito pelo DC1, o DC2 aponta a participação direta dos agricultores familiares na criação da Coopafi: *“Eram quinze ou vinte sócios.”*

A Coopafi de Capanema realiza diversas atividades tais como o Mercado Institucional, as parcerias com outras cooperativas, o trabalho voltado ao biodiesel, em parceria com a Gebana, além dos trabalhos de ATER desenvolvido nas propriedades dos agricultores familiares.

Com referência a área de atuação da Coopafi-Capanema, a ideia inicial era de trabalhar somente no município, porém, devido à dinâmica desenvolvida pela

cooperativa, ela já extrapolou os limites geográficos do município, atuando em outros municípios da Região Sudoeste e Oeste do Paraná.

Os tipos de trabalho realizados na região podem ser descritos pelo DC1 como trabalhos na área de ATER, como experiências na produção de canola, análise de solo e na área de gestão das agroindústrias, bem como alguns projetos em parcerias com universidades, como a Unioeste, UFFS, UTFPR, no desenvolvimento de atividades tais como Dia de Campo, sendo que os trabalhos que se destacam são desenvolvidos na área do mercado institucional, o PAA e o PNAE: ***“Então trabalhamos forte nisso e, acredito eu que, em partes, hoje os contratos que nós temos hoje na área do PAA e PNAE, é resultado desse trabalho”²².(DC1)***.

O DC2 sintetiza bem o relato de anterior: *“No programa do PAA foi criado uns contratos pra distribuição no PAA e também na comercialização. Tem ainda a assistência técnica, o programa do biodiesel que também foi desenvolvido”*.

O dia-a-dia de trabalho na cooperativa é realizado em duas frentes. A primeira é o recebimento dos produtos *in natura* em dois pontos de transbordo, nas localidades de Cristo Rei e Alto Fradai, onde os produtos são preparados (secagem) para serem enviados aos armazéns. A segunda frente de trabalho é realizada na sede da cooperativa, mais relacionada aos programas institucionais que são o PAA e o PNAE. Neste caso é realizada também a manipulação dos produtos.

Parte destes produtos vem pronto das agroindústrias e uma parte nós fizemos a manipulação aqui na estrutura da cooperativa mesmo. Essa manipulação do produto é embalar, aliás, empacotar, fazer os fardos, reembalar e fazer a distribuição. Então, o dia a dia da cooperativa é nesse sentido. É lógico, depois tem toda a parte administrativa, financeira, toda essa parte de compra de embalagem, de carga e descarga. (ENTREVISTA, DC1, 2012).

²² Grifo nosso.

A relação da cooperativa com as organizações sociais e outras entidades que prestam apoio à agricultura familiar no município e as parcerias da Coopafi são bem amistosas: *“É bem tranquilo. Sempre foi bem socializada. Os parceiros são o sindicato, a Cresol, a Cooperfronteira e outras cooperativas aí”*. (DC2).

Ao discorrer sobre esta relação com as organizações sociais e demais entidades, o DC1 complementa que essa relação foi firmada no compromisso com a seriedade e com a confiança entre a Coopafi e estas organizações e entidades:

Então, tudo isso é cenário todo é que tem movimentado a Coopafi nas parcerias e mais do que isso né, nós temos trabalhado, primeiro de tudo né, é que a gente tem que ter respeito com as pessoas. Então, aqui a orientação pros funcionários nossos, pros nossos colaboradores, pra nossa diretoria né, primeiro de tudo a gente atender bem as pessoas. Se a gente atende bem as pessoas, elas saem daqui com uma imagem boa da cooperativa, do quadro de funcionários, do jeito que a turma se movimenta. Então isso vai dando credibilidade né. Demorou pra ganhar credibilidade? Demorou, mas hoje é manter o que a gente arrumou né. (ENTREVISTA, DC1, 2012).

São parceiras da Coopafi – Capanema: o Banco do Brasil, a Sicredi e a Cresol, na área do crédito; a organização sindical, que no caso de Capanema o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, citado como uma força política no município; a Cooperativa do Leite – CLAF, que representa além de uma parceria política uma parceria econômica, pois a Coopafi trabalha com a venda do queijo produzido pela CLAF no mercado institucional.

Existem também parcerias da Coopafi com cooperativas convencionais, as quais o DC1 as denomina de “tradicionais”, tais como Cerealista Boaro e Coagro, na área de armazenamento de grãos, justificando esta parceria devido ao fato de a Coopafi não ter armazéns próprios.

A relação da Coopafi com o poder público, é descrita pelos diretores como uma parceria fortalecida que tem trazido bons frutos ao cooperativismo e à agricultura familiar do município.

Dentre estas parcerias está o escritório local da Emater local, quanto ao atendimento mais específico das famílias, no tocante à assistência técnica e extensão rural, trabalhando dois negócios, dois projetos com a Coopafi, que são o PAA e que é o PNAE: *“Então, com a Emater nós gastamos tempo e energia da Emater pra eles contribuir nesses dois focos com nós né.”*. (ENTREVISTA, DC1, 2012).

A Coopafi mantém ainda um bom relacionamento com a Secretaria da Agricultura do município, onde se aponta que apesar de ser uma secretaria que tem poucos profissionais, tem uma política razoável de desenvolvimento.

Ainda outra parceira que o diretor aponta como uma relação de aprendizado para si e os outros diretores da Coopafi é a Secretaria da Educação:

É onde nós temos apreendido a lidar com as escolas, com os diretores dos colégios, com as merendeiras. Temos apreendido a conversar e a discutir essa área nutricional, com as nutricionistas. Temos compreendido um pouco mais a política de educação do Governo Federal, com os secretários, com as secretárias de educação. Então isso tem capacitado a diretoria da cooperativa aqui de Capanema também nesse sentido, nossos dirigentes tem gastado em tempo, vamos chamar assim, pra acompanhar bem de perto, porque nós participamos do CAE, que é o Conselho de Alimentação Escolar, e uma parte desses produtos nossos, eles são fiscalizados pelo CAE. (ENTREVISTA, DC1, 2012).

Com referência à Conab, alguns problemas são apontados quanto ao orçamento disponível para a execução do PAA e a carência de profissionais no órgão gestor para o acompanhamento das ações do Programa.

Quanto à Secretaria de Educação do Estado do Paraná, a Coopafi tem um bom relacionamento com esta secretaria, sendo que a Secretaria tem cobrado um aumento da oferta de produtos da agricultura familiar via Coopafi.

A Secretaria de Educação do Estado tem cobrado de nós, inclusive, do sistema, que nós temos que ser um pouco mais ousados, vamos dizer assim, nos nossos contratos. (ENTREVISTA, DC1, 2012).

No tocante à operacionalização do PAA em Capanema, a Coopafi é a única proponente, não existindo nenhuma organização além da cooperativa que represente os agricultores familiares nesta questão.

Este detalhe pode ilustrar a relevância da cooperativa para os agricultores familiares do município, que optam em aderir ao programa por meio da organização dos agricultores, quando poderiam fazê-lo de forma individual. Esta opção dos agricultores será observada nas próximas seções.

5.2.2 A Coopafi e o PAA

Como não existe outra entidade que sistematize no município (prefeitura; associação; grupo de agricultores) e nem mesmo o agricultor familiar que busque a inserção de forma autônoma, a Coopafi é a única que operacionaliza o PAA em Capanema.

Para os agricultores esta operacionalização tem ajudado as famílias, principalmente na questão da logística, pois as famílias não precisam fazer a entrega dos produtos ponto a ponto. Outra questão que facilita a comercialização da produção da agricultura familiar no município é a adequação dos produtos para a entrega no que diz respeito à embalagem, rotulagem e adequação do produto conforme a demanda.

A relação institucional se torna mais prática quando se trata com outros órgãos públicos, com referência à parte fiscal e outras atividades burocráticas que envolvem a comercialização. A cooperativa se torna um instrumento de diálogo entre os agricultores familiares e os órgãos públicos, facilitando a dinâmica da comercialização, pois tem profissionais que atuam diretamente no contato com as prefeituras e o próprio Estado, elaborando os projetos e adequando a comercialização conforme a demanda apresentada.

Quando se trata com a Secretaria de Educação, quando trata com as nutricionistas, quando vai tratar a parte fiscal com o setor de compra das prefeituras e do próprio Estado, a cooperativa tem alguns profissionais que facilita esta dinâmica e se você fizer direto lá da família com o poder público, isso tem dificuldade. (ENTREVISTA DC1, 2012).

Esta dificuldade se observa na falta de formação e de informação das famílias quanto à elaboração dos projetos e a burocracia que existe quanto às compras nas prefeituras e no próprio Estado.

Duas diretrizes são identificadas na cooperativa para atuar no campo do Mercado Institucional, mais especificamente no PAA. A primeira é que o PAA, enquanto um programa público, trás garantia na comercialização dos produtos pras famílias que estão cadastradas no programa. A outra diretriz apontada é que, quando se iniciou o debate da organização da cooperativa, a orientação da Coopafi é que se deve avançar com as políticas públicas, que atenda a agricultura familiar a exemplo do Pronaf Custeio e Investimento, mas, além disso, seja também formulada enquanto política de comercialização dos produtos da agricultura familiar, pois o PAA vem, enquanto experiência, enquanto programa como caminho para estar se estruturando uma política nacional de comercialização.

De acordo com o DC1 a Cooperativa pode e consegue fortalecer a agricultura familiar, pois além de ser é um instrumento econômico, ela agrupa as pessoas e traz facilidades quanto à elaboração dos projetos. Da mesma forma as famílias fortalecem a cooperativa, pois a diversidade de produtos alimentares disponibilizados pela agricultura familiar é o que faz com que a cooperativa se mantenha ativa e trabalhando no mercado, tanto institucional quanto convencional.

A Coopafi – Capanema operacionaliza, atualmente, duas modalidades do PAA, que é a Doação Simultânea e a Formação de Estoque. O DC1 acredita que estas modalidades vão se consolidando nesse sentido, que a cooperativa já operacionalizou a Compra Direta, porém, em 2011, após os projetos prontos e firmados, não foi possível a operacionalização.

Na hora da Conab comprar o produto a Conab não tinha orçamento. Daí ficou ruim para as cooperativas e automaticamente ficou ruim para as famílias, por que na compra direta tem que preparar a mercadoria, armazenar ela, fazer um certificado com a Claspar, do produto, feijão, milho ou trigo, passar um monitoramento da Conab pra ver se esse produto tá bem armazenado, quando tava tudo feito o serviço nós ficamos sem os recursos né. (ENTREVISTA DC1, 2012).

Apesar deste contratempo o diretor da cooperativa discorre que a Modalidade Compra Direta não pode ser descartada, pois é uma estratégia interessante para os agricultores familiares: “Por que o trigo, o milho, o feijão, se o preço tá abaixo do preço mínimo a intervenção do compra direta seria bem estratégico pras famílias.”. (ENTREVISTA DC1, 2012).

A tabela número sete demonstra o volume de comercialização da Coopafi – Capanema nos anos de 2011 e 2012, bem como o número de agricultores familiares participantes em cada modalidade operacionalizada.

Tabela 7 – Evolução da Comercialização via PAA – COOPAFI 2011/2012 – Valores em R\$

Modalidade PAA – Operacionalizada	Ano		
	2011	2012	Valor Total no Biênio
Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar - Doação Simultânea	346.212,30	557.868,84	904.081,14
Formação de Estoque da Agricultura Familiar	325.387,83	773.916,65	1.099.304,48
Valor Total Comercializado	671.600,13	1.331.785,49	2.003.385,62
Total de Famílias atendidas	93	145	-----

Fonte: COOPAFI/Capanema – Elaboração do autor.

Ao avaliar a evolução da comercialização no programa, de acordo com os dados da Coopafi, percebe-se que o valor comercializado em 2012 aumentou em mais de 98% se comparado ao valor comercializado em 2011. Além de o número de famílias atendidas aumentar mais de 55%.

Este aumento nos valores se deve à diversificação dos produtos vendidos ao PAA, bem como do rol considerável de produtos transformados. O quadro de número quatro apresenta os produtos comercializados pela Coopafi de Capanema no mercado institucional, mais especificamente no PAA no ano de 2012.

Quadro 4 – Produtos Comercializados em 2012 / PAA - Coopafi – Capanema.

ÍTEM	ÍTEM	ÍTEM
1. Abobrinha;	22. Cenoura;	42. Massa Caseira;
2. Acelga;	23. Chicória;	43. Mel de Abelha;
3. Açúcar mascavo;	24. Chuchu;	44. Melado batido;
4. Agrião;	25. Couve;	45. Pão;
5. Alface;	26. Couve-Flor;	46. Pé-de-moleque;
6. Alho;	27. Cuca;	47. Pepino;
7. Almeirão;	28. Doce de abóbora;	48. Poncã;
8. Amendoim;	29. Doce de banana;	49. Queijo;
9. Arroz tipo 1 e 2;	30. Doce de leite;	50. Rabanete;
10. Banana;	31. Doce de mamão;	51. Radiche;
11. Batata doce;	32. Doce de uva;	52. Rapadura;
12. Batata Doce;	33. Espinafre;	53. Repolho;
13. Beterraba;	34. Farinha de Fubá;	54. Rosca de polvilho;
14. Biscoitos e bolachas diversas;	35. Farinha de Milho;	55. Rosca Doce;
15. Bolo de Milho;	36. Farinha de trigo branca tipo 1;	56. Rúcula;
16. Bolo;	37. Farinha de trigo integral;	57. Salsa;
17. Brócolis;	38. Feijão preto e feijão de cor;	58. Suco de uva;
18. Canjica de trigo;	39. Macarrão seco;	59. Tangerina;
19. Canjica;	40. Macarrão congelado;	60. Tempero Verde;
20. Canjiquinha;	41. Mandioca;	61. Vagem;
21. Cebola;		

Fonte: Pesquisa de Campo – autor 2012.

Observando o quadro número quatro, percebe-se que por meio do mercado institucional, via PAA, o agricultor familiar tem a possibilidade de diversificar sua produção e agregar valor à mesma quando realiza a transformação do produto primário, com a garantia da venda da produção dentro dos limites de valores estabelecidos em cada modalidade do Programa.

Porém, existem ainda vários entraves à plena comercialização da agricultura familiar. Isto pode ser verificado quando o DC1 relata a experiência dos agricultores que trabalham com produtos derivados da uva. *“Por causa dessa nova legislação do suco e do vinho, a turma da parreira, da uva, tem dificuldades de rodar essa questão do vinho. Então o pessoal tem apostado nesta última safra em doces”*.

Esta fala do diretor da Coopafi aponta um sério problema enfrentado pela agricultura familiar na questão da agroindustrialização, que além dos produtos derivados da uva, apresenta dificuldade de comercialização dos produtos de origem animal (leite; nata; queijo; mel) por conta da falta de uma legislação de vigilância sanitária e de alimentos que facilite a produção e comercialização da agricultura familiar, pois apesar de existir um debate acalorado sobre o Suasa²³, não ocorreram avanços neste sentido, engessando desta forma a comercialização da agricultura familiar com relação a estes produtos, pois existe o problema dos custos de transação para o sistema adequado e a dificuldade de formalização junto aos órgãos competentes.

Outras dificuldades identificadas pela cooperativa durante a pesquisa foram: a questão da burocracia, principalmente na modalidade Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar – Doação Simultânea; a falta de recursos, de orçamento em alguns momentos; o valor baixo possibilitado ao agricultor familiar, tanto na modalidade Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar – Doação Simultânea, quanto na modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar,

²³ O Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), regulamentado em 2006, é um sistema unificado e coordenado pela União, com participação dos municípios, estados, através de adesão. (Fonte: MDA – Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/suasa>).

pois o volume de produção comercializada por DAP é muito pequeno quando se trata de produto com valor agregado, como o mel, o açúcar mascavo, etc.

Uma saída apontada pela diretoria da Coopafi seria a comercialização de um volume de produção, no mínimo, igual ao PNAE:

“Um valor de oito, nove mil reais, acho que me parece, ajudaria melhor as famílias né, até porque aqui mesmo nós já temos algumas agroindústrias que já tem uma escala maior, um pouquinho mais arrumada, não é aquela cozinha tão pequeninha assim, já é uma cozinha mais industrial, aí já tem um volume de produto um pouco mais grande né. (ENTREVISTA DC1, 2012).

Estes valores de comercialização estão sendo aumentados, paulatinamente, conforme já visualizado.

Para tentar resolver as dificuldades apresentadas seria necessário, primeiramente, travar uma luta política, além de uma luta sindical da agricultura familiar, para que fosse criada uma política de comercialização para a agricultura familiar, para e não na agricultura familiar, que partisse dos Ministérios.

Uma política nos moldes da AGF - Aquisição do Governo Federal – e do EGF - Empréstimo do Governo Federal. Seria necessária, ainda, a elaboração de uma legislação que trate diretamente a agricultura familiar, que não misture todas as formas agrícolas, ou seja, a agricultura familiar e a agricultura de grande escala no mesmo pacote, pois esta mistura não possibilita um resultado satisfatório, onde a agricultura familiar seja contemplada a contento.

Outra crítica percebida, na fala do DC1, diz respeito aos investimentos do Governo Federal para o agronegócio (agricultura de grande escala) e para a agricultura familiar. Os recursos para o AGF e o EGF, por exemplo, têm recursos o ano todo, é possível com isso fazer estoque e fazer girar a produção do

agronegócio, sendo que tem mais o PEP²⁴ que atende a agricultura patronal. Neste sentido, a agricultura familiar não é atendida. *“É outra dinâmica, outra situação né. São outros princípios, outros valores que estão nesse pacote da agricultura familiar.”* (DC1, 2012).

Uma proposta apresentada pelo DC1 seria a criação de uma política nos moldes do Pronaf, que é um programa nacional de crédito e custeio que atende especificamente a agricultura familiar.

O mesmo diretor deixa transparecer sua posição combativa quando aponta que somente com a luta, tanto das cooperativas, quanto desse campo da agricultura familiar, com os sindicatos, é possível construir um debate e criar uma política nacional de comercialização, porque o crédito já está estruturado, já tem acesso, porém, é preciso estruturar a comercialização.

Não dá pra trabalhar uma política de comercialização nacional pra agricultura familiar e em alguns momentos ter recursos e outros não. Me parece que tem que ser próximo desta questão do Pronaf. Eu às vezes fico olhando por que dentro do Pronaf, não tem uma rubrica grande pra questão da comercialização como nós temos lá pra assistência técnica, para o custeio e pra investimento. Tem uma beiradinha bem pequena pra comercialização, mas pra comercialização diretamente no caso do PAA e aí alguns momentos não tem orçamento. (ENTREVISTA DC1, 2012).

Quanto às dificuldades encontradas pelos agricultores familiares para a adesão e a permanência no PAA, os diretores identificam que a maior dificuldade é a falta de informação das famílias sobre as possibilidades de comercialização via mercado institucional, enquanto programa e que eles têm possibilidade de participar. A partir do momento que os agricultores familiares têm essa informação, não saem mais do programa.

²⁴ Prêmio por escoamento de Produto – uma medida do Governo Federal de apoio à comercialização. Fonte: MAPA, 2006.

O DC2 aponta ainda que uma dificuldade também é o preço: “*Tem uns que acham que o preço é baixo pra trabalhar no PAA. Garante o preço mínimo, mas tem agricultor aí que acha que o preço é baixo.*”. Porém, mesmo que o preço não seja aquele esperado pelo agricultor, ele consegue comercializar num preço melhor que o praticado no mercado convencional.

5.2.3 O PAA sob a Ótica dos Dirigentes da Coopafi

O ponto de vista do DC1 com referência ao PAA é crítico no tocante ao modo de como o Programa é gestado e operacionalizado. Segundo o diretor, em termos de comercialização o PAA tem apoiado, em algumas modalidades, muito bem as famílias e em outras modalidades não, por que em alguns momentos não tem tido orçamento para operacionalizar a compra da mercadoria dos produtores.

Este fato acarreta alguns problemas neste sentido, sendo necessário dar uma arrumada como política pública pois, na verdade, o PAA não é uma política agrícola de comercialização para a agricultura familiar e sim um programa de governo de apoio a comercialização, internalizado na Conab, que uma hora tem dinheiro, outra hora não tem. (ENTREVISTA DC1, 2012).

Desta maneira o programa depende da vontade política dos ministérios, que é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e do MDA, que é o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Assim, quando se tem um programa de governo que a origem e orçamento vêm desses dois ministérios, existe a dificuldade da operacionalização.

Precisa criar uma política de comercialização onde esta política vai ter orçamento, vai ter dinheiro, vai conseguir rodar a produção. Hoje na verdade o PAA tá **pendurado** nesses dois ministérios e o operacional tá internalizado tá na Conab ou nas secretarias de trabalho. (ENTREVISTA DC1, 2012).

O diretor aponta que o problema é político, que é preciso ter uma política mais clara pra essa situação, onde, se tivesse uma política em termos de legislação, onde é necessário suprimir o modelo de programa e estrutura-lo como política, com as modalidades de comercialização mais ajustadas à realidade da agricultura familiar brasileira.

Esta luta não é vista pela diretoria da Coopafi como uma luta própria, mas sim uma luta mais política, mais organizativa, como o sindicato, pois a cooperativa tem um papel mais econômico enquanto proponente.

Na percepção do DC1, no período que a Coopafi tem operacionalizado o PAA, em alguns momentos o programa “desafogou” bem as famílias.

Eu vou citar aqui duas situações. Duas safras de trigo atrás nós aqui, mais diretamente na fronteira, comercializamos com a Conab praticamente duzentos e cinquenta mil sacas de trigo. Isso tem desafogado as famílias. A Conab comprou o trigo, industrializou, botou na cesta básica. Então, é essa política que precisa. Bom, o mercado não roda, então entra aí com a política pública e desenvolve isso. Esta é uma situação. Outra situação que tem desafogado bem também foi três safras atrás, com referência ao feijão. O feijão tem ficado abaixo do preço mínimo aqui na região. A Conab entrou com o PAA, comprou o feijão, estocou e deve distribuir neste ano. (ENTREVISTA DC1, 2012).

No ponto de vista do DC1 as ações desenvolvidas no PAA têm contribuído bem com as famílias da região, porém, deveria ter um olhar diferenciado. *“Neste sentido, o PAA precisa pensar isso. Armazenar trigo, milho, pra fazer farinha, pra fazer canjica pra atender a população o ano que vem. Hoje esse negócio não tá muito claro nesse sentido de soberania alimentar e de segurança alimentar.”*

Ainda, segundo o mesmo diretor, a preocupação do Estado não pode ficar centrada na questão da segurança alimentar, pois segurança se faz com o agronegócio também, porém, soberania alimentar somente se faz com a agricultura familiar, se constrói internamente, no país. Para a segurança alimentar é possível a importação de produtos da Comunidade Européia, dos americanos ou do próprio

Mercosul. Isso pode trazer segurança alimentar, porém para que se tenha soberania alimentar é preciso internalizar e aí o Estado deve construir instrumentos pra resolver essas situações.

O papel do Estado na elaboração das políticas públicas deveria abordar a agricultura familiar em focos. O primeiro seria o papel do Estado nesta questão da comercialização, apoiando, incentivando. *“É melhorar, é comprar, é fazer comercialização mesmo. Pra mim papel do Estado é isso, ele tem que atender esse setor da agricultura, em especial a agricultura familiar.”* (DC1, 2012).

O segundo foco apresentado pelo DC1 está vinculado à assistência técnica, onde o acompanhamento técnico é visto como transferência de conhecimento pras famílias, que pode ser também desenvolvido pela iniciativa privada, porém, o Estado tem o papel estratégico de transferência de conhecimento para as famílias, para os agricultores. Essa transferência de conhecimentos além de ter um foco social, tem também um foco econômico que é melhorar a produção, a produtividade, a qualidade dos produtos.

Então, pra mim, o Estado tem estes dois papéis, o papel da comercialização e o papel da assistência técnica, da extensão rural. Isso não quer dizer que hoje o Estado não tá fazendo nada. O Estado tá fazendo em partes estas duas ações. A Emater tá fazendo, em partes, esta questão da assistência técnica, da extensão rural e o Estado tá fazendo em partes, através do PNAE e do PAA, essa área da comercialização. (ENTREVISTA DC1, 2012).

Corroborando, o DC2 afirma: *“O Estado deveria criar uma política pra agricultura familiar ser fortalecida.”*

Quanto ao papel do PAA para o fortalecimento da agricultura familiar, o DC2 acredita que o programa tem um papel importante, pois o programa possibilita que o agricultor agregue mais valor na sua produção e a diversifique, pois, além do produto in natura, é possível a venda do produto de transformação.

Neste sentido, o DC1 discorre que, enquanto instrumento, o programa fortaleceu e pode fortalecer mais a agricultura familiar. Basta melhorar o orçamento

do PAA, pois se o PAA tivesse dez por cento do recurso que temos no custeio e no investimento, ou seja, se os recursos utilizados, com base no Pronaf que hoje disponibiliza em torno de dezoito bilhões, um bilhão e oitocentos milhões seria um orçamento razoável. Conseqüentemente seria necessário internalizar estes produtos, ou seja, é preciso mais armazéns, é preciso mais máquinas e equipamentos. *“Isso tudo é soberania alimentar, é ter comida estocada, internamente no país pra você dar de comer pra população brasileira.”. (DC1, 2012).*

5.3 OS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS E O PAA

5.3.1 Perfil dos Agricultores Familiares de Capanema Associados à Coopafi

As características dos agricultores familiares entrevistados na realização deste estudo serão descritas neste ponto do trabalho, com base nas entrevistas gravadas durante a pesquisa de campo.

Quanto à origem das famílias, seus antecessores vieram do sul do país, ou seja, dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conforme pode ser visto no gráfico abaixo.

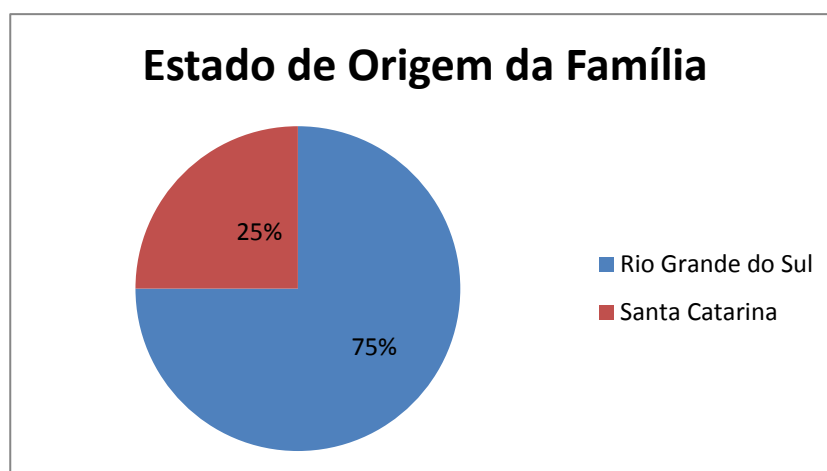


Gráfico 5 – Estado de Origem das Famílias entrevistadas

Fonte: Pesquisa de Campo/autor.

Conforme os dados coletados na pesquisa e ilustrados no gráfico número cinco a maioria das famílias entrevistadas veio do Estado do Rio Grande do Sul, com uma representação de 75% dos agricultores familiares entrevistados. Os demais 25% são oriundos do Estado de Santa Catarina.

Este dado vem corroborar o descrito por Santos e Marschner (2008), onde estes apontavam que a criação das políticas de integração nacional do governo getulista, que objetivava a colonização de áreas estratégicas do país, trouxe para a região grande contingente de imigrantes que proviam na maioria dos casos, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que chegaram ao Sudoeste do Paraná em busca de terras livres.

Ainda, Perondi (2007) aponta no seu trabalho que alguns dos principais traços do processo de colonização da região Sul do Brasil são identificados no Sudoeste do Paraná.

A característica étnica dos agricultores familiares entrevistados pode ser visualizada no gráfico número seis.

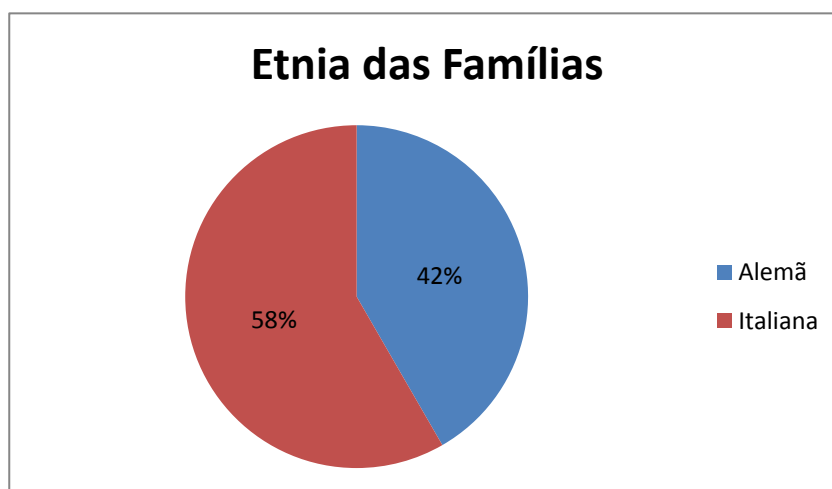


Gráfico 6 – Etnia das Famílias entrevistadas

Fonte: Pesquisa de Campo/autor.

A etnia dos agricultores familiares, conforme demonstrada no gráfico acima, é predominantemente italiana com 58% dos agricultores familiares entrevistados, enquanto 42% dos agricultores entrevistados são de etnia italiana.

Ao descrever este dado, aponta-se para o fato descrito por Singer (2002), onde este afirmava que a maior taxa de ocupação da região sudoeste aconteceu entre os anos 1940 e 1980, principalmente entre 1950 e 1970, quando muitos dos imigrantes eram filhos e netos de imigrantes europeus, notadamente italianos e alemães.

Nas famílias eleitas para a realização da pesquisa de campo a figura masculina representa o responsável pela tomada das decisões referentes aos meios de produção, à divisão das tarefas na unidade de produção e à administração dos recursos e das informações, inclusive, sobre a propriedade.

Este fato pode ser observado no fato de que dentre as dezesseis propriedades visitadas durante a pesquisa de campo, em quatro delas não foi possível à realização da pesquisa pelo fato de que as mulheres presentes na propriedade relataram que não tinham as informações necessárias para dar respostas às entrevistas, sendo que o chefe da casa (esposo, pai) não estava no momento. Assim, o homem ainda é apresentado como o chefe da família em quase a totalidade das famílias entrevistadas, conforme pode ser vislumbrado no gráfico número sete.

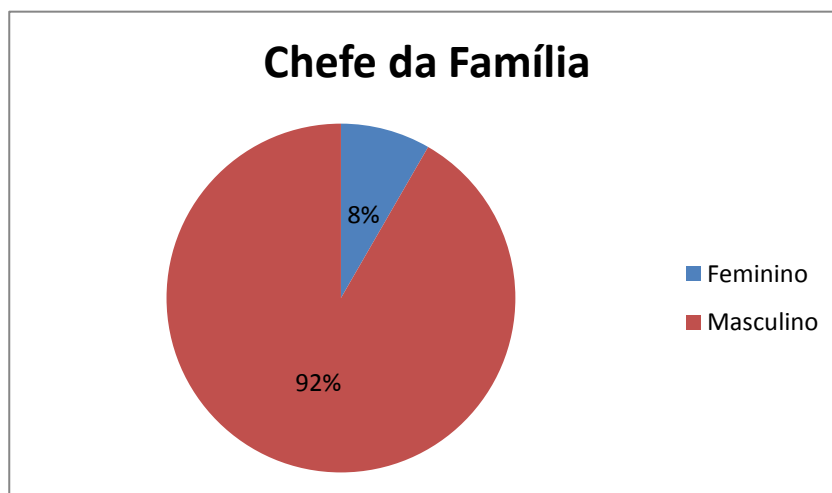


Gráfico 9 – Chefe das Famílias entrevistadas

Fonte: Pesquisa de Campo/Auto.

O gráfico aponta que em 92% das famílias o homem é o chefe da casa, enquanto em 8% foi apresentada a mulher com tal função, sendo que dentre os 92% dos chefes de família existe um deles que é filho e assumiu a função de chefe da família quando seu pai faleceu, pois a mãe não tinha condições de assumir tal função devido à falta de conhecimento e informações sobre as atividades desenvolvidas na propriedade, tais como dívidas existentes, créditos a receber, operações comerciais, etc.

O número de pessoas que compõe a estrutura familiar, residentes nas unidades de produção pesquisadas é apresentado na tabela oito:

Tabela 8 – Número de habitantes por unidade de produção 2012.

Nº de habitantes	Nº de Famílias / %
1	1 = 8,33%
2	2 = 16,67%
3	3 = 25%
4	3 = 25%
5	3 = 25%

Fonte: Pesquisa de campo/Autor, 2012.

Ao verificar o número de habitantes por unidade de produção, constata-se um reduzido número de pessoas, pois 25% das famílias só tem o casal ou uma só pessoa vivendo na unidade de produção, enquanto 25% das famílias são compostas por três pessoas, e 50% têm quatro ou mais pessoas.

Estes dados apontam uma mudança importante na questão do tamanho das famílias e a força de trabalho empregada nas unidades de produção da agricultura familiar, pois, ao se reduzir o número de membros da família que residem na unidade de produção ou mesmo o número de pessoas que trabalham no meio rural, o agricultor familiar se vê diante de mais uma demanda, o emprego de novas tecnologias que supram a falta de mão-de-obra.

Ainda, este número de habitantes existente nas unidades de produção não significa que na sua totalidade são laboralmente ativos. Para calcular a efetividade da atividade laboral, é usada regularmente uma unidade de medida chamada de UTH, que significa Unidade Homem Trabalho.

De acordo com Lima et AL (1995), uma UTH equivale a 2.400 horas trabalhadas durante o ano, sendo o cálculo de UTH feito da seguinte forma:

- Pessoas com 7 a 13 anos: 0,5 UTH;
- Pessoas com 14 a 17 anos: 0,65 UTH;
- Pessoas com 18 a 59 anos: 1 UTH;
- Pessoas com + de 60 anos: 0,75 UTH.

De acordo com estes cálculos foi delineada a quantidade de UTH por família, conforme se pode observar no Gráfico oito:

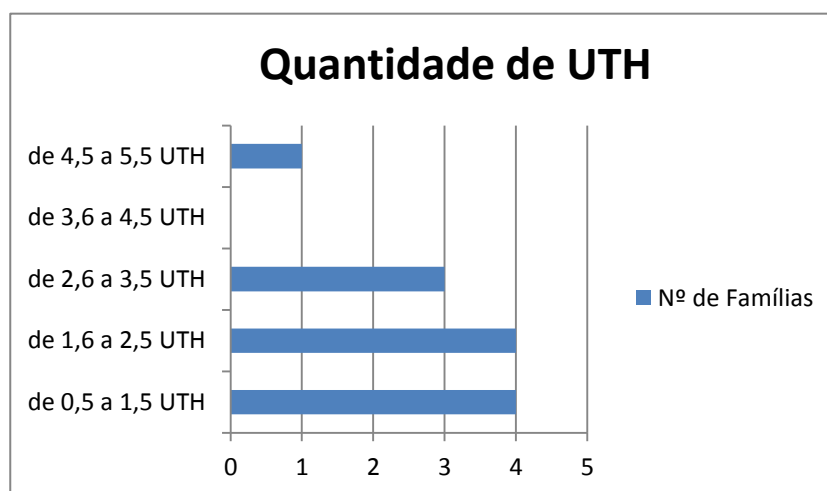


Gráfico 8 – Quantidade de UTH* por família entrevistada

Fonte: Pesquisa de Campo/autor - *UTH - Unidade Homem Trabalho:

Analisando o gráfico se percebe que, com base na quantidade de trabalho desenvolvido na propriedade, a pluriatividade mais uma vez se faz presente, pois na maioria das famílias a UTH é reduzida, demonstrando que os membros do grupo familiar desenvolvem outras atividades, além da agrícola.

Com referência as atividades laborais desenvolvidas pelos membros das famílias entrevistadas, o estudo possibilitou descrever o local de trabalho ou atividade desenvolvida pelos membros familiares, conforme a tabela número nove:

Tabela 9 – Local de trabalho ou atividade desenvolvida / Quantidade de pessoas²⁵

Local de Trabalho ou atividade	AF 1	AF 2	AF 3	AF 4	AF 5	AF 6	AF 7	AF 8	AF 9	AF 10	AF 11	AF 12
Somente na UP	1	2	3	2	5	2	4	2	3	4	2	4
Na UP e Fora da UP	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Somente Fora da UP	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Contratados	0	3	0	2	0	1	0	0	0	0	0	2
Somente Estuda	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1

Fonte: Pesquisa de Campo, autor (2012).

²⁵ Obs.: foram considerados somente os componentes familiares que desenvolvem atividades laborais, ou em idade laboral acima de 7 anos.

A partir da tabela número nove é possível constatar que em apenas 25% das famílias entrevistadas algum membro da família tem atividade econômica diferente da agrícola, ou não realizada na própria unidade de produção. Ainda, visualiza-se que 75% das famílias que têm algum membro exercendo atividade remunerada fora da unidade de produção tem uma área menor que 10 ha.

Esta informação remete a questão da pluriatividade da agricultura familiar, conforme relata Schneider (2003), onde a combinação entre a mão-de-obra familiar agrícola e não agrícola está relacionada à manutenção do estabelecimento agrícola assegurando sua reprodução socioeconômica. Assim, as atividades agrícolas e não agrícolas inserem o agricultor e sua família em outros setores da economia e, conforme (Maluf, 2003), ampliam seu campo de inserção social e econômica.

Neste sentido, Schneider (2003) discorre que o trabalho agrícola e não agrícola, exercidos de forma complementar pelos membros da família que residem na propriedade, frequentemente, se deve à pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica, o que compromete sua renda, obrigando essas pequenas unidades a buscar uma alternativa complementar de renda.

Porém, a tabela número nove aponta, ainda, que 33,3% das famílias contratam mão de obra para a realização das atividades na unidade de produção, sendo que elas realizam a transformação dos produtos. Ainda, 75% destas tem geração de receitas a partir das atividades para-agrícolas.

Neste contexto se pode corroborar com o relato de Schneider (1999), onde este discorre que além das estratégias de ocupar a mão-de-obra familiar em atividades agrícolas e não agrícolas, os agricultores familiares frequentemente conciliam a mão-de-obra familiar com a contratada (temporária ou permanente) nas atividades produtivas dentro das propriedades. A contratação ocorre quando há carência de mão-de-obra familiar, sendo que isso geralmente ocorre em casos como quando os filhos não estão em idade de participar das atividades agrícolas, a mão-de-obra familiar já perdeu seu potencial produtivo (predominância de idosos) e

quando a propriedade pratica atividade produtiva altamente intensiva em mão-de-obra.

Este fator aponta que a partir da diversificação da produção da agricultura familiar e da transformação do produto primário com agregação de valor à produção é possível a geração de emprego no meio rural, mesmo em propriedades de pequeno porte, por meio da agroindustrialização familiar.

Destarte, a questão da contratação de mão de obra, da diversificação da produção e da pluriatividade na agricultura familiar pode ser pautada na forma de produção que o agricultor define como estratégia para o desenvolvimento da propriedade e, conseqüente, da família.

A mudança na forma da produção agrícola foi outro ponto encontrado, pois no início da colonização da região, a produção era basicamente voltada para a manutenção da família, onde somente o excedente da produção era comercializado. Esta informação pode ser apreciada na argumentação de um agricultor familiar entrevistado: *“Plantavam soja, feijão, milho, trigo né, mandioca, tanto pra consumo quanto pra venda. A família era grande. O que sobrava vendia”*. (Entrevista AF3).

Outra questão identificada durante a pesquisa de campo foi à forma de comercialização das famílias quando da sua chegada ao município na década de 1950/1960, conforme pode ser visto na declaração do agricultor familiar:

Quando a gente chegou foi derrubar mato né, os vizinhos faziam parceria, derrubavam o mato e faziam pedacinhos de roça. Aos poucos iam plantando né. A maioria plantava milho, que tinha a semente no próprio paiol né, produzia mais para o consumo da família, era pouco comércio né, então os vizinhos faziam trocas dos produtos, um trocava o que tinha com o que o outro tinha e ele não né. (ENTREVISTA, AF6, 2012).

Este fato pode ser visto, ainda, na fala de outro agricultor familiar entrevistado, o qual conta a forma de comercialização que seu pai utilizava na década de 1950, no início da colonização do município.

Foi mais ou menos em mil novecentos e cinquenta e nove. Naquela época era plantação de fumo e milho, criação de suínos, frango, milho só pro consumo. Não existia esse comércio, a lavoura era tudo pequeninha, era mais pra manter a família, daí o que sobrava vendia, Geralmente, quando faltava alguma coisa trocava com os vizinhos. Até o pai plantou bastante fruta naquela época e trabalhava com fruta, daí, até ele ia pra Argentina. Embarcava ali, de canoa e ia até lá pra baixo da Ilha do Sol. Daí tinha mais nove quilometro pra entra até no povo, onde trocava as frutas, queijo, ovos, tudo por farinha. Daí, com o tempo passando não trocava mais, daí, tinha que vender os produtos pra comprar a farinha. (ENTREVISTA AF8, 2012).

Ao comparar o sistema de produção dos ancestrais de suas famílias e do atual sistema de produção, os agricultores familiares relatam diferenças consideráveis. *“Antigamente era plantado mais grãos, tanto para o consumo quanto pra vender, não tinha muita opção. Hoje tá bem melhor, dá pra produzir mais quantidade de produtos, cana, frutas, verduras, além do leite que dá um bom retorno. Tem mais comércio, daí vale a pena plantar.”* (Entrevista AF9).

Assim, a face da mercantilização da agricultura familiar se evidencia, pois aumenta sua relação com o mercado como um todo, na apropriação de novos equipamentos agrícolas e insumos para a produção agrícola, uma vez que o agricultor familiar precisa comercializar sua produção e até mesmo sua força de trabalho para conseguir adquirir as novas tecnologias.

Outro dado interessante, construído a partir da análise das realidades sociodemográficas e socioeconômicas dos agricultores familiares estudados foi possível descrever a tipologia²⁶ das receitas das unidades de produção familiar, conforme a tabela 10.

²⁶ A tipologia das receitas foi definida a partir do trabalho de Perondi (2007), conforme ilustra o Anexo E:

Tabela 10 – Tipologia de Receitas²⁷ do Grupo Familiar – 2011/2012.

Tipo de Receita R\$ Agricultor	Agrícola	Animal	Transformação	Para-agrícola	Transf. Sociais	Não Agrícola	PAA ²⁸	Receita Total	Área Total (ha)
AF1	37.169,00	0,00	0,00	28.344	7.464	0,00	14.700	72.977	7,6
AF2	0	2.592	0	78.000	0	0,00	12.400	80.592	6,0
AF3	65.955	3.000	41.100	0	0	33.600	16.300	143.655	23,0
AF4	0	0	103.200	0	0	8.250	19.000	111.450	9,2
AF5	16.000	14.592	28.400	0	14.928	0,00	7.200	73.920	37,1
AF6	69.853	19.500	1.200	0	0	0	6.800	90.553	19,2
AF7	50.300	60.600	0	0	0	0	8.250	110.900	28
AF8	16.250	1.600	0	85.200	0	0	13.600	103.050	8,8
AF9	8.580	11.150	8.000	0	0	0	11.400	27.730	2,6
AF10	0	19.620	7.000	0	14.928	0	10.550	41.548	6
AF11	63.400	11.890	0	0	7.464	0	6.200	82.754	15
AF12	137.500	60.000	0	144.000	14.928	0	23.000	356.428	19,6
Rec. Total das Famílias	465.007	204.544	187.820	335.544	59.712	41.850	149.400	1.294.477	182,1
Participação nas Receitas por Família	35,9%	15,8%	14,5%	25,9%	4,6%	3,2%	7,7%	Receita média 107.873,08	Área Média 15,2ha

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor, 2012.

Ao analisar a tabela 10 verifica-se a diversidade de atividades realizadas pelos agricultores familiares entrevistados, ou seja, a pluriatividade atrelada diretamente à multifuncionalidade da agricultura familiar, que já era citada por Maluf:

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas insere a família rural em diferentes setores e amplia seu campo de atuação e de inserção social

²⁷ *Receita Agrícola: Produtos in natura, sem agregação de valor. (Ex.: Milho, soja, trigo, cana-de-açúcar, etc.), ou de trabalhos agrícolas realizados fora da Unidade de Produção; *Receita Animal: Venda de animais e de produtos de origem animal (leite, carne, ovos); *Transformação: Agregação de valor aos produtos in natura produzidos na própria Unidade de Produção; *Receita Para-Agrícola: Produtos de transformação produzidos na UP, porém com matéria prima utilizada não provinda da UP. *Transferências Sociais: Aposentadorias; benefícios assistenciais. *Não agrícola: Atividades desenvolvidas em outras áreas, diferentes da agricultura.

²⁸ * O valor da receita proveniente do PAA está inserido nas demais modalidades de produção, não fazendo parte da somatória total, individualmente.

e econômica, associando o enfoque da pluriatividade, diretamente, ao da multifuncionalidade”. (MALUF, 2003 p. 138).

A partir desta constatação, procura-se identificar, caso a caso, as formas de geração da receita familiar conforme a atividade econômica desenvolvida e a participação da receita de comercialização via PAA comparada com as demais receitas geradas nas famílias.

A AF1 possui uma área de 7,6ha de onde obtém duas fontes de receita, a agrícola, a para-agrícola e ainda uma receita de transferências sociais, conforme se pode observar no gráfico 9a.

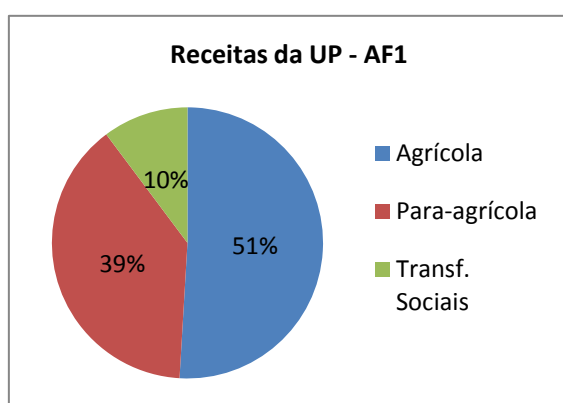


Gráfico 9a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF1 - 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor

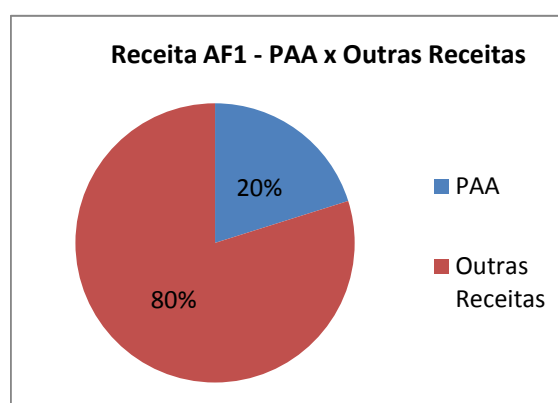


Gráfico 9b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas - AF1 – 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

O gráfico 9a demonstra que a renda para-agrícola é bastante significativa para a geração de receita, representando 39% da receita gerada na Unidade de Produção.

Esta receita para-agrícola tem como uma das fontes a venda da produção para o PAA. Desta forma o programa significa um instrumento que possibilita a geração da receita familiar, como se pode observar no gráfico 9b o qual ilustra que o PAA tem 20% de participação para a geração de receitas para o agricultor familiar.

A receita familiar per capita no período avaliado é alta - 72.977,00 reais - devido ao fato da vivência solitária da agricultora que é viúva, sendo que os filhos são casados e não residem com a mãe, não fazendo parte do mesmo núcleo familiar.

Quanto à família do AF2, esta tem uma área de 6ha onde existem as instalações de moradia, da agroindústria e ainda um plantio de eucaliptos que representa 4,5ha da área total, com o restante da área reservada à criação de bovinos, aves (galinhas caipiras) e suínos.

O AF2 tem duas fontes de receita, a animal e a para-agrícola, conforme se pode observar no gráfico 10a.

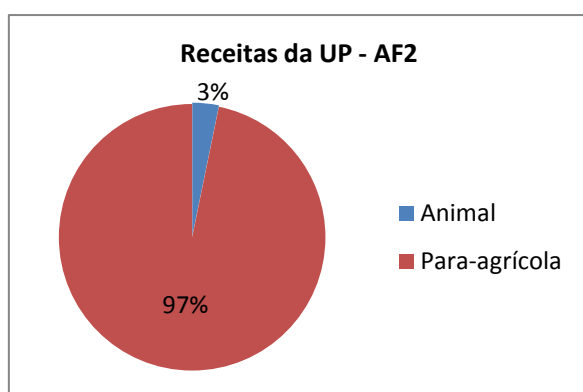


Gráfico 10a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF2 - 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

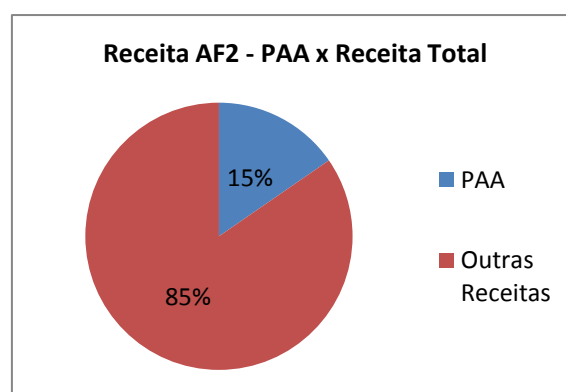


Gráfico 10b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas - AF2 - 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

O gráfico 10a demonstra que a atividade que mais gera receita é a atividade para-agrícola. No desenvolvimento destas atividades o agricultor compra praticamente todos os insumos utilizados para a produção de panificados, e faz a transformação na Unidade de Produção.

Parte desta produção que gera a receita para agrícola é vendida ao PAA por meio da COOPAFI, conforme se pode observar no gráfico 10b, que aponta a

relevância do PAA na geração de receitas para o agricultor familiar, totalizando 15% da receita total gerada na unidade de produção.

O AF2 aponta que a receita gerada a partir da atividade para-agrícola foi extremamente aumentada a partir da adesão do agricultor no PAA, pois seus produtos começaram ser conhecidos e apreciados pela população, o que fez com que se ampliassem os nichos de mercado para sua produção, colaborando para o fortalecimento da agricultura familiar, conforme se pode observar na sua fala: “O PAA é a forma que trouxe mais mercado, trouxe mais trabalho, além da garantia da compra da produção, abriu outros mercados e aí o agricultor produz mais tranquilo.”.

A receita familiar per capita no período avaliado é de 20.148,00 reais, sendo que a família é formada por quatro pessoas.

Ao analisar os dados do questionário/formulário respondido pelo AF3, foram identificados quatro tipos de receita, conforme pode ser visto abaixo, no gráfico 11a, sendo que este agricultor possui uma área de 23ha.

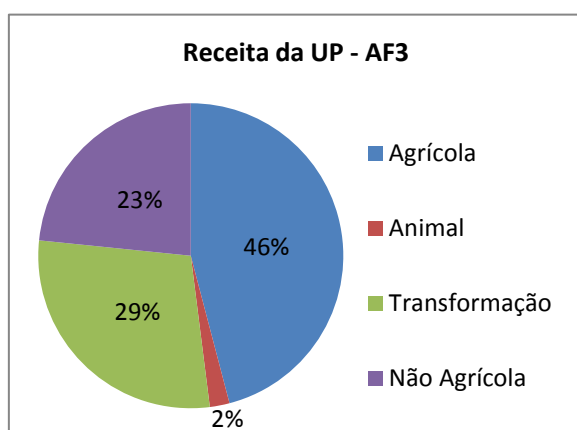


Gráfico 11a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF3 - 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

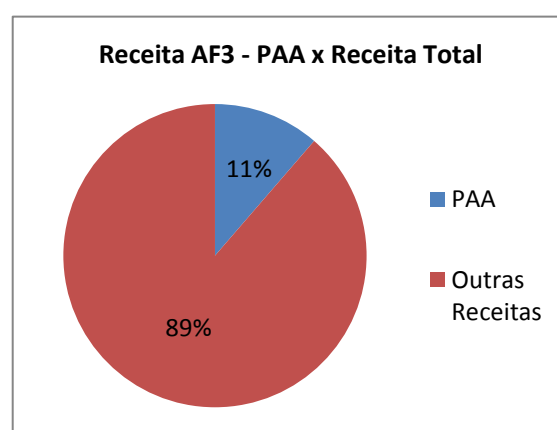


Gráfico 11b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas - AF3 – 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

O gráfico 11a ilustra claramente a diversidade existente na Unidade de Produção do AF3, sendo que a maioria da receita é originada pela atividade

agrícola, porém, as receitas geradas pela atividade de transformação, com 29% e da atividade não agrícola, com 23%, tem grande representatividade na receita total da família.

Quanto à receita não agrícola, esta é proveniente do trabalho da filha do agricultor, como professora e do filho como montador de móveis, o que remete à questão da pluriatividade da agricultura familiar, que além da função de produção alimentar, tem também a função de fornecer mão de obra para outras atividades que não são ligadas à agricultura, como é o caso desta família, porém, destacando o fato da problemática da sucessão na agricultura familiar, pois os filhos estão ligados a outras atividades, mesmo que estes trabalhem em tempo parcial na unidade de produção familiar.

A receita de transformação é vendida parcialmente via PAA, bem como parte da produção agrícola in natura, sendo possível verificar, desta forma, o peso da venda ao PAA na geração da receita familiar, conforme ilustrado no gráfico 11b.

Apesar da receita via PAA representar apenas 11% da receita total do grupo familiar, ela tem um papel importante na manutenção da unidade de produção, conforme o próprio AF3 afirma:

A gente tinha um pequeno comércio já né, mas tem também um excedente da produção que a gente pode sair desse excedente e fazer mais ainda, por que já tem a garantia de fazer a comercialização pelo PAA, através da cooperativa né. (ENTREVISTA AF3, 2012).

A receita familiar per capita do AF3 no período avaliado é de 35.913,75 reais, considerando que a família é composta por quatro pessoas.

Com referência ao AF4, este possui uma área de 9,2 ha onde possui uma agroindústria voltada à produção de derivados de cana-de-açúcar, sendo que toda a produção agrícola é destinada para esta agroindústria e ainda existe a compra da produção da matéria prima de vizinhos para complementar o insumo necessário à produção, conforme a demanda do mercado.

As receitas geradas na Unidade de Produção do AF4 são demonstradas no gráfico 12a, sendo elas de transformação e não agrícola.

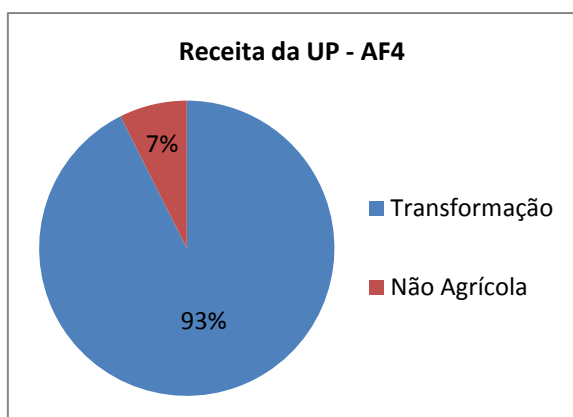


Gráfico 12a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF4 - 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

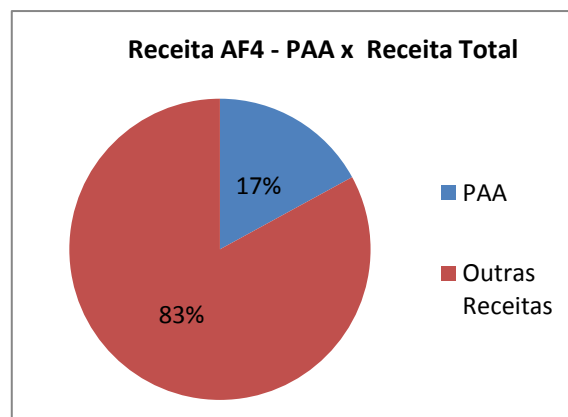


Gráfico 12b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas - AF4 – 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

O gráfico 12a aponta que na unidade de produção do AF4 é dada muita importância à agregação de valor à produção agrícola, visto que o agricultor utiliza sua produção in natura e ainda compra a produção dos vizinhos para atender a demanda do mercado..

O PAA representa uma porta de escoamento da produção do AF4, conforme se pode observar no gráfico 12b, representando 17% da receita gerada na unidade de produção, sendo que, a partir da venda da produção via PAA, o produto agroindustrializado pelo agricultor foi sendo conhecido na região e até mesmo no país, sendo possível a abertura de novos mercados, conforme pode ser constatado na fala do agricultor.

Eu estava expondo meus produtos na Feira do Melado, aqui em Capanema, quando chegou um pessoal de São Paulo, da Unesp, e provou os produtos. Eles gostaram muito dos produtos, principalmente da cachaça, e me convidaram para fazer um estudo sobre a qualidade da cachaça. Já levaram

o produto e fizeram as análises. Pelo que me disseram minha produção de cachaça provavelmente será vendida toda para o exterior.
(ENTREVISTA AF4, 2012).

Quanto à renda não agrícola é fruto do trabalho da ex-esposa do agricultor, que ainda reside na propriedade. A renda familiar per capita no período avaliado é de 37.150,00 reais, considerando que a família é composta por três pessoas, incluindo a ex-esposa do AF4 que reside na propriedade.

A propriedade do AF5 tem uma área de 15,5ha, sendo que ele utiliza ainda 21,6ha do seu pai, que é viúvo e reside com o agricultor entrevistado, totalizando uma área de 37,1ha. Na propriedade existe uma considerável diversificação das fontes de receita familiar, conforme pode ser observado no gráfico 13a.

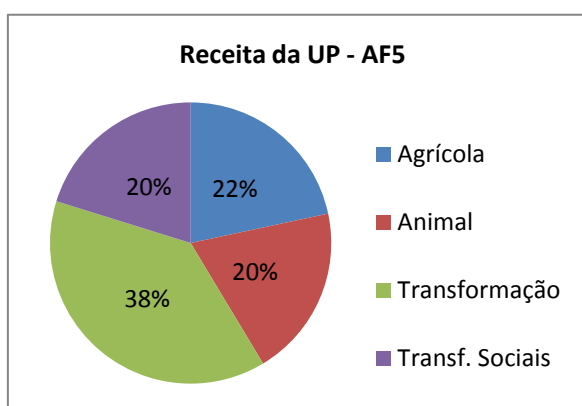


Gráfico 13a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF5 - 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

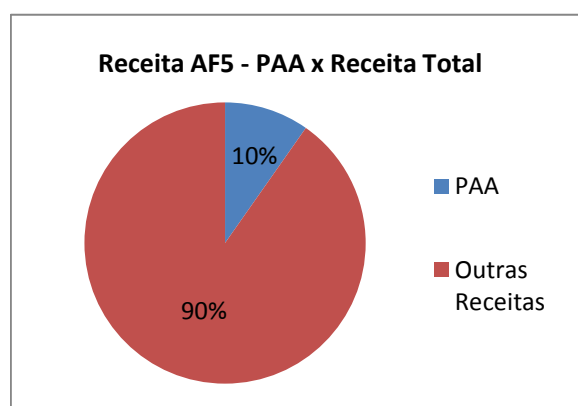


Gráfico 13b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas - AF5 – 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

Como é possível observar no gráfico 13a, as receita animal, com a produção de leite, e de transferências sociais, com a aposentadoria do pai do agricultor, se iguala, com um percentual de 20%, quanto à participação na receita total da família. Já a receita agrícola representa 22% da receita total, enquanto a receita de

transformação é superior às demais, representando 38% da receita total, sendo que esta renda se dá devido à transformação da cana-de-açúcar em açúcar mascavo e melado, produtos que tem mercado certo via PAA.

A venda ao programa representa 10% da receita total da família, conforme demonstra o gráfico 13b, sendo que a receita familiar per capita no período avaliado é de 12.320,00 reais, considerando que a família é composta por seis pessoas.

Com referência ao AF6, este possui uma área de 19,2ha onde tem três fontes de receita, a agrícola, a animal e a de transformação, conforme pode ser observado no gráfico 14a.

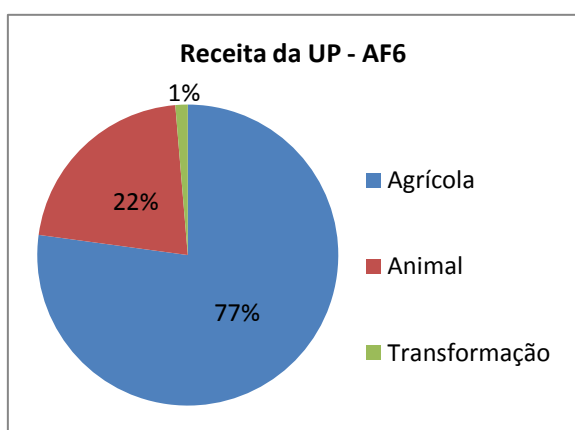


Gráfico 14a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF6 - 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

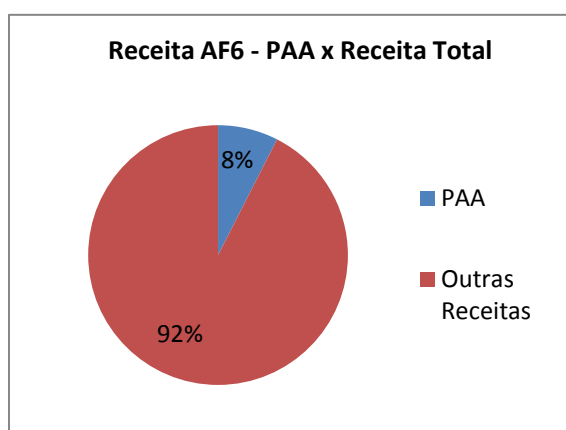


Gráfico 14b – Comparação da Receita PAA Outras Receitas - AF6 – 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

A receita gerada a partir da atividade agrícola é predominante na propriedade com 77%, enquanto a receita relacionada à atividade animal representa 22% e a de transformação apenas 1%. O maior volume de comercialização do AF6 é proveniente da produção de hortigranjeiros, sendo que parte da produção é destinada ao PAA e parte da produção é destinada ao PNAE e outros mercados conquistados pelo AF6 a partir das atividades desenvolvidas em parceria com a Coopafi.

No caso do AF6 a venda ao mercado institucional por meio do PAA representa 8% da receita do agricultor, conforme ilustra o gráfico 14b, sendo que a receita familiar per capita no período avaliado é de 22.638,25 reais, considerando que a família é composta por quatro pessoas.

Na propriedade do AF7, que tem uma área de 28ha, duas fontes de receita foram identificadas, a agrícola e a animal, conforme ilustra o gráfico 15a, abaixo.

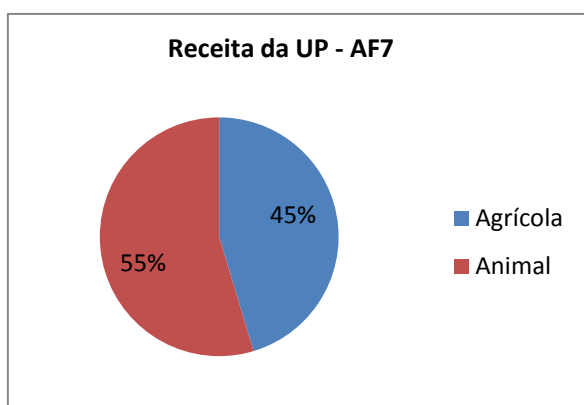


Gráfico 15a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF7 - 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

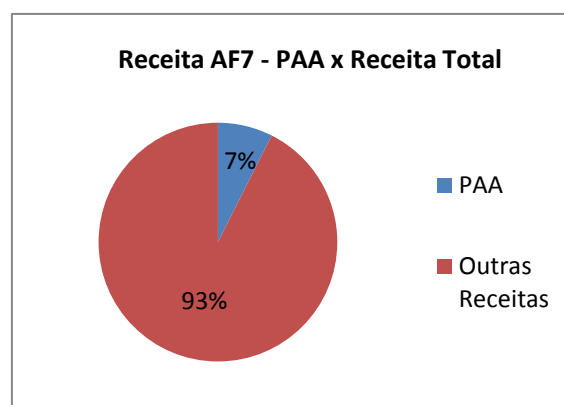


Gráfico 15b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas - AF7 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

A predominância na geração de receita na propriedade do AF7 e da atividade relacionada à receita animal com 55% da receita total, onde a atividade de bovinocultura de leite representa 95% do índice gerado pela receita animal. Já a atividade agrícola representa 45% da receita total, com ênfase na produção de soja, milho e trigo, sendo parte desta produção comercializada no mercado institucional.

O gráfico 15b demonstra que a comercialização via PAA representa 7% da receita gerada na propriedade, comparada às outras receitas, onde a receita familiar per capita é de 22.180,00 reais, considerando que a família é composta por cinco pessoas.

Na propriedade do AF8, que é composta por 8,8ha foram identificadas três fontes de receita, sendo a agrícola com 16%, a animal com 1% e a para-agrícola que representa o maior índice da receita familiar com 83% da receita total na propriedade. O gráfico 16a ilustra estes dados.

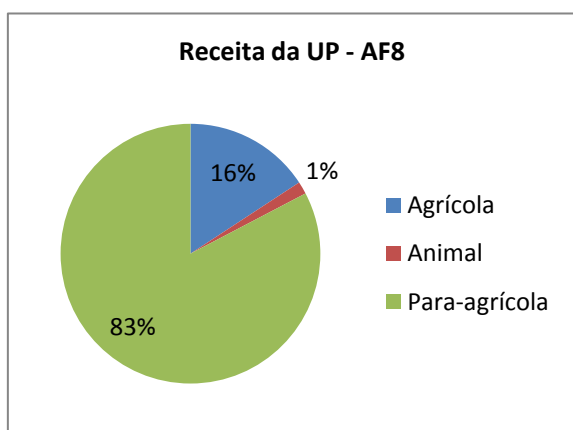


Gráfico 16a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF8 - 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

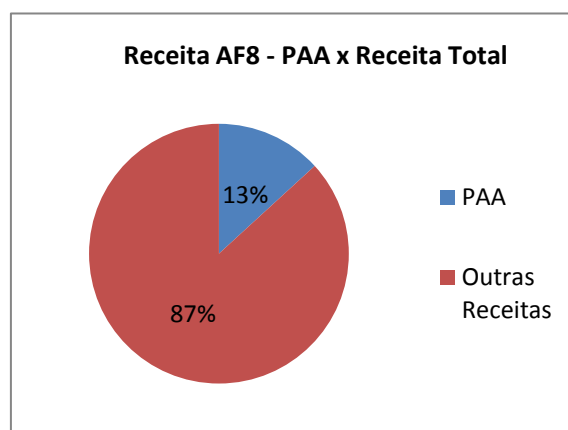


Gráfico 16b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas - AF8 - 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

A receita para-agrícola é predominante na propriedade do AF8, sendo que a maior parte da produção agrícola é destinada também à transformação para agregação de valor na produção. A venda para o mercado institucional representa 13% da receita gerada na propriedade, conforme ilustra o gráfico 16b. Também no caso deste agricultor familiar os produtos elaborados na propriedade foram conhecidos por meio do mercado institucional que possibilitou a abertura de novos mercados. A receita familiar per capita no período avaliado é de 51.525,00 reais, considerando que a família é composta por duas pessoas.

No caso do AF9, que tem uma propriedade de 2,6ha foram identificadas três fontes de receita, a agrícola que representa 31%, a animal representando 40% e a de transformação que tem um peso de 29% na receita total da propriedade, conforme pode ser observado abaixo, no gráfico 17a.

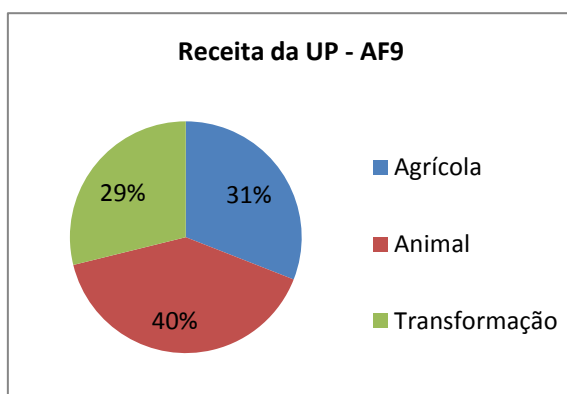


Gráfico 17a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF9 - 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

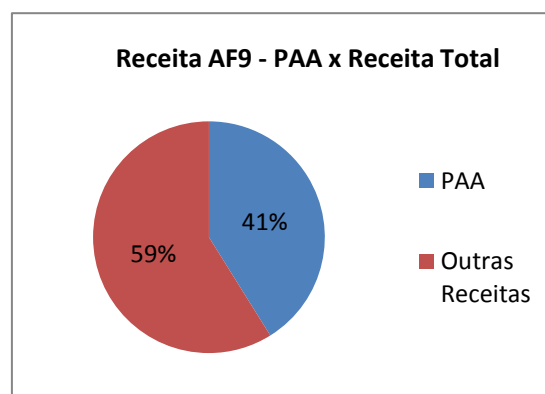


Gráfico 17b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas - AF9 – 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

Na propriedade do AF9 a receita animal predomina, tendo como origem a bovinocultura do leite.

A receita agrícola é proveniente da venda da produção de frutas (uvas e poncãs), enquanto a receita de transformação vem da agregação de valor à cana-de-açúcar na agroindústria familiar que o AF9 tem em sociedade com um cunhado.

Conforme pode ser observada no gráfico 17b, a venda ao PAA significa 41% da receita total da propriedade, sendo que a receita familiar per capita é de aproximadamente 9.243,00 reais, considerando que a família é composta por três pessoas.

O gráfico 18a ilustra as fontes de receita do AF10, que possui uma propriedade de 6,0ha.

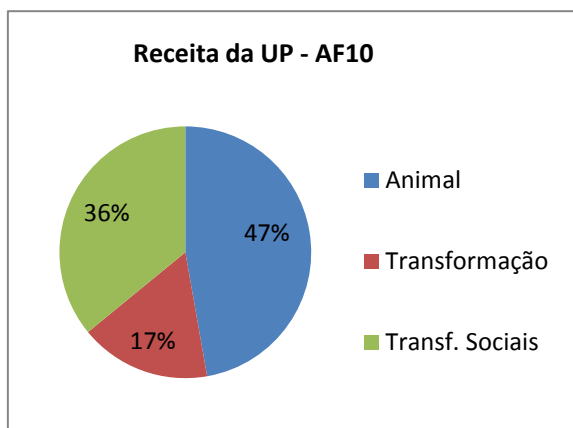


Gráfico 18a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF10 - 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

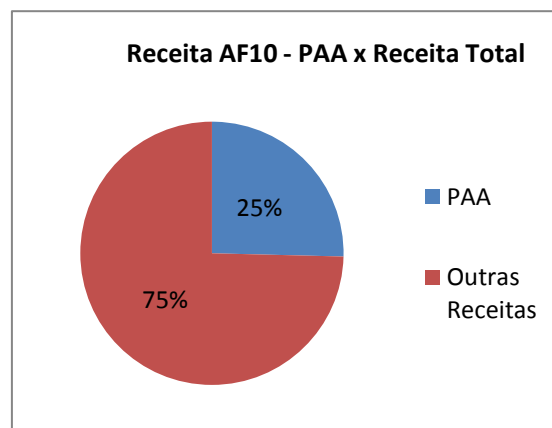


Gráfico 18b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas - AF10 – 2011/2012.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

Conforme o gráfico 18a, as receitas geradas na propriedade são em número de três: a receita animal é provinda da bovinocultura de leite com 47%, a de transferências sociais referentes à pensão que a mãe do agricultor familiar recebe, com 36% e a de transformação com 17% provindas da produção de açúcar mascavo e melado na agroindústria que o agricultor tem em parceria com seu cunhado. Para o AF10 a venda da produção por meio do PAA representa 25% da receita total da família, conforme demonstra o gráfico 18b.

A receita familiar per capita é de 10.387,00 reais, considerando que a família é composta por quatro pessoas.

Com referência ao AF11, este possui uma propriedade de 15ha onde foram identificadas três receitas: a agrícola com 77%; a animal com 14% e a de transferências sociais com 9% da receita total da família, conforme o gráfico 19a ilustra.

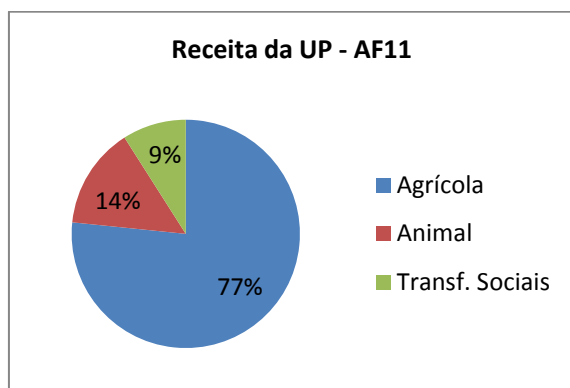


Gráfico 19a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF11 - 2011/2012.Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

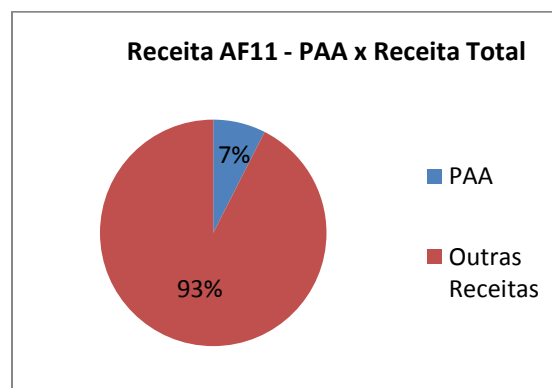


Gráfico 19b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas - AF11 – 2011/2012.Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

Para o AF 11, a receita agrícola é predominante, sendo que esta é gerada com a produção e venda de grãos e hortigranjeiros. A receita animal, provinda da bovinocultura de leite também tem uma participação importante na receita da família, enquanto a receita obtida por meio de transferências sociais representa 9% da receita total e é fruto da aposentadoria que o agricultor recebe.

No caso do AF11 a receita da venda da produção via PAA, conforme demonstrada no gráfico 19b, representa 7% da receita total gerada na propriedade, onde a receita familiar per capita no período avaliado foi de 38.277,00 reais, considerando que a família é composta por duas pessoas.

Quanto ao AF12, este possui uma propriedade de 19,6ha sendo que na propriedade em questão foram identificados quatro tipos de receita: a agrícola com 39%; a receita animal com 17%; a de transferências sociais com 4% e a receita para-agrícola que representa 40% da receita total gerada na propriedade, conforme apresenta o gráfico 20a.

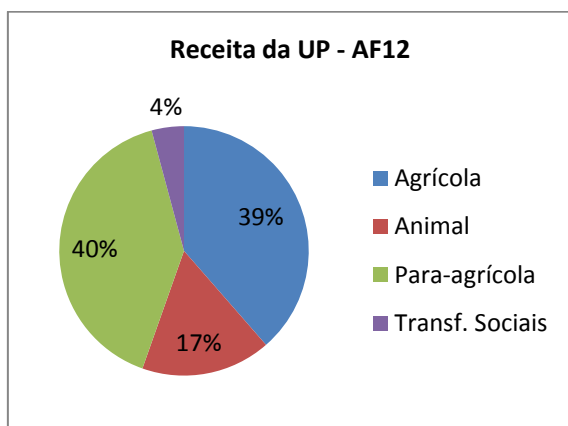


Gráfico 20a – Receitas geradas na Unidade de Produção do AF12 - 2011/2012.
Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

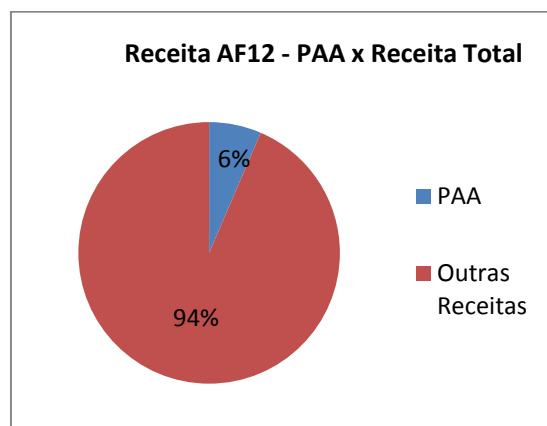


Gráfico 20b – Comparação da Receita PAA e Outras Receitas - AF12 - 2011/2012.
Fonte: Pesquisa de Campo/Autor.

No caso do AF12 a receita para-agrícola é predominante sobre as demais, sendo que é proveniente da transformação realizada na agroindústria familiar existente na propriedade. Parte da produção agrícola e animal também são utilizados na agroindústria, porém, a maioria do produto primário para transformação é adquirido do mercado externo à propriedade. A venda de produto ao PAA representa 6% da receita total gerada na propriedade, conforme ilustra o gráfico 20b.

A propriedade do AF12 tem uma grande diversificação da produção que vai desde a produção agrícola de commodities, até transformação por meio da agroindústria e a produção animal, por meio da bovinocultura de leite e a piscicultura. A receita familiar per capita do AF12 no período avaliado foi de aproximadamente 55.571,00 reais, considerando que a família é composta por seis pessoas.

O gráfico 21 ilustra a proporção entre a receita gerada por meio da venda ao Mercado Institucional, o PAA, e as outras receitas geradas nas propriedades das famílias estudadas:

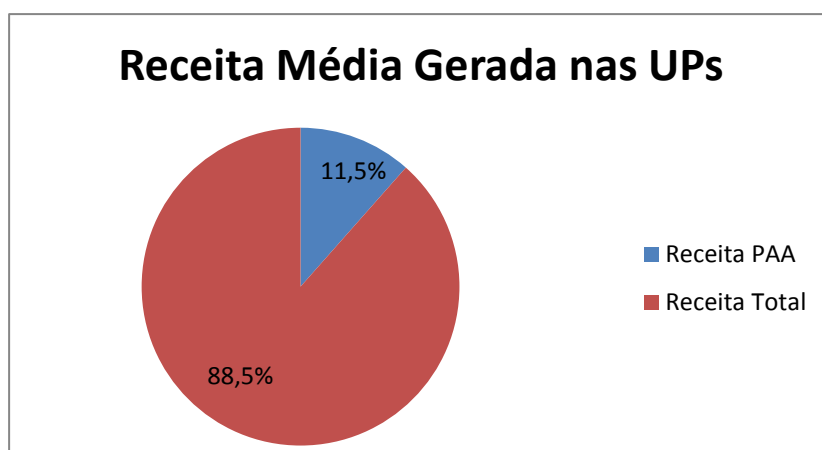


Gráfico 21 – Receitas Médias Geradas nas Unidades de Produção dos Agricultores Familiares
Fonte: Pesquisa de Campo/Autor

Como se pode observar no gráfico 21, o PAA tem 11,5% de participação na formação da receita total dos agricultores familiares, sendo mais significativa para as famílias onde existe uma maior diversidade na produção e onde as famílias têm menor área disponível para o cultivo.

Após discorrer sobre as fontes de receitas que são geradas pelas famílias pesquisadas, observa-se a pluriatividade presente fortemente na agricultura familiar, corroborando com o descrito por Schneider (2003) que apontava o fundamento de uma unidade produtiva multidimensional, onde as atividades agrícolas e outras mais são praticadas tanto dentro como fora da propriedade, gerando diversos tipos de remuneração e receitas (rendas em espécie, transferências e rendimentos).

5.3.2 O PAA sob a Ótica dos Agricultores Familiares

As falas dos agricultores entrevistados desenham a forma de implantação do PAA no município e explicitam os principais motivos que levaram os agricultores familiares a aderir ao programa. É possível perceber, ainda, quais motivos fizeram com que os agricultores operacionalizem o programa junto à Coopafi, os principais ganhos obtidos com a adesão ao Programa, tais como as mudanças no sistema de produção e, principalmente, as melhorias nas condições de vida das famílias a partir

da adesão ao PAA. A relação do programa com o fortalecimento da agricultura familiar foi evidenciada.

Chamou a atenção durante a realização das entrevistas, o fato de que os agricultores não se referiam ao mercado institucional de alimentos como o PAA, mas falavam muito em Fome Zero. Surgiram então as questões, que foram inseridas durante as arguições: Você sabe o que é o PAA? O que quer dizer PAA? Para onde vai o produto comercializado por meio da cooperativa? Sabe quem vai consumir?

Curiosamente nenhum dos agricultores entrevistados soube responder com precisão estas questões. Sobre o que é o PAA somente um agricultor arriscou um palpite sobre a definição: “Ah, é um programa de alimentação, alguma coisa nesse sentido.”. (AF12).

Os demais agricultores não conhecem o significado da sigla PAA e nem sabem como se dá o processo de comercialização com o mercado institucional. O relato de quase a totalidade dos agricultores é que os produtos são vendidos pra cooperativa que repassa os produtos ao governo.

Esta falta de conhecimento dos agricultores sobre as ações desenvolvidas na comercialização para o mercado institucional de alimentos aponta para o fato de que a cadeia de abastecimento engendrada, na forma como está sendo executada, pode frustrar o interconhecimento e as relações de confiança entre os agricultores e a cooperativa, caso os agricultores continuem na ignorância de todo o processo de comercialização, principalmente, na compreensão e conhecimento de todo o percurso que sua produção vai percorrer até chegar ao consumidor final.

Quanto ao destino dos produtos um dos agricultores sabe, parcialmente, para onde vai a produção que ele vende ao PAA por meio da cooperativa, porém, nenhum deles tem conhecimento dos beneficiários que consumirão estes produtos: “Pro PAA o produto vai pra Colombo, Paraná, perto de Curitiba. Agora quem vai consumir eu não sei.”. (AF11).

Outros agricultores confundem, ainda, o PAA com o PNAE, também devido ao fato de não terem conhecimento sobre o Programa de Aquisição de Alimentos na sua essência, conforme pode ser percebido na fala de um agricultor familiar: “*Para onde vai a produção? Eu sei que vai pra merenda escolar, pras creche, pra LBA. É distribuído por aí a fora né.*”. (AF10).

A partir das respostas obtidas junto aos agricultores, criaram-se novas hipóteses, e desta forma ocorreu um enriquecimento da investigação (TRIVIÑOS, 1987).

Devido ao desconhecimento de praticamente todos os agricultores familiares sobre o PAA, o desenvolvimento da entrevista foi feito com todo o cuidado para que os agricultores soubessem de qual programa estavam falando, sendo lembrados continuamente sobre esta questão.

Esta falta de conhecimento quanto às políticas públicas, seus objetivos e funções, explicita o quanto os agricultores familiares deixam de ser protagonistas no mercado institucional de alimentos e se encontram como meros figurantes produtores de alimentos.

Assim, a entrevista semiestruturada possibilitou ao entrevistado alcançar a liberdade e espontaneidade necessária à investigação e permitindo a exploração de múltiplas dimensões do fenômeno. (TRIVIÑOS, 1987).

5.3.2.1 A Implantação do PAA

Os agricultores relatam, unanimemente, que a implantação, o surgimento do PAA no município se deu por conta do trabalho desenvolvido pela Coopafi, que, de acordo com os agricultores, apresentou uma proposta de comercialização por meio do programa, que poderia garantir a compra de parte da produção. Com isso aconteceria o aumento da receita dos agricultores familiares e o encurtamento da cadeia de comercialização.

Um dos agricultores relata:

Começamos fazer reunião no sindicato, era pouca gente, sete ou oito. Começamos as reunião daí, era pra tirar os atravessadores e nós vendia a um real o quilo na época, e às vezes nem a um real conseguia vender o quilo. Daí a ideia era tirar os atravessadores e criar a cooperativa com garantia de mercado. (ENTREVISTA, AF5, 2012).

Com relação à garantia de compra de parte da produção da agricultura familiar, outro agricultor comenta: *“Foi a cooperativa. Eu acho que pra facilitar mais as vendas pros agricultor. Hoje tu passa ali e o produto sai direto dali, antigamente não existia isso. A gente tinha umas feira pra mercado e coisa.”* (AF9).

Um dos agricultores entrevistados relata a participação de outras instituições na implantação do PAA em Capanema, porém, o fomentador do programa foi a Coopafi, como pode ser percebido na fala deste agricultor: *“Através da Cooperativa, depois com apoio da Emater, do Sindicato, por causa do programa do governo que tinha pra melhorar a renda e segurar o povo na roça né”*. (AF6).

A adesão ao PAA, como se pode perceber nas falas até agora descritas, é um canal de comercialização importante para os agricultores familiares de Capanema, onde a Coopafi teve um papel importante na implantação do programa na comunidade local, conforme relata o AF3:

Na nossa comunidade o PAA surgiu pela própria cooperativa que começou aqui nossa comercialização, que foi em busca dos projetos e onde os agricultores não tinham muitas vezes onde vender os produtos né. Claro os agricultores tiveram que se enquadrar em algumas regras, qualidade, melhorar isso e aquilo né, e foram se atualizando e foi dando certo. E isso levou muitas outras famílias entrar também, por que tava dando certo a venda dos produtos. (ENTREVISTA, AF3 2012).

A importância das relações sociais comunitárias é percebida na fala anterior quando o agricultor relata que outras famílias aderiram ao programa por que ele “estava dando certo”. Porém, também se pode observar que certos agricultores familiares apresentavam desconfiança com relação à adesão ao programa e só o fizeram por que os vizinhos deram um voto de confiança na proposta apresentada do PAA por meio da cooperativa e obtiveram êxito nas suas comercializações.

5.3.2.2 A Adesão ao PAA

Conforme as entrevistas realizadas, os motivos que levaram os agricultores familiares à adesão ao PAA são vários, entre os quais os destacados pelo quadro número cinco, que indica os motivos relatados pelos agricultores familiares que os levaram a aderir ao PAA.

Quadro 5 – Motivo dos Agricultores para Adesão ao PAA	
Agricultor Familiar (AF)	Motivos para Adesão
AF1	Garantia de Mercado
AF2	Garantia de Mercado
AF3	Incentivo à agricultura; Aumento de renda
AF4	Garantia de Mercado
AF5	Garantia de Mercado; Aumento de renda
AF6	Garantia de Mercado; Produção alimentar;
AF7	Garantia de Mercado
AF8	Garantia de Mercado
AF9	Aumento da renda;
AF10	Diversificação da produção; Produção alimentar; Garantia de Mercado; Aumento de renda
AF11	Aumento de renda; Aumento de lucro
AF12	Garantia de Mercado.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor, 2012.

Como é possível perceber no quadro número cinco, nove agricultores apresentam a Garantia de Mercado como um dos motivos para a adesão ao Programa, sendo que oito deles o elegem como motivo principal.

O agricultor familiar AF1, relata o motivo da sua adesão da seguinte forma: *“Foi por causa do açúcar mascavo. A gente fazia e não conseguia vender. Ali já tá o mercado garantido. O que nós fizemos nós vendemos”*.

Já o agricultor AF6 relata que aderiu ao PAA por vários motivos, mas o principal é: *“O PAA vem estruturar o agricultor familiar no sentido de mais uma opção de renda, de venda pro agricultor familiar. Desde que os produtores estejam adequados ao PAA é mais uma renda pra agricultura familiar”*.

A questão da possibilidade de diversificação da produção é apontada por um dos agricultores familiares entrevistados:

É mais um negócio pra agricultura tentar fugir um pouco da produção só de grãos. Aponta outras linhas, principalmente na produção de alimentos. Então veio a Coopafi, e através do programa do governo trouxe mais uma ferramenta aí pra trabalharmos juntos e tentar um jeito assim de uma nova renda né, uma renda a mais pra família. (ENTREVISTA, AF5, 2012).

A questão da diversificação da produção agrícola também se reflete no variado número de produtos comercializados pela Coopafi via PAA, neste caso recomenda-se ver o quadro de número quatro, anteriormente exposto.

Mais um motivo evidenciado para a adesão ao programa foi a participação direta dos agricultores nas atividades da cooperativa e a garantia do recebimento da venda da produção ao mercado institucional. Este apontamento vem ao encontro com o legado apontado por Lannoy (2006) quando ele reflete que a gestão compartilhada, o trabalho dos agentes presentes nos dois lados, da gestão dos diretores e dos agricultores familiares, atende os anseios da comunidade mais presente nas decisões das cooperativas.

O aumento da renda por meio da comercialização da produção via PAA é um dos principais motivos citados pelos agricultores familiares para aderirem ao programa, uma vez que ao aderir ao programa estes conseguiram ampliar o escopo de produtos ofertados, tanto pela diversidade na produção quanto à transformação dos produtos primários.

No que diz respeito às dificuldades encontradas pelos agricultores familiares para a inserção no PAA, estes descrevem que dentre as principais dificuldades está a burocracia para adesão ao Programa, conforme pode ser constatado na declaração do AF1: “A dificuldade maior pros agricultores é que tem que ter toda a documentação. Primeiro lugar você tem que ser agricultor familiar né, e tem que ter a DAP, senão não dá.”.

Outra dificuldade constatada foi a organizar a produção, a preocupação com a qualidade e aparência dos produtos vendidos ao programa e a carência de mão-de-obra, em alguns casos. Nestes casos, com exceção a mão-de-obra, os próprios agricultores enfatizam que a cooperativa subsidia o processo de formulação de projetos e capacitação dos agricultores quanto a organização da produção e a preparação dos produtos, com apoio da Emater, por exemplo, como relata o AF2: *“Ah, não tem como montar os projetos né pra dar segmento. Se não for uma entidade e na questão da especialização pra trabalhar com a agroindústria.”*

5.3.2.3 A Operacionalização do PAA via Coopafi

O principal motivo que levou os agricultores familiares entrevistados a operacionalizar o PAA por meio da Coopafi e não por outra entidade ou de forma autônoma, foi o fato de que a cooperativa foi o principal, senão o único, articulador entre a proposta governamental por meio do PAA e os agricultores familiares, que teriam mais dificuldade em conhecer o Programa caso a cooperativa não fosse até suas propriedades apresentar a dinâmica de operacionalização do PAA.

O começo foi pela cooperativa, que é uma questão legal dos agricultores, de não ser individual né. A cooperativa dá uma certa segurança né, com o programa, pra não tá dando problema. Muitas vezes o agricultor, ele sozinho, de repente, ele não tem esse alcance pra ele fazer isso né, onde o programa chegou. A questão burocrática também né, mas eu vejo que a hoje cooperativa é um suporte, ajudando ele, garantindo o agricultor e ele diz vou vender lá né, não individual, que é mais difícil. O agricultor organizado fica mais forte. Por exemplo, se eu não tenho a quantia que precisa mais outro tem. Junta e dá certo. (ENTREVISTA, AF3, 2012).

Para os agricultores se existisse outra forma de acesso ao mercado institucional de alimentos não sairiam da atual forma de comercialização para outra, conforme pode ser percebido na fala do agricultor: *“Por que só tem a cooperativa, mas se tivesse não sairia porque foi ela que iniciou e a gente tem que fortalecer a cooperativa.”*. (AF2).

Um dos fatores de peso para o acesso no programa pela cooperativa é que esta segurança quando a comercialização dos produtos e a facilidade da operacionalização pelo fato de que os projetos são elaborados pela Coopafi, tanto com relação ao PAA, quanto com relação a outras áreas como a preservação ambiental.

Uma segurança né, segurança de mercado com aquela quantia que todo mês você pode contar e na questão dos projetos também, que a COOPAFI faz. Tem também a questão do aproveitamento de energia, com a queima do bagaço que a Coopafi orienta. Antes jogava no ambiente né e evita a queima da lenha né. Tá saindo do papel. (ENTREVISTA, AF4, 2012).

Com referência a importância da cooperativa para a operacionalização do PAA no município e as ações desenvolvidas por ela em outras áreas também, além da comercialização, estas podem ser identificadas nas falas dos agricultores, principalmente na questão de projetos para o Programa, como relata o AF4: *“A cooperativa monta os projetos né. Montam os projetos, que dá uma segurança que a*

gente tem da comercialização no próximo ano. A gente sabe que vai ter mercado de novo.”.

A questão da logística realizada pela Coopafi também a apontada como um papel importante para a operacionalização do PAA em Capanema, e ainda o que diz respeito às normas legais preconizadas para a comercialização dos produtos, conforme relata o agricultor familiar.

A questão da legalização e organização dos produtos pro programa, nos projetos, vamos dizer assim. No recolher, na logística de toda ela, ver se todos os produtos estão dentro dos critérios né, e é aonde que junta mais agricultores né, que vem a fazer todo esse ponto. (ENTREVISTA, AF3 2012).

A importância da cooperativa para a operacionalização do PAA também se faz presente no tocante ao recebimento dos valores gerados com a venda da produção, conforme se vê na declaração do agricultor AF5: *“O negócio da entrega e do recebimento certo do produto. Acho que é isso.”.*

Isso demonstra a confiança que os agricultores familiares depositam na cooperativa. Um dos agricultores complementa esta afirmativa quando relata: *“Trabalhar em conjunto com a cooperativa é muito bom, muito importante, por que a gente não sabe como estaria trabalhando, não tinha garantia de comercio.”.* (AF8, 2012).

A comodidade na operacionalização do PAA por meio da cooperativa também é citada por um agricultor quando indagado sobre a importância de realizar todo o processo de operacionalização com a cooperativa.

A facilidade de entregar os produtos, os projetos que eles fazem, não precisa a gente se incomodar né. Até o pagamento né, se precisar de um adiantamento, caso aperte, eles arrumam. Por isso que eu digo, não tem o que se queixar deles né. (ENTREVISTA AF9, 2012).

O argumento do AF10 corrobora o descrito pelo outro agricultor familiar dizendo que na Coopafi é conforme o acertado nos contratos, ou seja, não existem dúvidas quanto à seriedade da Coopafi no tocante à comercialização da produção.

Na Coopafi é conforme o combinado. Até às vezes a gente pega um pouco antecipado, por que às vezes a cana não dá bem e aí tem que pagar o Pronaf. Daí a cooperativa funciona quase como um banco, passa lá e tem dinheiro disponível, por que sabem que a gente vai ter o produto depois. Tem uma relação de confiança muito grande, não vejo dificuldades. (ENTREVISTA AF10, 2012).

Esta fala do agricultor demonstra novamente a confiança que os agricultores têm na cooperativa e que esta confiança também existe em reciprocidade, pois são os agricultores que fazem a cooperativa e esta os representa.

Para um dos agricultores entrevistados a importância da Coopafi no processo de operacionalização do PAA também se dá pelo fato de que a cooperativa fazendo toda a logística desde a elaboração dos projetos, o recolhimento da produção, a venda e o pagamento ao agricultor, este fica com mais tranquilidade para produzir, sabendo que pode confiar na cooperativa.

Eles ajudam com a logística, os projetos, o escoamento da produção. O pagamento é sempre em dia. A cooperativa trás assim, uma facilidade de organizar na parte burocrática né, que seria com, ou levar até levar o produto, fazer a parte da documentação com o governo, com as prefeituras. Então essa é uma parte mais difícil. Quem sabe e talvez, se partisse do produtor, talvez tivesse que ter mais uma pessoa só pra esses problemas e assim, a COOPAFI, a cooperativa faz todo esse processo e o agricultor só se preocupa com a parte da produção daí. (ENTREVISTA AF12, 2012).

Conforme pode ser observado nas declarações dos agricultores familiares, a cooperativa desempenha um papel relevante no tocante às ações desenvolvidas junto ao PAA, trabalhando fortemente com o agricultor na busca de proporcionar mais facilidade quanto à participação no Mercado Institucional.

5.3.2.4 Os Ganhos do Agricultor Familiar com a Adesão ao PAA

Os principais ganhos apontados pelos agricultores familiares entrevistados a partir da adesão ao Programa foram: a diversificação na produção; a qualificação do agricultor para a melhoria da qualidade dos produtos; a especialização para o trabalho na agroindustrialização, além da melhoria na qualidade de vida por meio do volume maior de venda, o que traz mais renda para a família.

Quanto à diversificação da produção, grande parte dos agricultores relata que devido ao PAA necessitar de vários tipos de produtos, foi possível aumentar o escopo de produtos, tanto in natura quanto os com valor agregado, conforme se observa na afirmativa:

O ganho assim, de repente, no volume maior de venda. Por mais que no PAA muitas vezes os preços tabelados produtos onde eles são baseados, tem produtos sazonais ou por regiões e muitas vezes fica desenquadrado o nosso agricultor aqui na ponta. De repente ele é baseado numa, ou que seja feito uma média geral de todas as regiões, mas ele acaba sendo sazonal, ele tá desenquadrado muito do preço né. Aí acaba o agricultor não vendendo no PAA, acaba vendendo fora, mas tem aquele tem uma ginga acaba vendo no PAA e fora também. Na verdade muitos, em virtude do PAA, ficam olhando o vizinho que vende e diz: olha o fulano tá vendendo pro PAA, tá vendendo do produto xis lá. Ele acaba procurando a cooperativa e se tem espaço pra algum produto que ele tem lá, ou que ele possa produzir, ele também quer entrar no programa né. (ENTREVISTA AF3, 2012).

O discurso do AF4 complementa o argumento do agricultor acima, quando ele relata: *“Acho que assim, a questão de vida, a mudança na produção, a diversificação né. A questão da vida em comunidade também.”*

Estes discursos confirmam o apontado por Ribemboim (2006) que discorre que, ao diversificar a produção rural, as famílias podem vislumbrar um horizonte mais estável.

Para muitos dos agricultores entrevistados o PAA funciona como a válvula de escape para a venda da produção de muitas famílias fazendo com que os elas fiquem satisfeitos e consigam permanecer no meio rural.

Tem muitas famílias que se sentem muito satisfeitas com isso né, tem essa venda garantida. É uma renda lá na propriedade. Se ele tem, tipo assim, se ele trabalha com leite, mas se tem algumas frutas, pode vender né. Na questão da transformação também. Então, nesse sentido, ele tem uma visão que ele tá se fixando lá na sua propriedade com esse programa, não tendo que vender e ir embora pra cidade. O PAA tá fazendo muita coisa, por que senão a maioria não tava conseguindo sobreviver. Nesse sentido ele tá conseguindo, investindo na propriedade, diversificando a produção. Se for na fruta, no grão, tá melhorando nesse sentido. (ENTREVISTA AF7, 2012).

Com relação à questão da vida em comunidade como um ganho, a afirmativa pode ser também observada na declaração: *“Aumentou a diversificação e o reconhecimento na comunidade né, pelos produtos.”* (AF6, 2012).

O reconhecimento pela comunidade também é relatado: *“Na comunidade eles reconhecem a gente pelos produtos, assim traz mais felicidade né, a gente sabe o que tá produzindo né, e fica mais tranquilo.”* (AF1, 2012).

Ainda, a partir da adesão ao PAA e a venda da produção os agricultores e os seus produtos foram ficando mais conhecidos na comunidade, e também fora dela, o que fez com que ele pudesse, além de ampliar seus nichos de comercialização, ficar satisfeito com a aceitação dos produtos na sociedade.

No tocante à mudança do sistema de produção, o AF7 discorre: *“Antes era mais soja. Agora a gente produz e entrega de tudo um pouco né, melhorou um pouco a questão da saúde né. A gente se preocupa menos.”*.

O cenário ora em foco explicitou que o desempenho na unidade de produção dos agricultores familiares não subtraiu a quantidade da produção, mas proporcionou a diversificação desta, o que se incorpora à análise de Chayanov (1974), de que a administração do trabalho e do tamanho da área utilizada pelo agricultor deve ser determinada pela necessidade da família, logo a satisfação deve ser limitada pelo trabalho despendido na produção.

Outra questão apontada como ganho por meio da adesão ao PAA é referente aos investimentos realizados nas propriedades e a questão da saúde do agricultor e sua relação com o meio ambiente:

Muitas vezes a gente pegava dinheiro daqui e colocava na lavoura. Agora dá pra investir aqui mesmo, na agroindústria, por que tem garantia que vai vender. A gente tem mais tranquilidade, trabalha que não dá nem tempo pra ficar doente. Não fica mais doente. Pra questão do meio ambiente, melhorou, por que antes a gente usava mais a lavoura né...mas já fizemos o SISLEG. Foi deixado os vinte por cento pra reserva legal, por que nesta área agora a gente consegue viver tranquilo. (ENTREVISTA AF8, 2012).

As diferenças (mudanças) no sistema de produção também foram mencionadas pelos agricultores como ganhos: *“... do grão eu tô transformando em produtos né...”* (AF1). Em complemento se pode citar o aumento da produção devido à mudança do sistema produtivo: *“...nós produzimos mais...por que conseguimos vender.”* (AF5).

Para os agricultores a certeza de venda da produção proporcionada por meio do mercado institucional faz com que eles produzam mais.

A gente já produz com a certeza do mercado né. Antes a gente tinha o produto em estoque lá e não girava, às vezes ficava um ano parado. Na questão da produção e do capital de giro né, você pode usar na lavoura. A gente já tem assim uma previsão né, uma programação com recursos garantidos pra poder fazer mais. (ENTREVISTA AF4, 2012).

Os agricultores foram unânimes quando questionados se o PAA trouxe mais qualidade de vida, a qual é vista pelos agricultores de várias formas, sendo o aumento da renda a principal delas, ou a que desencadeia todas as outras formas que podem definir o termo qualidade de vida. *“Acho que mais na questão financeira, mais trabalho. Mas na questão financeira melhorou bastante”*. (AF2, 2012).

Ainda, a qualidade de vida pode ser observada da seguinte forma: *“É você ter conforto pelo menos né. Antigamente você não tinha uma geladeira né, não tinha um fogão a gás, era fogão a lenha. Muitas vezes a casa era de chão o piso e hoje você tem uma qualidade de vida melhor.”*. (AF1, 2012).

Os agricultores familiares também definem como qualidade de vida, a partir da adesão ao PAA, a possibilidade da segurança do agricultor em poder permanecer no meio rural e o papel importante que ele tem tanto para o meio rural, quanto para as cidades, tanto na produção alimentar como quando deixa de ir para os centros urbanos em busca de novas oportunidades, sem qualificação, e acaba vivendo nas periferias, situação esta que pode desencadear o “desmonte” da estrutura familiar.

Bom. Se sentir seguro na propriedade, acho que uma das principais, porque hoje nosso agricultor familiar tá saindo pra cidade, daí fica se encostando, vamos dizer, nas favela das grandes cidades. Não é nosso caso, mas ele vai pra novos horizontes, pra outras frentes de trabalho onde ele não tem formação nenhuma né. Então isso é difícil, ele acaba inchando a cidade, não fazendo um trabalho que presta, é só braçal Acaba desanimando, acaba perdendo, extraviando a família. Perde a credibilidade da própria família, uma delas eu acho que é essa. Assim, com isso, o PAA, ele conseguindo se fixar lá na roça, ele ajuda melhorar tudo isso e tem orgulho de dizer: não, eu sou um agricultor familiar, tô vendendo pro PAA. Com isso já melhorou aqui, ali e tal. (ENTREVISTA AF3, 2012).

A questão da saúde também é citada como ganho em qualidade de vida, pois a partir do momento que se tem uma maior renda o agricultor se sente mais tranquilo, sendo que esta tranquilidade possibilita um melhor estado de saúde para a família. Os agricultores relatam ainda o ânimo gerado pela possibilidade de comercialização no mercado institucional, conforme pode ser visto, por exemplo, na declaração do AF10: *“A gente se sente mais animado, mais tranquilo.”*

Para um dos agricultores a qualidade de vida é: *“Melhorar em tudo, por exemplo, conforto, mais tranquilidade, mais felicidade.”*. (AF9).

A diversificação na produção fomentada pelo mercado institucional por meio do PAA gera um item relevante quanto à qualidade de vida no meio rural. O AF11, por exemplo, define que a qualidade de vida é ter de tudo um pouco pra comer, sabendo o que produz e consome, trazendo com isso a segurança alimentar para a família, conforme pode ser visto na fala deste agricultor: *“É a gente ter de tudo um pouco pra comer. A gente sabe o que produz e o que come. Em primeiro lugar é isso aí.”*

A melhora da qualidade de vida a partir da questão econômica fica evidente, pois esta permite que outras esferas que permeiam a vida social do agricultor familiar sejam contempladas.

Além da renda, além do dinheiro, tem a questão do contato maior com a comunidade. A questão da felicidade e do bem estar da família. Tu tem um reconhecimento da comunidade de você tá não só prestando uma ajuda, como também o seu produto tá sendo bem visto, não só na região mas também no estado né. Eu digo que uma das principais é o ponto econômico, o resto vem junto. (ENTREVISTA AF12, 2012).

Com referência à percepção dos agricultores familiares sobre o futuro dos filhos, muitos deles afirmam que o PAA possibilita a permanência dos filhos no meio rural sem a necessidade de buscar outras fontes de renda fora da propriedade, ou seja, a manutenção do tecido familiar, a sucessão familiar no meio rural.

A pesquisa aponta que o PAA ajuda a manter a família no campo e possibilita à sucessão familiar no meio rural: *“Uma questão que trouxe, foi meu filho, que viu que dá certo e se interessou em estudar e continua junto comigo. Então esse seria muito benéfico né, a manutenção da família, por que o êxodo rural continua grande.”*. (AF4).

Esta permanência dos filhos no meio rural é possível também por que o PAA gera mais atividades a serem desenvolvidas na propriedade, ocupando o tempo e a mão-de-obra disponível na família: *“Mas antes eles nem ajudavam em nada, agora, com o PAA, até meu genro tá ajudando fazer, agora o bicho pegou. Fez com eles fique mais na propriedade, trabalhando aqui. O futuro deles tá mais garantido aqui.”*. (AF5, 2012).

Para alguns agricultores, é possível ainda que os filhos tenham uma atividade econômica fora da propriedade e concomitantemente trabalhem no meio rural, demonstrando com esta percepção a questão da pluriatividade existente no meio rural.

Esta possibilidade de conciliar a atividade rural com outra atividade não rural acaba fortalecendo a família por meio da pluriatividade que esta pode desenvolver, trabalhando, por exemplo, no comércio, agroindústria ou outra propriedade vizinha, sem abandonar o trabalho na própria unidade de produção familiar.

Outros agricultores lamentam que o Programa não tenha surgido antes, pois se este existisse os filhos teriam continuado no meio rural e não precisariam sair de

casa em busca de outras fontes de renda, afastando-se do núcleo familiar, conforme pode ser observado na fala do agricultor:

Na época que eu comecei produzir pro PAA já não tinha nem um filho comigo, por que naquela época eles saíram pra estudar. Aqui na roça não tava dando né, daí eles saíram. Hoje, se fosse hoje, eles estariam me ajudando pra produzir. Os filhos já são casados, já estão se virando, mas se o PAA começasse antes os filhos, com certeza, estariam na agricultura, estariam ajudando. (ENTREVISTA AF1, 2012).

De fato, o PAA pode contribuir para que os filhos permaneçam na propriedade, conforme se observa no relato: “*Meus filhos, com certeza, vão ficar mais tempo por aqui. Ajudando né.*”. (AF2, 2012).

A possibilidade de permanência dos filhos no meio rural, mantendo o tecido familiar e garantindo a sucessão na agricultura é relatado por um dos agricultores que enfatiza, ainda, que alguns filhos estão voltando pra casa, por que está sendo possível viver com qualidade no meio rural com o auxílio que o PAA proporciona às famílias.

Nossos filhos tão saindo em busca de estudo, alguma coisa de trabalho e muitas vezes eles já foram. Agora o PAA tá ajudando nisso em algumas famílias. A gente vê, tem filhos ficando com os velhos, por que com o PAA já tá ajudando muito neste sentido. Já tá dando um retorno e uma segurança pra algumas famílias. Mas alguns já tinham ido. No meu caso, tenho ajuda deles ainda quando estão em casa, quando podem né. Mais é muito importante isso do PAA, por que ele vem fixar nossos filhos né, não é o meu caso agora, por que já tinham ido né, mas tem casos também que os filhos tão voltando, sabem que tem que ficar pra nós produzir alimentos né, sabem que é essencial. Alguém vai ter que produzir os alimentos, é o principal. (ENTREVISTA AF3, 2012).

Ao invés de sair do meio rural em busca de oportunidades nas cidades, percebe-se que os jovens estão se preparando para continuar no meio rural. “*Tem um que tá na Casa Familiar Rural e ele tá se interessando de ficar na propriedade, de fazer uma faculdade e voltar pra propriedade né, por que tem aquela renda que o PAA garante todo mês.*”. (AF4, 2012).

Assim, o PAA consegue contribuir para que tecido social seja mantido, com que a sucessão familiar tenha condições de acontecer. Revendo Maluf (2003) e Caneiro (2003), quando enfatizam a identidade social como traço forte dos agricultores, onde a queda da importância da agricultura nas unidades de produção fazia com que os jovens saíssem e que era necessário diferenciar os motivos pelos quais eles saíam e voltavam para a agricultura.

O programa pode então se apresentar como um dos motivos que fomentem a permanência ou a volta dos jovens para as unidades de produção da agricultura familiar.

5.3.2.5 O Fortalecimento da Agricultura Familiar

A última questão feita aos agricultores familiares foi com questão à sua percepção ao fato de o PAA fortalecer ou não a agricultura familiar.

A resposta foi uníssona. Todos os agricultores responderam de acordo seu ponto de vista, que sim, o PAA faz com que o agricultor familiar fique mais fortalecido, conforme se pode observar nos seus relatos.

Para grande parte dos agricultores entrevistados o PAA faz fortalecer o agricultor por que é um meio que o agricultor tem para permanecer trabalhando e de manter os filhos no meio rural.

Sim, eu acho que faz fortalecer o agricultor por que é um meio que o agricultor tem de ficar lá na roça, trabalhando né e ficarem os filhos. Tá ajudando a não ir pras cidades né, por que hoje tá faltando mão de obra na agricultura e com o PAA os filhos podem ficar na agricultura, por que precisa da mão de obra dos filhos. Aí cada um tem seu ganho. (ENTREVISTA AF1, 2012).

O AF5 também compartilha deste pensamento quando discorre: *“Ah, com certeza. Meu Deus senão. A gente pode plantar e produzir mais tranquilo e vender ali né. A gente tem como ficar mais tempo na propriedade né, na terra, mantendo a família na agricultura.”*

O PAA faz com que o agricultor possa se manter na roça não precisando sair mais pra buscar recursos, com a garantia de comércio, tendo como perspectiva o fluxo inverso do êxodo rural.

Eu acho que até que daqui pra frente muita gente ainda vai voltar pro interior, por que o custo de vida na cidade é muito mais alto. Aqui é bem mais tranquilo porque aqui a gente consome o que produz. Lá, por exemplo, quer uma laranja? Tem que comprar. (ENTREVISTA AF8, 2012).

Além da possibilidade da permanência do agricultor familiar, o PAA fortalece a agricultura familiar quando se observa a melhoria da qualidade de vida e os investimentos que o agricultor pode fazer na propriedade, pois sabendo que tem um mercado que garante a compra da produção, ele pode investir e produzir mais com a

segurança de que no final do mês poderá arcar com as despesas cotidianas e de investimento: *“Não precisa sair enquanto tiver a venda garantida, por que a gente produz e sabe que vende, também com os outros produtos que a gente vende, o leite, as frutas, dá pra se manter bem aqui.”* (AF9, 2012).

Outra forma de fortalecimento que o PAA proporciona aos agricultores familiares é relacionada ao mercado, tanto institucional quanto o particular. No que diz respeito ao mercado institucional os agricultores relatam que por meio de mais este mercado foi possível a ocupação de mais mão-de-obra no meio rural, e a garantia da compra faz com que o agricultor produza com mais tranquilidade.

Quanto ao acesso ao mercado particular, este pode ser proporcionado a partir da operacionalização do PAA, sendo este um importante caminho para o fortalecimento da agricultura familiar.

O PAA serviu, em muitos casos, de ponto de partida pros agricultores entrar em outro mercado, por que ele acabou melhorando. Com as regras que tem ele acabou melhorando. Vamos dizer assim, aquele que era bem jogadão com os produtos, ele acabou melhorando. Com isso ele não tá vendendo e vendeu só no PAA. Ele acabou conquistando outros comércios porque o comércio, em si, acabou enxergando: puxa o fulano de tal tá com uns produtos bons lá e nós podemos também comprar dele. E ele acabou fazendo isso. Então é interessante isso, que o agricultor tenha essa visão de não só vender pro PAA. Ele tem que ir se atrelando e buscando outros caminhos, porque é importante que ele tenha outras válvulas de escape. (ENTREVISTA AF3, 2012).

Este fortalecimento da agricultura familiar por meio da abertura de novos mercados também pode ser percebido no relato do AF6, quando este discorre: *“Com certeza. (...) Realmente conseguimos mais mercado com o produto conhecido, um comenta aqui, outro lá e daí abre as portas do mercado né.”*

Um importante destaque foi dado pelos agricultores familiares quanto ao fortalecimento da agricultura familiar por meio do PAA no que diz respeito à organização dos agricultores para a comercialização, via cooperativa. De acordo com alguns dos agricultores entrevistados o conjunto de agricultores representados pela cooperativa tem mais força comercial e política.

A força comercial se dá pelo fato de que com um maior escopo de produtos e com um maior número de fornecedores a cooperativa consegue um mercado mais amplo, que extrapole os limites territoriais do município e do mercado institucional.

A força política se dá pelo fato da representatividade de uma classe de agricultores que, com o apoio ainda do sindicato, pode lutar por melhorias nas

condições de produção como, por exemplo, a melhoria das condições das estradas rurais do município e as ações de Ater dirigidas à agricultura familiar.

Assim, o PAA pode fortalecer o agricultor familiar tanto individualmente quanto coletivamente, conforme seu relato: *“Acho que individualmente porque ele tem uma garantia né, de mercado e em comunidade por que os agricultores organizados tem mais força né.”*. (AF4, 2012).

Embora os agricultores concordem que o PAA possibilite o fortalecimento da agricultura familiar, algumas críticas surgiram no decorrer das entrevistas com relação ao Programa.

A crítica mais enfatizada pelos agricultores diz respeito ao volume de comercialização possibilitado ao agricultor familiar para o Programa.

O ideal é que pudesse aumentar o volume de comercialização nuns trinta, quarenta por cento porque a gente tem aquele mercado garantido né, mas não pode aumentar a produção. Se a cooperativa pudesse comprar mais, fizesse um contrato maior, dava pra produzir mais. Não adianta eu produzir cinquenta toneladas e não ter garantia de mercado, tem o mercado fora, mas não é garantido né. O PAA já garante no mínimo aquele contrato. Já aconteceu comigo antes do PAA, ficar com a produção estocada e estragar por que não teve mercado. Daí tem que jogar fora e perde dinheiro e serviço. (ENTREVISTA AF4, 2012).

Corroborando com o relato, a fala de outro agricultor complementa o discurso: *“Eu acho que o PAA ajuda bastante, mas poderia melhorar o preço né. Se a gente conseguisse entregar, da agricultura familiar, um valor maior né, mais dos quatro mil e pouco que é agora, fortaleceria ainda mais o agricultor.”*. (AF1).

Além da questão do aumento no volume da comercialização via PAA e aponta que a cooperativa deveria, em parceria com a Emater e outras entidades, tais como universidades, trabalhar com os agricultores a questão da programação de produção na intenção de organizá-la de modo que a disponibilidade de produtos fosse mais contínua, sem interrupções pelo fato de serem sazonais.

Destarte, o planejamento é fundamental para que o agricultor familiar tenha a possibilidade de oferecer ao mercado institucional uma gama maior de produtos mais vezes ao ano.

Acho que se fosse fazer um trabalho, mais com técnico em cima, pra programar a produção. Tem que ter técnico pra saber o que eu tenho, o que o outro tem. Pra saber em que período eu tenho que plantar, porque não adianta todo mundo plantar a mesma coisa, por conta, vai ter bastante numa época só do ano. Então se tivesse um planejamento de plantio, é o que eu tô questionando, os técnicos tem que ter com todos os produtores

que fornecem os produtos. Já teve uma vez com a EMATER, mas não sei por que acabou. Acho que a prefeitura não apoiou muito. (ENTREVISTA AF11, 2012).

Uma angústia muito grande foi identificada quanto à insegurança que alguns agricultores sentem com relação ao PAA devido ao fato dele ser um programa e não uma política agrícola de fato, voltada à agricultura familiar, angústia esta também presente nos relatos dos diretores da Coopafi.

Tenho medo de esse programa, amanhã ou depois dar algum problema. Muda o governo e ele pode mudar. Pode vir pra melhor e pode vir pra pior. (...) Às vezes ele tem esse questionamento assim, desse medo né. Bom, eu acredito nele, tal, fica fortalecido, mas se chegar num certo momento que pode trocar o governo e mudar tudo isso. Qual a segurança e a garantia que vai ter tudo isso? Porque ele surgiu dentro de um governo né (...) e entre um governo e outro pode exonerar ele e colocar outro programa. De repente pode ser até idêntico, mas com outras visões que de repente não é o agricultor familiar que vai participar. Então é esse o medo do nosso agricultor. A partir de que ele seja uma política pública, então beleza, pode até mudar alguma coisinha mais os parâmetros maiores eu acho que vai ter que ser seguido. Hoje não é difícil de ver de tantas coisas boas que teve no passado. Chegou outra política e jogou no lixo. Então pro pequeno agricultor é ruim, muito inseguro ele fica nesse sentido. (ENTREVISTA AF3, 2012).

Desta forma, esta preocupação se pauta no fato de que enquanto existe um programa, até que não seja uma política pública, não tem a estabilidade necessária para que o agricultor possa investir em produção e se dedicar mais à produção de alimentos.

E um programa né, se mudar a política pode acabar o programa. Acho que no caso de política assim, tem que ver o ponto de benefício pra população né. No caso, se entra um governo e vê que tá sendo bom, pode continuar, vendo que é bom tanto pros beneficiários, que é a população que vai receber os produtos, quanto pro agricultor familiar que tá fazendo esses produtos. Não são empresas grandes aí que já tem um mercado, uma demanda grande. Então é nesse lado aí que eu acredito que teria que transformar esse programa em uma política pública, ter continuidade como política pública. (ENTREVISTA AF12, 2012).

A partir de todos os dados socioeconômicos, sociodemográficos e história de vida dos agricultores familiares e seu relacionamento com o mercado institucional de alimentos é que se dará às conclusões da presente dissertação.

6 CONCLUSÕES

O patinho feio da agricultura brasileira é a produção de alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno, pois os governos se preocuparam muito em viabilizar uma política econômica na agricultura que se traduzisse em dólares. Porém, o povo brasileiro consome arroz, feijão, carne, mandioca, batata, etc., e a produção agrícola de geração de divisa para o País não supre a necessidade alimentar do povo brasileiro. (BUENO, 1986. p. 32).

A partir da reflexão sobre esta afirmativa de Bueno, analisando a criação de ações da política pública que fomentem a produção de alimentos para o abastecimento no país, buscou-se neste trabalho apresentar algumas reflexões acerca da experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de Capanema, situado na Região Sudoeste do Estado do Paraná.

O estudo do papel do Programa de Aquisição de Alimentos para o fortalecimento da agricultura familiar em Capanema possibilitou compreender os impactos sobre o modo de vida dos agricultores, frente às transformações socioculturais e institucionais sobre a terra, o trabalho e o mercado, decorrentes do contexto recente desta estratégia de comercialização para a agricultura familiar no município.

Os objetivos específicos propostos no início deste trabalho foram alcançados, onde foram elencados os motivos da adesão e permanência dos agricultores familiares no Programa, descritas as dificuldades para a inserção no programa. No trabalho também foi possível delinear o perfil socioeconômico dos agricultores familiares participantes do PAA, e a relação de contribuição do programa na geração de receita para a agricultura familiar, além de avaliar o papel do PAA no fortalecimento da agricultura familiar.

Quanto ao objetivo principal, destaca-se que a importância do papel desta ação de política pública para o fortalecimento da agricultura familiar ficou evidente, considerando que o Programa pode proporcionar:

a) o estímulo à produção diversificada, principalmente de gêneros alimentícios para atender ao consumo familiar e as necessidades do Mercado Institucional;

b) a garantia de um melhor preço pago ao produtor;

c) o acesso ao mercado particular, pela divulgação local, regional e estadual da produção da agricultura familiar;

d) ao reforçar a importância da organização coletiva dos agricultores rurais por meio da cooperativa e a relevância desta como articuladora entre os interesses e as demandas dos associados e dos demais setores e/ou instituições atuantes na escala local e regional; e,

e) manutenção do tecido social e da sucessão familiar no campo;

As possibilidades e os limites de suas formas de organização social, pautadas em práticas tradicionais e combinadas aos padrões de transformação e agregação de valor à produção da agricultura familiar, desenvolvem um cenário múltiplo de consolidação de padrões específicos de sociedade sustentável de base local.

Nos termos do debate acadêmico, a análise do desenvolvimento tenta explicar a lógica e a dinâmica do funcionamento da agricultura familiar. Neste estudo, a preocupação central consiste na compreensão das relações firmadas nos processos sociais de desenvolvimentos diferenciados, onde a reestruturação das formas sociais da agricultura familiar em questão está presente, buscando registrar seus movimentos, suas tensões e as distensões próprias de suas transformações para o mercado institucional.

As formas de organização do trabalho e da produção na agricultura familiar, que tem como raízes históricas, na região, a tradicional produção para o agronegócio de *commodities*, além da agropecuária de subsistência, passaram por transformações em seu modo de vida e de trabalho, particularmente na forma de inserção dos agricultores familiares locais no mercado institucional, local, regional e, por que não dizer, nacional, fazendo com que estes agricultores consigam preservar o patrimônio cultural e sua identidade sócio profissional.

Nesse contexto, o estudo apontou para as principais vantagens socioeconômicas que o PAA proporciona aos agricultores familiares, bem como as dificuldades para a adesão ao PAA e as preocupações que estes agricultores têm com relação ao Programa.

Constatou-se que, no município pesquisado, o Programa de Aquisição de Alimentos fortalece, diretamente, os agricultores familiares, permitindo a

comercialização direta de parte dos produtos agropecuários, com os preços mínimos garantidos, e aproximando os agricultores de outros nichos de mercado. Porém, os limites de valor impostos para a compra dos produtos e a qualidade estabelecida pelo PAA para a comercialização da produção da agricultura familiar foram identificados como os principais gargalos do programa.

Apesar dessas limitações, verificou-se o grande interesse demonstrado pelos agricultores familiares do município de continuar participando do programa, pois, percebem a melhoria da receita familiar desta participação.

Com referência às vantagens proporcionada aos agricultores os interesses surgem com o curso das mudanças socioeconômicas e institucionais, como expressão de engajamento político e de pactuação entre o grupo de agricultores familiares organizados no cooperativismo, afinados com práticas e relações com o poder político, na legitimação de processos de comercialização da produção da agricultura familiar.

A partir do ponto de vista dos diretores da cooperativa e dos agricultores familiares estudados, por meio dos dados qualitativos contidos nas entrevistas realizadas, bem como de acordo com os dados levantados quantitativamente, os principais ganhos com a adesão ao PAA são identificados da seguinte maneira:

- Diversificação da produção com a ocupação efetiva do grupo familiar e com a intensificação do trabalho familiar, complementado com a contratação esporádica de mão-de-obra;
- Agregação de valor a partir da transformação dos produtos primários;
- Melhoria na qualidade de vida da família tanto na questão financeira, quando na questão social e de saúde;
- Aumento na geração da receita familiar;
- Reconhecimento social quanto à condição de agricultor familiar;
- Melhoria na produção com maiores investimentos na propriedade;
- Abertura de novos mercados a partir da aceitação dos produtos ofertados via Mercado Institucional;

A diversificação da produção é observada na maioria das famílias estudadas, onde tal diversificação se deu tanto pela necessidade de alimentos por

parte do mercado institucional, quanto pela percepção dos agricultores quanto à possibilidade da geração de novas receitas na unidade de produção.

Esta diversificação, conforme dados obtidos no estudo, melhoram também a questão da segurança alimentar dos agricultores familiares, pois consomem uma diversidade maior de alimentos, produzidos por eles mesmos.

Ainda quanto à diversificação na agricultura familiar fomentada por meio do Mercado Institucional, ela vem corroborar com o descrito por Maluf (2004) quanto à comercialização da produção da agricultura familiar, quando o autor defende que a agricultura diversificada de pequena escala, por seu turno, oferece possibilidades de se estabelecerem vínculos produtivos e comerciais, em âmbito regional, voltados para a produção, a distribuição e o consumo de alimentos diferenciados.

É possível visualizar, e comprovar esta diversificação de produtos alimentícios ofertados pela agricultura familiar, tanto no quadro número quatro, quanto na fotografia número quatro, que demonstra o Mercado da Coopafi, que vende exclusivamente produtos oriundos da agricultura familiar.



Fotografia 4: Instalações Mercado Coopafi Capanema.

Fonte: Pesquisa de Campo/Autor, 2012.

A agregação de valor a partir da transformação dos produtos primários foi observada em praticamente todas as propriedades visitadas, principalmente na questão da transformação da cana-de-açúcar e nos produtos de panificação, onde a receita para-agrícola é predominante.

Este fato vem afirmar o pensamento de Maluf, quando este discorre:

...a valorização de produtos com atributos diferenciados de qualidade cria novas oportunidades de mercado, sendo que destas oportunidades muitas são acessíveis aos agricultores de pequeno e médio portes, e incluem desde a inserção desses agricultores em mercados de nicho nacionais e internacionais, até o aprimoramento dos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos.(MALUF, 2004, p. 304).

O aumento da geração de receitas por meio do PAA foi verificado em todas as unidades de produção estudadas, bem como referenciado pelos agricultores familiares e diretores da cooperativa. Este fator cumpre um dos objetivos do Programa quanto a proposta do poder público em aumentar a renda das famílias.

Não obstante, ficou claro após a análise dos dados quantitativos que as propriedades de menor tamanho sofrem um maior impacto do PAA na geração de receitas, visto que nestas propriedades o coeficiente de participação do Programa na geração da receita total é superior ao das propriedades de maior tamanho. Este fato aponta que o PAA fortalece, principalmente, o agricultor familiar menos favorecido com relação à quantidade de terra e capital investido.

Constatou-se, também, que os investimentos dos agricultores familiares são maiores nas propriedades onde existe a diversificação da produção e a agregação de valores nos produtos primários, sendo estes investimentos observados na compra de maquinários para as agroindústrias, na compra de bens móveis para a entrega da produção e na compra de automóveis e eletrodomésticos para uso da família.

O principal ponto observado com relação aos ganhos, ou benefícios que os agricultores tiveram a partir da adesão ao PAA foi a abertura de novos mercados, mais precisamente os chamados circuitos curtos de comercialização, a partir do programa institucional. Com a venda dos produtos ao mercado institucional os produtos começaram a ser conhecidos pela comunidade, de uma maneira geral, o que fez com que novas portas de mercado se abrissem aos agricultores familiares, ampliando, desta forma, os níveis de comercialização da agricultura familiar no município.

O reconhecimento social ao que se refere, é aquele onde o agricultor familiar se sente valorizado na comunidade por conta dos produtos que oferece, tanto no Mercado Institucional, quanto no mercado particular.

Nesse sentido se percebe a veracidade do que foi descrito por Maciel (2008), quando este fala que a necessidade de instrumentos de políticas públicas vem demonstrando o reconhecimento dos atributos transversais do segmento agrícola familiar, especialmente os relacionados com o tema da segurança alimentar e nutricional e dos mercados institucionais.

Este reconhecimento faz com que o agricultor familiar sinta-se importante no cenário da produção de alimentos para o consumo da população, porém, ele não se coloca como protagonista, uma vez que não tem entendimento da sua participação na aplicação da política deste mercado institucional.

Porém, não existe uma ligação forte e nem um comprometimento maior dos agricultores familiares com os consumidores, pois como todo o processo de comercialização no mercado institucional é realizado pela cooperativa. Assim, o agricultor não tem contato com o consumidor, o que impede uma relação de confiança entre produtor e consumidor, o que de acordo com Triches (2012) fomentaria a melhora dos produtos vendidos.

Esta característica vem ao encontro com o relato de Triches (2012), onde a autora afirma que os conceitos relativos à questão da saúde e ambiental e a busca do estabelecimento de relações de confiança não são mais pautados na formalidade da indústria, mas nas relações de proximidade com os produtores. Estas demandas, por sua vez, são utilizadas pelos produtores para inovar em suas estratégias de reprodução social. (TRICHES, 2012).

A pesquisa também indicou sobre a importância do PAA para a manutenção do tecido social e a possibilidade da sucessão familiar, pois, de acordo com os agricultores entrevistados, os filhos poderão continuar vivendo no meio rural com mais qualidade de vida devido ao Mercado Institucional de Alimentos proporcionar uma receita maior às famílias quando estas aderem ao PAA.

Com base neste arcabouço de elementos que subsidiam a análise dos dados, se pode concluir que a primeira hipótese desta dissertação ficou comprovada, com ressalvas, pois o PAA, por não ser uma política de fato, apenas um programa governamental, este cumpre os objetivos com que foi proposta e tem um peso significativo no fortalecimento da agricultura familiar e no seu desenvolvimento sustentável, porém, necessita de avanços no tocante ao

reconhecimento de sua importância e na fundamentação e criação de uma política pública institucionalizada.

A partir do contexto regional em que se insere o município de Capanema e as dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos pequenos produtores rurais, constata-se que o PAA é de veras importante, da mesma maneira que foi constatada a importância da organização dos agricultores para um delinear mais fortalecido no campo da comercialização para o Mercado Institucional de alimentos.

Neste caso, a Coopafi de Capanema tem um papel relevante e imprescindível na operacionalização do PAA no município, trazendo em sua composição um forte capital humano e social que facilita a comercialização da produção da agricultura familiar, fato este reconhecido pelos agricultores estudados e também confirmados na percepção deste autor.

No mesmo sentido, os agricultores pesquisados tem consciência da importância da sua permanência no meio rural enquanto fornecedores de alimentos para a sociedade bem como da relevância que o PAA representa para uma melhor condição de vida dos agricultores familiares.

Desta forma conclui-se, também, que a segunda hipótese ficou comprovada, pois os diretores da cooperativa e os agricultores entrevistados têm a percepção da importância desta ação de política pública na melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores familiares e, em decorrência destas melhorias, a possibilidade da melhora das condições de vida da sociedade em que estes estão inseridos. Seja na questão econômica, fazendo o comércio do município girar, seja na questão da produção alimentar, que é a principal demanda apresentada aos agricultores.

Porém, tendo em vista os valores disponibilizados atualmente para a operacionalização do PAA, aponta-se para a falta de articulação política para a criação de uma política de fato, especialmente no que se refere no aumento dos recursos disponibilizados pelo poder público para a compra de produtos de gênero alimentício provenientes da agricultura familiar.

De fato, o cooperativismo só pode garantir a autonomia e o protagonismo dos agricultores familiares quando estes participam ativamente de todas as decisões tomadas pela cooperativa, sendo que este detalhe muito importante foi verificado no caso da Coopafi de Capanema. Caso não exista esta participação efetiva do

agricultor cooperado, a cooperativa serve basicamente como facilitadora do acesso aos mercados.

Devido ao fato de que os agricultores familiares pesquisados, na sua grande maioria, não terem um conhecimento claro acerca do PAA, ou quando o tem este é muito limitante, aponta-se também para a necessidade da organização e realização de ações voltadas à informação sobre os programas institucionais, neste caso o Programa de Aquisição de Alimentos, do Governo Federal, para que estes agricultores tenham um melhor entendimento das políticas públicas que são direcionadas a eles, bem como a percepção destes no seu papel enquanto fornecedores de alimento no processo de segurança alimentar e principalmente de soberania alimentar no país.

Este trabalho de informação/conscientização dos agricultores familiares pode ter eco nas equipes de ATER/ATES, sendo que estas equipes podem ir além do simples trabalho técnico operacional, a partir da construção de equipes multidisciplinares, que além dos técnicos da área agrícola, podem ter na sua formação, profissionais da área das ciências humanas e sociais, onde estes profissionais atuariam nas questões de cunho histórico, político e social.

Os dados levantados podem conduzir a ações de melhoria no processo de implantação e manutenção do PAA no Sistema Coopafi - Região Sudoeste do Paraná e diagnosticaram o desenvolvimento agrícola sustentável, proporcionado por meio da adesão dos agricultores familiares ao PAA.

Para estudos futuros existe o anseio de se aprofundar num tema relevante para a continuação deste trabalho, no que se refere ao papel do Estado e das políticas de fomento à agricultura familiar: A formação, composição e importância das equipes de ATER para a agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na Vida Camponesa: O Sudoeste Paranaense**. 1981. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/categoria/outros-trabalhos/> Acesso em: 18 ago 2012.

_____, **Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia**. Economia Rural, vol.40, n.2, 2002, p.235-264.

_____, **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____, **O futuro das regiões rurais**. Revista Globo Rural. Entrevista. Disponível em: globorural.globo.com - <http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC597286-2344,00.html> – Acesso em: 14 jun. 2011.

ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo: Como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. v.1. 144p.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ – **Banco de Dados do Sudoeste do Paraná**. 2008. Disponível em: <http://www.amsop.com.br/>. Acesso em: 22 de mar. 2012.

ALVES, Eliseu; MARRA, Renner. **A persistente migração rural-urbana**. Revista de Política Agrícola, Brasília, DF, ano 18, n. 4, p. 5-17, 2009.

BIANCHINI, Valter. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**. Desenvolvimento Local Sustentável. Curitiba, 2000. Disponível em: http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=23. Acesso em: 18 jun. 2011.

BONAMIGO, Carlos A. **Para mim foi uma escola: O princípio educativo do trabalho cooperativo**. 2.ed. Passo Fundo, Universitária – UPF, 2002.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: UFPR, 1999. 325p.

BUENO, Ricardo. **Por que faltam alimentos no Brasil?** Reforma agrária já! 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRASIL. **LEI 8.666, DE 23 DE JUNHO DE 1993.** Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços (inclusive de publicidade), compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.

_____. **DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996.** Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. **LEI Nº 10.696, DE 02 DE JULHO DE 2003.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 15 mai. 2012. (2003a)

_____. **Decreto Nº 4.772, DE 02 DE JULHO DE 2003.** Cria o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, regulamentando o Art. 19 da Lei Nº 10.696. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/2003/D4772.htm>. Acesso em: 15 mai. 2012. (2003b)

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos.** 2006. Disponível em <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> Acesso em: 11 dez. 2011.

_____, **Programa fome zero.** Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e> - Acesso em: 12 mai. 2012.

_____, **Programa de aquisição de alimentos.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>. Acesso em: 17 mar. 2012

_____, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Orçamento Federal ao Alcance de Todos:** Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2013. Disponível em:

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/orcamento_13/OFA_T_2013.pdf - acesso em dezembro de 2012.

BUAINAIN, Antônio M.; ROMEIRO, Ademar R. **A agricultura familiar no Brasil: Agricultura familiar e sistemas de produção.** Projeto: UTF/BRA/051/BRA). Março de 2000. 62p.

CARMO, M. S.; SALLES, J. T. A. O. **Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado.** In: Simpósio da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 3, 1998, Florianópolis. Anais...Florianópolis: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 1998. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sbs3/sbs3.html#Poster.>) Acesso em 18 out 2012.

CARNEIRO, Maria J. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa.** In: MOREIRA, R.J.; COSTA, L.F.C. (Orgs.) *Mundo rural e cultura.* Rio de Janeiro: Mauad/CPDA, 2002. p.223-241.

_____, MALUF, Renato S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro : MAUAD, 2003. 230p.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (Orgs.) **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009. 301p.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.. **Metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Makron, 1996.

CHAYANOV, Alexander V. **The Theory of Peasant Economy.** In: THORNER, D. KERBLAY, B. SMITH, R.E.F. Illinois: Richard Irwin. 1966.

_____, **La organización de la unidad economica campesina.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências Humanas e Sociais.** 3° ed. São Paulo: Cortez, 1998.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **PAA – Evolução das Operações.** Brasília: 2012. Disponível em:

[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_04_25_14_41_24_analise_do_paa - 2003 a 2011.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_04_25_14_41_24_analise_do_paa_-_2003_a_2011.pdf) - Acesso em: dezembro de 2012.

CONTERATO, Márcio A. **A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS**: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. 2009. 209 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

DELGADO, G. *et al.* **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Brasília: IPEA, 2005. (Texto para discussão n. 1145)

CORONA, Hieda M. P. **As estratégias dos agricultores familiares do sudoeste do Paraná frente à modernização no campo**. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, 2003. (Anais).

DE LUCA, Márcia M. M. **Demonstração do valor adicionado**. São Paulo: Atlas, 1998.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIO ECONOMICOS RURAIS - DESER. **Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná**. Curitiba: Deser/Ijuí: Unijuí/Francisco Beltrão: Assesoar, 1992.

DIAS, Cláudia. **Pesquisa qualitativa**: características gerais e referências. 2000. Disponível em: <http://www.reocities.com/claudiaad/qualitativa.pdf>. Acesso em 25 nov. 2012.

DOCEIGUASSU. **Capanema, cidade turística**. Disponível em: <http://www.doceiguassu.com.br/capanema.php> Acesso em dezembro de 2012.

FERES, João B. **Propriedade da terra**: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil. Amsterdam: CEDLA, 1990. In: ALVES, F. et al (Orgs.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

FERRAZ, O. G.; BRANDÃO, S.; PASE, H. L.. **Sistema Coopafi**: o desafio de um sistema integrado de comercialização e de apoio as agroindústrias familiares da região do sudoeste do Paraná. SOBER XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/423.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2012.

FREY, Klaus. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, v. 21. p.211-259, 2000.

FRIEDMANN, Harriet. **World Market, State and Family farm**: social bases of household production in the era of wage labour. *Comparative studies in Society and History*, Cambridge, v. 20, n. 4, p. 545-86, 1978.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, S. E. de C. S. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev. 2000 74 p.

_____. ROMEIRO, Ademar R.; BUAINAIN, Antônio M; DISABATTO, Alberto; BITTENCOURT, Gilson A. **Agricultura familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

_____. BUAINAIN, Antônio M.; DI SABATTO, Alberto. **Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil**: (1996-2006). In: 44º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Fortaleza, 2006. (Anais).

GAWLAK, Albino ; TURRA, Fabianne R. **Cooperativismo**: filosofia de vida para um mundo melhor. 5.ed. Curitiba: Gráfica e Editora Linarth, 2001.

GAZOLLA, Márcio. **O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar**. In: SCHNEIDER, Sérgio. A diversidade da agricultura familiar. 2ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p.85-106. (Estudos Rurais).

GIL, Antônio C.. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. - 13 reimpr. - São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Ivair. **Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar**. Revista de biologia e ciências da terra. v. 5, n. 1, 2004.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. **Agricultura familiar**: limites do conceito e evolução do crédito. Artigos: políticas públicas. Instituto de Economia Agrícola Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>>. Acesso em 15 jan. 2013

GRISA, Cátia. **As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional,

América do Norte, 6, jun. 2010. Disponível em:
<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/274/193>.
Acesso em: 25 Ago. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Censo Demográfico 1996, 2000, 2007 e 2010. Censo Agropecuário 1996, 2006 e 2009.** Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO - novo retrato da agricultura familiar. O Brasil redescoberto. Brasília, fev. 2000.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - IPARDES . **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Sudoeste Paranaense.** Curitiba: BRDE, 2004.

KATO, Karina Y.M. **A agricultura e o desenvolvimento sob a óptica da multifuncionalidade:** o caso de Santo Antônio de Pádua/RJ. 2006. 136p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/m_karina_kato_2006.pdf Acesso em: 15 jun. 2012.

KIYOTA, Norma. **Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização:** um estudo de caso no município de Capanema – Região Sudoeste do Paraná. 2009. 158 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras - UFLA, 1999.

KIYOTA, Norma; GOMES, Marcos A. O. **Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização:** um estudo de caso no município de Capanema - Região Sudoeste do Paraná. Revista Organizações Rurais e Agroindustriais, V.1 – nº 2, p. 43-54. Lavras, 1999.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura Familiar I: Comparação Internacional.** Uma realidade multiforme. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. 2. edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____, (Coord.). **A agricultura familiar II: do mito à realidade.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

LANNOY, Christophe G. de. **O nascimento do Sistema Cresol: a origem de uma inovação organizacional.** Disponível em: www.cresol.com.br Acesso em 12 dez 2013.

LIMA, Arlindo P. de; BASSO, N.; NEUMANN, Pedro S.; SANTOS, Alvorci C. dos; MÜLLER, Artur G. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores.** Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1995, 175p,

LONG, Norman. et al. **The commoditization debate: labor process, strategy and social network.** Wagening: Agricultural University of Wagening, 1986.

MACIEL, Lucas R. **Mercado institucional de alimentos: potencialidades e limites para a agricultura familiar.** 2008. 115f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) Programa de Pós-graduação em Agronegócios. Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

MALUF, Renato S. **O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa.** In: LIMA, D.M.A.; WILKINSON, J. (Orgs.) **Inovação nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p.301-328.

_____, **A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira.** In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. (orgs.) **Para além da produção.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

_____, **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: Agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais.** Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MANZINI, Eduardo J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada.** In: MARQUEZINI, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S.. (Org.). **Colóquios sobre pesquisa em educação especial.** 1 ed. Londrina: Eduel, 2003, v. 1, p. 11-25.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v. 2. cap. 14 a 25, p. 583 - 933. Tradução de: *Das kapital: kritik der politischen ökonomie*, 1890.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. NEAD Estudos 11: Brasília, MDA, 2005.

MELLO, Roxane L. **Agricultura familiar e sustentabilidade social e ambiental**. Revista UNITAU. Taubaté: 2007.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MÜLLER, Ana L. **A Construção das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MORUZZI MARQUES, Paulo E; FLEXOR, George. **Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural**: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura. In: BOTELHO FILHO, F.B. (Org.) Estudos Rurais II. Brasília: Neagri/CEAM/UnB. Cadernos do CEAM v.7, n.29, 2007. p.45-67.

NAVARRO, Zander. **A agricultura familiar no Brasil**: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GAQUES, J.G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). A agricultura brasileira: desempenhos, desafios e perspectivas. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 185-209. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/904333>, acesso em junho de 2012.

NUNES, Sidemar P. **O campo político da Agricultura Familiar e a idéia de “Projeto Alternativo de Desenvolvimento”**. Curitiba, 2007. Dissertação de Mestrado. UFPR.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB, **O Cooperativismo no Mundo**. Brasília, Ed. Barocat, 1995.

OLINGER, Glauco. **Êxodo rural**: Campo ou Cidade? Florianópolis: ACARESC, 1991.

OLIVEIRA, Julieta T. A. **Lógicas Produtivas e Impactos Ambientais: Estudo Comparativo de Sistemas de Produção**. 2000. 284p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Unicamp, Campinas, 2000.

PERONDI, Miguel A.. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Porto Alegre. 2007. 237 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

_____. **Repensando a especialização agrícola**. Revista Agriculturas (Impresso), v. 6, p. 12-14, 2009. Disponível em: http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=getblob.php&o_id=237079&a_id=211&a_s_eq=0 – Acesso em 23 set 2012.

POLANYI, Karl. **El lugar de la economia em la sociedad**. In: POLANYI, K.; ARNSBERG, C.; PEARSON, H. (Ed.). **Comercio y mercado en los imperios antiguos**. Barcelona: Ibero-Americanos, 1976. p.73-152.

_____. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA. **Diagnóstico Local do Município de Capanema**. 2007. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Diagnostico_Local_Capanema-PR.pdf
Acesso em dezembro de 2012.

RAYNAUT, Claude. **O desenvolvimento e as lógicas de mudança: a necessidade de uma abordagem holística**. Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente. n.1, p. 81-104, 1994.

REVISTA GENTE DO SUL. Francisco Beltrão : Jornal de Beltrão S/A Out.1997. (Artigo: A revolta dos posseiros. número 41).

RIBEMBOIM, Jacques A.. **Produtos agrícolas e mercados no agronegócio**. In: CALLADO, A. A. C. (org.) **Agronegócio**. 1. ed. - 2. reimp. – São Paulo: Atlas, 2006. p. 29-42.

RICHARDSON, Roberto J.. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

SABOURIN, Eric. **Multifuncionalidade da agricultura e manejo dos recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro.** Revista Tempo da Ciência, n.29, vol.15. Toledo: Unioeste, 2008.p.9-27.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia V. **A propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura:** o surgimento de uma nova formação discursiva. Revista Theomai (Online), v. 20, p. 22-33, 2009.

SANTOS, Alvor; OLIVEIRA, Luciana; ANTONIALLI, Luis. **Construção de referências sobre as Diferentes Estratégias de Gestão Financeira de Cooperativas de Crédito Rural de Agricultores Familiares que Compõem o Sistema Cresol.** CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (XXXVIII : 30 de Julho a 5 de Agosto de 2000 : Rio de Janeiro). Anais... Rio de Janeiro : SOBER, 2000. (CD Rom).

SANTOS, Roseli A. dos. **O Processo de Modernização da Agricultura no Sudoeste do Paraná.** 2007. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”.Presidente Prudente: PPGE/USP, 2007.

SANTOS, Roseli A. dos; MARSCHENER, Walter. **Identidade territorial e desenvolvimento: a formação de um plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável do Território Sudoeste do Paraná.** In: FRANCELINOI, A. CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SANTOS, Fábio P. **Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil.** São Paulo, FGV, 2011. Tese de Doutorado.

SAQUET, Marcos A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO/ DEPARTAMENTO E EXTENSAO RURAL – SEAB/DERAL. Estado do Paraná. 2009. Disponível em <http://www.seab.pr.gov.br/>. Acesso 12/03/2013.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e pluriatividade.** 1999. 470 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

_____, **A Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____; SILVA, Marcelo K.; MORUZZI MARQUES, Paulo E. (Orgs.) **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____, **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p.15-56. (Estudos Rurais).

SCHIMITT, Cláudia J.; GUIMARÃES, Leonardo A. **O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica**. Revista Agriculturas - v. 5 – n. 2 - junho de 2008. Disponível em: http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/equidade-e-soberania-nos-mercados/o-mercado-institucional-como-instrumento-para-o/at_download/article_pdf. Acesso em 15 fev 2012.

SILVA, José F. G. da. **O que é Questão Agrária**. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SILVA, Marcelo K.; MORUZZI MARQUES, Paulo E. **Democratização e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural**. In.: In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, O. P. da. **Avaliação do Pronaf-a no Assentamento Banhos, no município de Morada Nova – Ceará**. 2010. 75 f. Dissertação. (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010. Disponível em <http://wpmapp.oktiva.com.br/wp-mapp/files/2011/07/Osias-Pereira-da-Silva-2010.pdf> Acesso em 16 jun. 2012.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002.

SOARES, Adriano C. **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. Revista Proposta, n.87, ano 29. Rio de Janeiro: FASE, 2000/2001.p.40-49.

TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TRICHES, Rosane M., **O Papel da Qualidade dos Alimentos na Construção de Mercados Locais: O Caso da Alimentação Escolar**. 50º Congresso da SOBER. Anais. Vitória, 2012.

VEIGA, José E.; *et alii*, **O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE-IICA MDA/CNDRS/NEAD) 108 p. 2001. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd30/brasil.pdf> Acesso em: 16 dez 2012.

VERGARA, Sylvia C.. **Métodos de pesquisa em administração**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VERONESE, Claudino D. **O papel pedagógico da ASSESOAR no apoio à estruturação da cidadania dos ex-posseiros do Sudoeste do Paraná**. 1998. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Ijuí, UNIJUI/RS, Ijuí, 1998.

VIOTTI, Eduardo B. **Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável brasileiro**. In: BURSZTYN, Marcel. (org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

WANDERLEY, Maria de N. B. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em Construção**. Reforma Agrária, Campinas, n.2 e 3, v.25, maio/dez. 1995.

_____, **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. In: BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. Para pensar outra agricultura, Curitiba: Editora UFPR, 1998. p.29-49.

_____, **Raízes históricas do campesinato Brasileiro**. In: _____ Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. TEDESCO, J. Carlos (Org). 3 ed. Passo Fundo:UPF, 2001.

WILKINSON, John. **Agricultura Familiar e Mercados Novos e Velhos**. CPDA/UFRRJ. S.d. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/j_wilkinson_agricultura_familiar_e_mercados.pdf. Acesso em dezembro de 2012.

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos executando uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR, aprovada pelo Colegiado do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional, que tem por objetivo avaliar o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA – junto aos Agricultores Familiares cooperados na COOPAFI de Capanema.

Sua colaboração na pesquisa será muito importante. Por isso, pedimos a sua participação na mesma através do fornecimento de informações através de entrevista e questionário. As informações que você prestar serão utilizadas apenas para as finalidades da pesquisa e não serão objeto de avaliação pessoal no sentido de verificação de acerto ou erro.

A participação na pesquisa não envolve risco físico, tampouco constrangimento de qualquer natureza. A sua identidade será preservada em todas as fases do projeto e você terá pleno direito de censura sobre os conteúdos que fornecer.

Se a qualquer momento você desejar informações adicionais sobre a pesquisa ou, se não querendo mais participar, desejar interromper sua participação, pode entrar em contato no horário comercial pelo telefone (46) 9105-6231 ou pelo e-mail silva.vilmar74@gmail.com, endereçando a mensagem a Vilmar da Silva.

.....
Mestrando

.....
Orientador

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido/a sobre o projeto de pesquisa O Papel do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – no Fortalecimento da Agricultura – O Caso da COOPAFI de Capanema e concordo em participar da mesma fornecendo informações através de entrevista e questionário.

Local, data e assinatura:

ANEXO B

DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO Projeto de Pesquisa UTFPR/PPGDR

Entrevistador: _____ Data: ____ - ____ - ____

*Agricultor (nome completo):

**Informante (nome completo):

e-mail (do informante): _

Telefone: residência: () _____ celular: () _____

Nº	Município	Linha/comunidade

TODAS AS INFORMAÇÕES COLETADAS DEVEM SER REFERENTES AO ANO AGRÍCOLA 2011-2012

1) Propriedade da Terra

Proprietário	1 ()
Arrendatário	2 ()
Outro, qual:	3 ()

2) Residência

Meio Rural	1 ()
Absenteísta (caso for, pule para a pag. 3)	2 ()
Outro, qual:	3 ()

FAMÍLIA E TRABALHO

3) Composição da família (Informar a família residente na UP e os trabalhadores)

Nome	Sexo (M/F)	Relação com o chefe (A)	Data de nascimento	Estado civil (B)	Tempo de trabalho (C)	Escolaridade (D)	Moradia (F)
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							

(A)	(B)	(C) Tempo de trabalho	(D) Anos de estudo
1 Resp/Chefe	1 Casado	1 Tempo integral na UP (*)	0 Não alfabetizado
2 Cônjuge	2 Solteiro	2 Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP	1 Primeira série – 1º Grau
3 Filho	3 Viúvo	3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico	2 Segunda série – 1º Grau
4 Filha	4 Divorciado	4 Tempo-parcial na UP + Estuda	3 Terceira série – 1º Grau
5 Genro	5 União Estável	5 Tempo integral fora UP (*)	4 Quarta série – 1º Grau
6 Nora	6 Outros	6 Somente trabalho doméstico	5 Quinta série – 1º Grau
7 Neto (a)		7 Somente estuda	6 Sexta série – 1º Grau
8 Pai		8 Criança menor de 7 anos	7 Sétima série – 1º Grau
9 Mãe		9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP	8 Oitava série – 1º Grau
10 Avô		10 Desempregado	9 Primeira série – 2º Grau

11 Avó
12 Irmão
13 Irmã
14 Trab. contratado
15 Outros, qual?

11 Não trabalha(deficiente ou inválido)	10 Segunda série – 2º Grau
12 Outro (qual? Especificar)	11 Terceira série – 2º Grau
	12 Graduação incompleta
	16 Graduação completa
	18 Mestrado
	22 Doutorado

* Arrendatário ou proprietário** Pessoa entrevistada

Para quem reside na Unidade de Produção, mas trabalha fora desta:

Primeiro nome da pessoa	Ocupação	Setor (E)	Local (F)	Remuneração em R\$ [indicar se p/mês ou p/ano]

(E) Setor da ocupação	(F) Local de trabalho
1 Indústria	1 No domicílio ou na UP
2 Comércio	2 Na localidade/comunidade onde reside
3 Serviços Auxiliares (*)	3 No rural em outra comunidade
4 Construção Civil	4 No centro urbano do próprio município
5 Transformação Artesanal	5 Em outro município
6 Transporte/Comunicação	
7 Serviço Público	
8 Serviços Pessoais (**)	
9 Outro, qual?	
10 Não se aplica	

(*) Exemplos de Serviço auxiliar: Veterinário, Advogado, Agrônomo, Técnico, etc.

(**) Exemplos de Serviços pessoais: Trabalho doméstico, Jardineiro, barbeiro, etc.

4) Há aposentados e/ou pensionistas que reside na Unidade de Produção?

1 Sim () 2 Não () 3 Não sabe ()

5.1) Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola?

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício (1) Aposentadoria (2) Pensão (3) Ambos	Numero de meses que recebeu o benefício	Valor mensal recebido (R\$)

5) Bens de Consumo que existem no domicílio

Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade
01 Aparelho de som		12 Máquina de lavar roupa	
02 Automóvel		13 Batedeira	
03 Moto		14 Parabólica	
04 Bicicleta		15 Rádio	
05 Ferro elétrico		16 Televisor	
06 Fogão a gás		17 Vídeo cassete/DVD	
07 Fogão à lenha		18 Linha de Telefone fixo	
08 Forno elétrico/microondas		19 Celular	
09 Freezer		20 Computador	
10 Geladeira		21 Acesso à internet	
11 Liquidificador			

6) Estrutura Fundiária, Capital e Produção

Área (ha)						
Própria	Em Parceria		Arrendamento		Outra forma	TOTAL
	De Terceiro	Para Terceiro	De Terceiro	Para Terceiro		

7.1) Quanto paga pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?

.....

7.2) Quanto ganha com arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?

.....

7.3) Quanto paga na parceria [informar em dinheiro ou produto]?

.....

7.4) Quanto ganha na parceria [informar em dinheiro ou produto]?

.....

8) Composição da área - Produção Vegetal [Ano agrícola de julho de 2011 a junho de 2012]

Especificação	Superfície plantada (ha)	Quantidade Total Colhida
Lavoura [Somente especificar produção se houve venda]		
Cana Açúcar		
Feijão		
Fumo		
Mandioca		
Milho		
Milho safrinha		
Soja		
Soja safrinha		
Trigo		
Triticinha		
Legumes, Verduras e Frutas [Somente especificar produção se houve venda]		
Pastagem Anual e Perene [Somente especificar produção se houve venda]		
Milho silagem		

Aveia/Azevém		
Pastagem perene:		
Feno		

Reflorestamento e extração de madeira

Eucalipto		
Araucária		

S A U Total

Matas e Florestas Naturais		
Benfeitorias (casa, estábulo, etc)		
Terras inaproveitadas		
Área Total		

OBS. I – CUIDADO! Quando duas ou mais culturas anuais ocupam a mesma superfície cultivada ou são plantadas em consórcio, esta área deverá ser contada apenas uma única vez.

9) Produção animal – efetivo de animais disponíveis e venda

Inventário das Criações Raças – categorias	Efetivo	Número de Animais Vendidos	Valor/animal
Bovinos de Leite			
Touros			
Vacas em lactação			
Vacas secas			
Novilhas			
Bezerras			
Bovinos de corte			
Touros			
Vacas			
Novilhos			
Novilhas			
Bezerros			
Bois para trabalho			
Aves			
Frango de corte			
Galinha caipira			
Peru			
Suínos			
Suínos (leitão)			
Suínos (para abate)			
Matrizes			
Reprodutor			
Ovinos/Caprino			
Eqüinos			

10) Produção animal [Especificar se produção por dia, semana, mês ou ano]

Especificação	Unid.	Quant. Prod.	Preço de Venda
Leite			
Ovos			
Mel			
Peixes			

11) Produtos processados ou beneficiados

Produto produzido	Quantidade Produzida	Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade
Queijo			
Salame			
Vinho			
Banha			
Schmier			
Conservas			
Derivado da Cana (_____)			
Manteiga			
Massa caseira			
Pão			
Sabão			

12) Benfeitorias e instalações (levantar todas disponíveis no estabelecimento)

Especificação	Quantidade	(1) alvenaria (2) madeira (3) mista*	Ano de construção	Área construída em m ²
Aviários				
Casas de empregados				
Estábulo				
Galpão de máquinas				
Armazém				
Pocilgas/chiqueiro				
Outros (especificar)				

* Para efeito de depreciação considerar:

Alvenaria com menos de 50 anos – 1962;

Madeira com menos de 30 anos – 1982

Mista com menos de 40 anos – 1972

13) Máquinas e equipamentos [Ano agrícola de julho de 2011 a junho de 2012]

(levantar informação sobre o modelo do veículo/trator)

Especificação	Quantidade e (*)	Ano de fabricação	Observação [marca/modelo]	
Caminhão				
Veículo utilitário				
Colhedora	Quant.	Ano de fab.	Largura de colheita original	
Trator (com menos de 20 anos-1992)			Potencia (cv)	Tração
Equipamentos (com menos de 15 anos-1997)	Quant.	Ano de fab.	caracterização	
Arado de tração mecânica				Discos
Grade de tração mecânica				Discos
Semeadora de tração animal				Linhas
Semeadora de tração mecânica – fluxo contínuo				Linhas
Semeadora de tração mecânica – precisão				Linhas

Ensiladeira			Linhas
Roçadeira de tração mecânica			Largura
Carreta agrícola			Toneladas
Pulverizador tracionado			Comp. Barra
Pulverizador montado			Comp. Barra
Pulverizador autopropelido			Comp. Barra
Ordenhadeira			Teteiras
Resfriador de leite - a granel			Litros
Resfriador de leite – imersão de tarros			Tarros
Motor elétrico			Hp
FORAGEIRO			
Outros (especificar)			

(*) Quando houver algum sócio: Divida o número de máquinas pelo número de sócios.

ANEXO C

ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS AGRICULTORES FAMILIARES

1. Trajetória da vida em comunidade:

1.1 Quanto aos primeiros moradores (origem geográfica, étnica; culturas e criações no início e hoje).

1.2 Que instituições / organizações atuavam na comunidade antes do PAA e hoje (ONGs, sindicatos, EMATER, Cooperativa, igreja) qual a sua relação com estas instituições?

1.3 Significado de “vida comunitária” (relações de vizinhanças, troca de favores, entre ajuda) ocorreu melhora na relação com os vizinhos após a inserção no PAA?

2. Trajetória agrícola e adesão ao PAA:

2.1 Como surgiu o PAA na comunidade (responsáveis e porque).

2.2 O que fez com que aderisse ao PAA?

2.3 Qual a maior dificuldade do agricultor para aderir ao PAA?

2.4 Por que optou em trabalhar o PAA junto à Cooperativa e não com outro órgão, associação ou autonomamente?

2.5 Qual a importância da Cooperativa para a inserção e manutenção no PAA?

2.6 Como era realizado o trabalho na propriedade antes da adesão ao PAA?

2.7 Quais são as principais diferenças na produção antes e depois da inserção no PAA; Antes: era satisfatório, o que faltava, quais as dificuldades enfrentadas pelos agricultores? Depois: está sendo satisfatório, o que falta e quais as atuais dificuldades?

2.8 O PAA trouxe benefícios? Quais? O PAA trouxe problemas, quais?

2.9 Quais os principais ganhos, se teve, obtidos com a adesão ao PAA? –(Mudança do sistema de produção - diversificação: comunidade, felicidade, saúde, Ambiente, etc.)

2.10 O PAA trouxe mais qualidade de vida?

2.11 Na sua percepção, o que vem a ser qualidade de vida?

2.12 Como percebem o futuro dos filhos antes e agora?

2.13 Você acredita que o PAA fez com que o agricultor ficasse mais fortalecido individualmente e em comunidade? Como?

ANEXO D

ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS DIRETORES DA COOPAFI

IDENTIFICAÇÃO:

Nome, idade, estado civil, escolaridade e naturalidade;

TRAJETÓRIA:

1. Qual é a sua formação e trajetória de atuação em entidades?
2. Quando começou a trabalhar na COOPAFI? Por quê? Como foi? Quem lhe chamou?
3. Qual é o seu trabalho aqui na cooperativa?

SOBRE A HISTÓRIA COOPAFI:

4. Quando, como e porque surgiu a COOPAFI? Quais eram os objetivos?
5. Que pessoas estavam presentes nesse momento?
6. Quais são as atividades da COOPAFI hoje?
7. Quais são os princípios (missão e objetivos) que norteiam o trabalho da cooperativa?
8. Qual a área de atuação da cooperativa?
9. Que tipos de trabalhos a cooperativa já desenvolveu na região?
10. Quantos funcionários? Qual a formação? Quem indicou?
11. Como é o dia-a-dia de trabalhos na cooperativa?
12. Como é a relação da cooperativa com organizações sociais e outras entidades que prestam apoio à agricultura familiar na região? Quem são os parceiros da cooperativa aqui na região?
13. Como é a relação da cooperativa com o poder público?

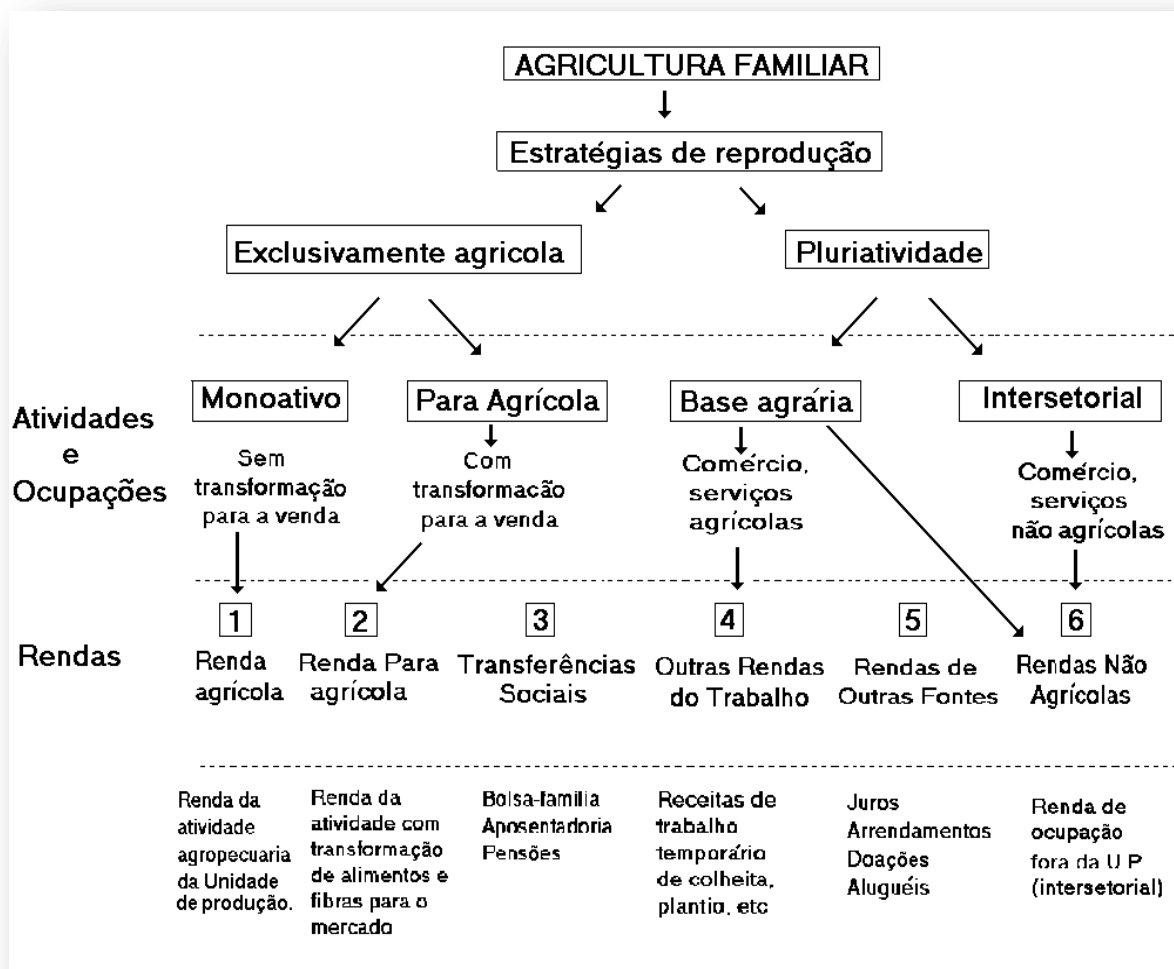
SOBRE O PAA:

14. Quais são os produtos comercializados via PAA?
15. Qual é a visão sobre o PAA?
16. Quais os diretrizes da cooperativa para atuar neste campo?
17. Qual o volume de comercialização do PAA neste ano e no último ano?

18. Quais são as principais dificuldades que a cooperativa encontra para executar/operacionalizar o PAA?
19. O que seria necessário para resolver essas dificuldades?
20. E quanto aos agricultores familiares, que dificuldades você identifica para eles aderirem e permanecerem no PAA?
21. Qual a sua opinião sobre o papel do Estado na criação/elaboração e execução de políticas públicas para a agricultura familiar?
22. Você identifica alguma mudança quanto ao fortalecimento da agricultura familiar por meio do PAA? Quais?
23. Você identifica alguma mudança quanto ao fortalecimento da agricultura familiar por meio da Cooperativa? Quais?
24. Quais as principais vantagens dos agricultores familiares em utilizar a COOPAFI como intermediadora no PAA ao invés de outras formas de operacionalização (prefeitura, associação, grupo de agricultores, autonomamente)?
25. Você sabe se outros órgãos operacionalizam o PAA no município? Quais são eles?
26. Na sua visão, qual a importância do capital social para o desenvolvimento regional por meio da agricultura familiar?

ANEXO E

ORGANOGRAMA DE TIPIIFICAÇÃO DE RECEITAS



Fonte: Versão Perondi (2007) – Versão modificada de Schneider e Anjos (2003) e Schneider (2006).